



UM PARTIDO PARA TEMPOS DE GUERRA

Maio de 2015

Página 13



Copyright © Um Partido para tempos de guerra

Maio de 2015

Revisão: Iole Iliada, Rodrigo Cesar e Valter Pomar

Organizador: Valter Pomar

Diagramação: Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento: Forma Certa

Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical
da tendência petista Articulação de Esquerda

Um Partido para tempos de guerra. - São Paulo :
Editora Página 13, 2015.
206p.

ISBN 978-85-62508-22-3

1. Tendência petista Articulação de Esquerda. 2. Resoluções do
segundo congresso e oitava conferência sindical da tendência
petista Articulação de Esquerda. 3. Partido dos Trabalhadores.
3. Movimentos sociais. 4. Crise do Partido dos Trabalhadores. I. Título.

Este livro pode ser reproduzido na íntegra ou em parte desde que citada a fonte.





Índice

Apresentação	5
Um Partido para tempos de guerra	9
O PT e a luta contra a corrupção	48
1º de Maio	65
A classe trabalhadora e a industrialização	67
Resolução da 8ª Conferência Sindical	69
Mulheres: organizar é preciso!	109
Juventude	116
União Nacional dos Estudantes	131
Cultura	139
Em defesa do SUS	148
Atuação e organização da Articulação de Esquerda	156
Plano de trabalho 2015-2016	199





Apresentação

Este livro começou a circular pouco antes do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores. Em todo o país, a militância petista tem comparecido a debates onde prevalece uma expectativa que poderia ser traduzida assim: **que Dilma tome posse**.

Pois foi a presidenta Dilma quem venceu o segundo turno das eleições presidenciais. Não o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, nem o ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Esperamos que o 5º Congresso mude os rumos do PT e do governo federal. Mas há pressões em sentido oposto, vindas de setores da atual direção partidária e de parcelas do governo. Isto para não falar da campanha que o oligopólio da mídia move diuturnamente contra o Partido dos Trabalhadores.

Para agravar, os delegados e as delegadas com direito a voz e voto neste Congresso foram eleitos no politicamente longínquo ano de 2013.

Naquela época, já havia sinais abundantes de que a situação internacional e nacional estava exigindo do Partido uma nova orientação política. Mesmo assim, em 2013 prevaleceu na eleição partidária uma posição conservadora: mesmo sabendo dos problemas, não se debateu seriamente a situação nem se adotaram as necessárias medidas alternativas.

Fosse agora a eleição partidária, é muito provável que prevalecesse na maioria dos delegados e das delegadas outro ponto de vista: o de que o Partido precisa mudar e mudar rápido, sob pena de perder grande parte da força política e social acumulada ao longo de 35 anos.

Delegados e delegadas de 2013 vão atualizar seu ponto de vista com a radicalidade necessária? Ou predominará aquele tipo de mediação que não agrada a nenhuma das posições em debate?





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

A maioria das teses inscritas para debate promete mudanças no comportamento do Partido, especialmente no sentido de reatar laços com um grande setor da classe trabalhadora que confiava em nós, mas agora se distanciou.

A maioria das teses defende que o PMDB não é aliado das mudanças, sendo necessário construir uma aliança com os partidos, movimentos, setores e personalidades de esquerda, democráticos e populares que garantiram a eleição de Dilma no segundo turno de 2014.

A maioria das teses aponta para mudanças na estratégia do Partido, no sentido de que para transformar o Brasil é preciso combinar luta social e institucional, luta cultural e organização, tendo como objetivo não conciliar, mas derrotar o grande capital, a oposição de direita e oligopólio da mídia.

A maioria das teses sugere mudanças na política do governo Dilma, no sentido do programa vitorioso no segundo turno das eleições presidenciais, não aquele vitorioso nas eleições da Câmara dos Deputados no primeiro turno e muito menos o defendido por Armínio Fraga.

Entretanto, enquanto a maioria das teses alimenta a esperança, ainda que modesta e contida, a maioria da bancada do PT na Câmara dos Deputados escolheu votar a favor das Medidas Provisórias 664 e 665, nos dias 6 e 13 de maio de 2015, piorando a vida de quem vive de salário, recebe pensão ou seguro-defeso.

O governo argumenta que há fraudes, desvios e distorções, que as MPs visariam corrigir. Sem dúvida existem alguns dos problemas citados, que poderiam e deveriam ter sido corrigidos há mais tempo, sem a necessidade de medidas provisórias.

Entretanto, o governo também admite que as MPs 664 e 665 integram um “ajuste fiscal”. E o fato é que até o momento o governo não adotou nenhuma medida que faça os ricos pagar ao menos uma parte do ajuste.

Ao mesmo tempo em que enviou estas Medidas Provisórias, o governo – através do Banco Central – aumenta a taxa básica de juros e contingencia o orçamento, afetando quem precisa de crédito barato e políticas públicas.





Tendência petista Articulação de Esquerda

Diante de tantos fatos e evidências de que as MPs são parte integrante de uma política econômica e de uma estratégia política que Dilma derrotou no segundo turno, consideramos que a única postura correta é votar contra as Medidas Provisórias. Pelo que elas são e, principalmente, pelo que elas significam como parte de uma linha política contraditória com os interesses da classe trabalhadora, a quem o PT deve defender.

Uma posição forte e consequente do Congresso do PT, uma intensa e crescente mobilização da classe trabalhadora, a constituição de uma frente democrática e popular pelas reformas, pela democracia e contra o ajuste podem conseguir fazer com que Dilma, aquela Dilma que ganhou as eleições desmascarando as toscas políticas neoliberais, finalmente assuma a presidência da República, passo indispensável para os que, como nós da Articulação de Esquerda, defendemos uma estratégia e um programa democrático-popular e socialista.

Ao longo de seus quase 22 anos de existência, a tendência petista Articulação de Esquerda realizou seis seminários (1993-1997), onze conferências (1998-2009) e dois congressos. O primeiro foi realizado em duas etapas, no ano de 2011. O segundo foi realizado entre os dias 2 e 5 de abril de 2015, no Instituto Cajamar (SP), simultaneamente à Oitava Conferência Sindical nacional da Articulação de Esquerda.

O Segundo Congresso elegeu uma nova direção nacional para a AE, composta pelos seguintes companheiros e companheiras: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Adriana Miranda/DF, Ananda de Carvalho/RS, André Vieira/PR, Bárbara Hora/ES, Bruno Elias/DF, Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Eduardo Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emílio Font/ES, Fernando Feijão/PI, Giovane Zuanazzi/RS, Gleice Barbosa/MS, Iole Ilíada/SP, Izabel Cristina Gomes da Costa/RJ, Ivonete Almeida/SE, Jandyra Uehara/SP, Joel de Almeida/SE, José Gilderlei/RN, Karen Lose/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Múcio Magalhães/PE, Olavo Carneiro/





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

RJ, Patrick Araújo/PE, Rafael Tomyama/CE, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Sílvia Vasques/RS, Sônia Aparecida Fardin/SP, Valteci Mineiro de Castro/MS, Valter Pomar/SP.

Também foram eleitos, para a comissão de ética nacional: Ana Affonso/RS, Iriny Lopes/ES, Jonatas Moreth/DF e Júlio César de Quadros/RS.

Este livro reúne as catorze resoluções aprovadas pelo Segundo Congresso da Articulação de Esquerda, a saber: 1) “O PT e a luta contra a corrupção”; 2) “Um partido para tempos de guerra”; 3) “Atuação e organização da Articulação de Esquerda”; 4) “Plano de trabalho 2015-2016”; 5) “Campanha financeira”; 6) “Primeiro de Maio”; 7) “Cultura”; 8) Orientação para os militantes da AE que atuam na área da saúde”; 9) “Em defesa do Sistema Único de Saúde”; 10) “Juventude”; 11) “A União Nacional dos Estudantes”; 12) “Mulheres: organizar é preciso”; 13) “Classe trabalhadora e industrialização”; 14) “Resolução da Oitava Conferência Sindical”.

Estas catorze resoluções também estão disponíveis no endereço www.pagina13.org.br. Acreditamos que sua leitura e estudo contribuam para que a militância petista possa enfrentar com êxito as batalhas de 2015 e dos anos que virão.

Os editores





Um Partido para tempos de guerra

Ocupar as ruas, construir uma frente democrática e popular, mudar a estratégia do Partido e a linha do governo.

O Partido dos Trabalhadores está diante da maior crise de sua história. Ou mudamos a política do Partido e a política seguida atualmente pelo governo Dilma; ou corremos o risco de sofrer uma derrota profunda, que afetará não apenas o PT, mas o conjunto da esquerda política e social, brasileira e latino-americana.

A crise do PT decorre, simultaneamente, de nossas realizações e de nossas limitações.

Tivemos êxito em ampliar o bem-estar social – por intermédio da geração de empregos e aumento da massa salarial e do poder aquisitivo da população, bem como da adoção exitosa de programas de moradia, saúde e outros – e a soberania nacional, também através de uma política externa “altiva e soberana”. Fortalecemos o Estado, na contramão do Estado Mínimo neoliberal. Ampliamos certos direitos e conquistas democráticas. E são estes avanços que explicam nossas vitórias em quatro eleições presidenciais consecutivas.

Mas ao longo destes mais de 12 anos de presidência petista, não fomos capazes de realizar transformações estruturais, que retirassem do grande capital o controle sobre as alavancas fundamentais da economia e da política brasileira.

Controlando estas alavancas, a oposição de direita, o oligopólio da mídia e o grande capital desencadearam uma ofensiva geral que inclui a desmoralização política e ideológica do petismo, o estímulo à sabotagem por parte de setores da base aliada, a pressão para que o governo aplique o programa dos que perderam a eleição, a mobilização nas ruas dos setores conservadores, a ameaça permanente de impeachment e a promessa de nos derrotar eleitoralmente em 2016 e 2018.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Frente a esta situação, o 5º Congresso do PT deve aprovar resoluções que permitam ao conjunto de sua militância executar cinco tarefas principais.

A primeira tarefa é reocupar as ruas. A oposição de direita controla parte importante do Judiciário, do Parlamento e do Executivo, em seus diferentes níveis. Agora está trabalhando intensamente para também controlar as ruas, utilizando para isto sua militância mais conservadora, convocada pelos meios de comunicação, mobilizada com recursos empresariais e orientada pelas técnicas golpistas das chamadas “revoluções coloridas”. Caso a direita ganhe a batalha de ocupação das ruas, não haverá espaço nem tempo para uma contraofensiva por parte da esquerda. Assim, a primeira tarefa de cada petista deve ser apoiar, participar, mobilizar e ajudar a organizar as manifestações programadas pelos movimentos e organizações das classes trabalhadoras.

A segunda tarefa é construir uma frente democrática e popular. Há várias iniciativas em curso, algumas delas sem o PT e em alguns casos até mesmo contra o PT. Nosso Partido deve procurar as forças que elegeram Dilma no segundo turno presidencial e que defendem as reformas estruturais, propondo a elas que se constitua uma **frente popular em defesa da democracia e das reformas**. O programa mínimo desta frente democrática e popular deve incluir a revogação das medidas de ajuste recessivo; a luta contra o PL 4330 e contra a redução da maioria penal; o combate à corrupção; a reforma tributária com destaque para o imposto sobre grandes fortunas; a defesa da Petrobrás e da industrialização nacional; a ampliação das políticas públicas universais como saúde e educação; a reforma política e a democratização da mídia. A frente democrática e popular é essencial para derrotar o golpismo e libertar o governo da chantagem peemedebista. Mas o objetivo principal da frente democrática e popular é lutar por transformações estruturais, sendo para isto necessário construir instrumentos de articulação política e de comunicação de massas que nos permitam enfrentar e vencer o oligopólio da mídia.





A terceira tarefa é mudar nossa estratégia. Se queremos melhorar a vida do povo, se queremos ampliar a democracia, se queremos afirmar a soberania nacional, se queremos integrar a América Latina, se queremos quebrar a espinha dorsal da corrupção, é preciso realizar reformas estruturais no Brasil, que permitam à classe trabalhadora controlar as principais alavancas da economia e da política nacional. Para isto, precisamos de uma aliança estratégica com as forças democrático-populares, com a esquerda política e social. Precisamos, também, combinar luta institucional, luta social e luta cultural. Recuperar o apoio ativo da maioria da classe trabalhadora, ganhar para nosso lado parte dos setores médios que hoje estão na oposição, dividir e neutralizar a burguesia, isolando e derrotando o grande capital transnacional-financeiro. Isso implica abandonar a conciliação de classe com nossos inimigos.

A quarta tarefa é alterar a linha do governo. É plenamente possível derrotar a oposição de direita, se tivermos para isto a ajuda do governo. É possível derrotar momentaneamente a oposição de direita, até mesmo **sem** a ajuda do governo. Mas é impossível impor uma derrota estratégica à direita, se a ação do governo dividir a esquerda e alimentar a direita. Por isto, o 5º Congresso do PT deve dizer ao governo: que os ricos paguem a conta do ajuste, que as forças democrático-populares ocupem o lugar que lhes cabe no ministério, que a presidenta assuma protagonismo na luta contra a direita, contra o “PIG” e contra a especulação financeira.

A quinta tarefa é mudar o próprio PT. O Partido que temos não está à altura dos tempos em que vivemos. Das direções até as bases, é preciso realizar transformações profundas. Precisamos de um partido para tempos de guerra.

O Partido dos Trabalhadores precisa compreender que entre as causas profundas da crise está um impasse político de fundo: nosso sistema político-eleitoral não agrada à oposição de direita, nem contempla as reivindicações históricas da esquerda de igualdade de condições nas disputas eleitorais.

A oposição de direita assistiu às atuais regras do jogo permitirem (ou não impedirem) ao PT vencer por quatro vezes a disputa para a Presidência da República.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

A esquerda assistiu às atuais regras do jogo permitirem (e estimularem) a formação de maiorias congressuais de centro-direita, por meio do “abuso de poder econômico” e da ação dos conglomerados nacionais e regionais de mídia.

A esquerda tenta resolver este impasse político através de uma reforma política democratizante, de uma Assembleia Constituinte e da mais ampla participação popular.

A direita tenta resolver o impasse através de uma reforma política conservadora, da judicialização da política e da criminalização da mobilização social.

É neste contexto que deve ser interpretada a mais recente onda de violência policial-militar contra a juventude pobre e negra das periferias das grandes cidades e contra os movimentos sociais. Não se trata de um “desvio” nem mesmo de uma novidade, pois esta tem sido a prática das PMs desde antes da Ditadura Militar. Mas seu recrudescimento hoje sinaliza a existência de uma ação organizada de setores da direita, dentro e fora do aparato de Estado, que apostam na violência, no extermínio, no racismo e em condutas de viés fascista.

É também no contexto de um impasse político de fundo que devem ser analisadas as mobilizações dos dias 15 de março e 12 de abril de 2015.

É um erro apresentar aquelas mobilizações como expressão de um descontentamento “republicano e pacífico”, ainda que alguns possam ter ido às ruas com a melhor das disposições.

As mobilizações de 15 de março e 12 de abril foram claramente hegemônicas por setores que acham legítimo, mesmo sem nenhuma base legal, que a maioria conservadora do Congresso aprove o *impeachment* contra a presidenta. Ou seja, não apenas tentam impor um parlamentarismo de fato, como querem fazer valer a força conquistada graças à influência do dinheiro no processo eleitoral.

As mobilizações foram hegemônicas por quem deseja criminalizar não só o PT e o conjunto dos partidos de esquerda, mas também a classe trabalhadora nas suas mais diversas expres-





sões, organizações e movimentos: os sem-terras, os sem-tetos, os sindicatos combativos, os grupos e entidades populares.

É isto que explica o ódio presente nos atos de 15 de março e 12 de abril, que abriram espaço até mesmo para manifestações ostensivas da extrema-direita e homenagem a um torturador identificado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

A persistência deste impasse político de fundo desgasta a esquerda (que não consegue maioria congressional para implementar mudanças, nem mesmo manter as atuais) e fortalece a direita (que usa a maioria congressional para implementar o programa da oposição de direita, para achacar e sabotar o governo, assim como para chantagear com o *impeachment*).

O Partido dos Trabalhadores defende que a solução para a crise política passa por mais democracia, não por menos democracia.

Por isto reafirmamos nossa defesa da Assembleia Constituinte, da reforma política, da participação popular e da legitimidade dos processos eleitorais. Se a oposição de direita quer nos derrotar, que se organize para disputar as eleições de 2016 e 2018.

Pelos mesmos motivos, o PT defende tolerância zero com a facção golpista da direita. As articulações golpistas, especialmente as vindas de militares da ativa ou da reserva e de meios de comunicação, devem ser tratadas como determina a Constituição e a legislação nacional.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender os motivos que levam importantes setores da direita – inclusive lideranças como Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin e Fernando Henrique Cardoso – a flertar abertamente com o discurso e a perspectiva golpista.

A influência da extrema-direita decorre de um impasse econômico-social de fundo vivido pelo Brasil há várias décadas. Assim como 1954 e 1964 não foram por acaso, o que está ocorrendo agora também não é por acaso.

Toda vez que o Brasil teve governos que adotaram uma política externa soberana, que garantiram progressos na qualidade de vida



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

do povo e certa ampliação nas liberdades democráticas, a maior parte das classes dominantes reagiu em favor das medidas opostas: dependência externa, restrições às liberdades, desigualdade social.

Hoje vivemos mais um destes momentos de definição entre dois caminhos para o Brasil: ou bem regressamos ao desenvolvimento conservador de viés neoliberal, com dependência externa, restrições às liberdades democráticas e aprofundamento da desigualdade social; ou bem avançamos em direção a um desenvolvimento de novo tipo, democrático-popular e articulado ao socialismo.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender, finalmente, que a conjuntura em que vivemos não se limita ao Brasil.

As características fundamentais do atual período internacional são: a) ainda estamos numa etapa de defensiva estratégia do socialismo; b) e sob uma hegemonia capitalista como nunca antes na história; c) por isto mesmo, o capitalismo vive uma profunda crise; d) que por sua vez aguça uma disputa inter-capitalista que vai adquirindo contornos cada vez mais agressivos; e) o que ajuda a entender a reação no fundamental defensiva expressa na formação de blocos regionais.

No caso do continente americano, há dois projetos de integração regional: de um lado o subordinado aos Estados Unidos, de outro lado a integração autônoma. Projetos simbolizados, respectivamente, pela Alca e pela Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos.

A principal base de apoio da Celac é a Unasul. E a principal base de apoio da Unasul está no tripé Argentina, Venezuela e Brasil. Três países que neste momento estão imersos em crises econômicas e políticas.

“A” causa de fundo da tripla crise é o esgotamento da estratégia seguida, nestes três países, pelos chamados governos progressistas e de esquerda.

Há várias maneiras de explicar este esgotamento: a) os limites intrínsecos aos projetos “social-democratas” e “populistas”; b) os limites do reformismo nos países de capitalismo dependente; c) os





limites do progressismo num só país; d) os limites de quem busca fazer reformas sem mudar as estruturas econômico-sociais fundamentais; d) os limites do “melhorismo”, ou seja, tentar melhorar a vida do povo sem reformas estruturais nem revolução.

A crise internacional de 2007-2008 acelerou o esgotamento da estratégia seguida no Brasil.

Nesse momento, nosso país é o “elo mais fraco” da corrente de governos progressistas e de esquerda na região, entre outros motivos porque melhoramos a vida das classes trabalhadoras sem elevar de maneira correspondente seus níveis de politização e organização; mantivemos intacto o oligopólio da mídia; não colocamos a luta contra os oligopólios empresariais e contra a corrupção como tarefas permanentes; desde 2002 elegemos o PT na presidência da República mas um Congresso onde as forças progressistas são minoritárias.

Contradições que agora foram agravadas pelo fato de termos vencido as eleições de 2014 graças à mobilização da esquerda, para logo após o governo implementar um ajuste fiscal recessivo.

Construir uma frente democrática e popular

É necessário criar uma **articulação permanente do conjunto das forças políticas, sociais e culturais que construíram a nossa vitória no segundo turno das eleições de 2014**. Partidos e setores de partidos, movimentos sociais, trabalhadores da cultura e intelectualidade democrática devem ser convidados a compor uma grande frente onde possam debater e articular ações comuns, tanto em defesa da democracia quanto em defesa das reformas democrático-populares.

Nos marcos desta articulação, é necessário **relançar a campanha pela reforma política e pela mídia democrática**, contribuindo para que o governo possa tomar medidas avançadas nestas áreas e para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional. O PT precisa exercer mais do que um papel de





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

figurante na luta pela democratização da mídia: deve engajar e orientar seus quadros e militantes a ajudar na construção das mobilizações que os movimentos sociais a duras penas têm construído no país nos últimos anos.

A eleição de Eduardo Cunha para dirigir a Câmara dos Deputados mais conservadora desde a redemocratização reforça a centralidade da mobilização do campo democrático-popular por um plebiscito oficial que convoque uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político, sem prejuízo de avançarmos em medidas imediatas de uma reforma política popular, como a proibição do financiamento empresarial, o fim das coligações nas eleições proporcionais, o voto em listas partidárias, a paridade de gênero, a ampliação dos canais de participação popular, entre outros.

A militância do PT deve ser convocada a participar ativamente da luta pela reforma política, apoiando as iniciativas do movimento social e do partido, particularmente a mobilização da campanha do Plebiscito da Constituinte e a coleta de assinaturas da campanha do PT.

Entretanto, neste momento é fundamental criarmos uma unidade entre as três principais campanhas pela reforma política que têm presença do campo democrático-popular – o Plebiscito Constituinte, a Coalizão e o projeto de iniciativa popular do PT. Preservando suas bandeiras próprias, estas três campanhas devem marchar unificadas contra o retrocesso da PEC da contrarreforma e pelo “Devolve, Gilmar!”.

A mobilização da sociedade será fundamental para impedir mais um retrocesso no nosso sistema político, que adviria da aprovação da PEC da contrarreforma.

Ao mesmo tempo, é o momento mais do que oportuno para a presidenta Dilma, os movimentos sociais e partidos de esquerda resgatarem o programa vitorioso das urnas, que defendia uma reforma política democrática e a convocação de um plebiscito oficial para dar voz ao povo nas mudanças do sistema político.

No âmbito desta articulação permanente do conjunto das forças que apoiaram no segundo turno a reeleição de Dilma, devemos aprovar o **engajamento coletivo nas mobilizações sociais**, a exemplo da construção do Primeiro de Maio.





Faz-se necessário, também, **implementar uma política de comunicação do campo democrático e popular**, iniciando pela construção de uma agência de notícias, articulada a mídias digitais (inclusive rádio e TV web), com ação permanente nas redes sociais, que sirva de retaguarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de ideias, tomando como exemplos o papel cumprido pelo Muda Mais na campanha eleitoral de 2014 e as diversas experiências semelhantes existentes nas mídias partidárias, sindicais e sociais de esquerda.

Esta agência de notícias deve estar articulada à produção de um **jornal diário de massas**, criando uma rede com o conjunto das publicações do campo democrático-popular e integrando esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste país e que foi tão importante no segundo turno.

A política de comunicação de que necessitamos se integra à política de cultura e de educação, com o objetivo de criar uma cultura de massas orientada por valores democrático-populares e socialistas, combatendo a crescente ofensiva conservadora no terreno das ideias.

Finalmente, é preciso compreender que a defesa do governo também exige mobilização social. Um exemplo disto são as mobilizações em defesa da Petrobras, do Pré-Sal, do modelo de partilha e da política de conteúdo nacional, contra os ataques da oposição de direita. Nossa base social, como se viu no dia 13 de março, responde favoravelmente a esta convocatória, mesmo que a atual direção nacional do PT tenha titubeado em sua convocação.

Na articulação permanente do conjunto das forças políticas, sociais e culturais que construíram a nossa vitória no segundo turno das eleições de 2014, o PT defenderá a seguinte plataforma democrática e popular:

a) Reforma política, através de uma Constituinte exclusiva precedida de plebiscito oficial. Destacamos na reforma política a luta pelo fim do financiamento político empresarial, combinado a um combate permanente contra a corrupção na vida econômica e social, no Estado e nos partidos políticos;





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

b) Democracia na comunicação, com a Lei da Mídia Democrática e a implantação das principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009;

c) Democracia representativa, democracia direta e democracia participativa, para que a mobilização e luta social influencie a ação dos governos, das bancadas e dos partidos políticos. O governo precisa dar continuidade à participação social na definição e acompanhamento das políticas públicas e tomar as medidas para reverter a derrubada da Política Nacional de Participação Social, objeto de decreto presidencial cancelado pela maioria conservadora da Câmara dos Deputados no dia 28/10/ 2014;

d) Pauta da classe trabalhadora, incluindo a luta contra o PL 4330 (terceirização), a luta contra as MP 664 e 665, o fim do fator previdenciário, a implantação da jornada de 40 horas sem redução de salários, assim como as medidas indicadas por seis centrais sindicais em nota divulgada dia 13/1/2015.

e) Reformas estruturais, com destaque para a Lei da Mídia Democrática, a reforma política, as reformas agrária e urbana, a universalização das políticas de saúde e educação, a defesa dos direitos humanos e a desmilitarização das Polícias Militares;

f) Salto na oferta e na qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo brasileiro, em especial na educação pública, com reformas pedagógicas e curriculares no ensino básico, médio e universitário, regulamentando o Sistema Nacional de Educação (SNE) previsto no Plano Nacional de Educação (PNE); no transporte público; na segurança pública e no SUS, sobre o qual reafirmamos nosso compromisso com a universalização do atendimento e o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública;

g) Ampliação da importância e dos recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte, pois as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais precisam criar raízes no tecido mais profundo da sociedade brasileira;

h) Proteção dos direitos humanos, defender os direitos e a vida das mulheres, criminalizar a homofobia, enfrentar o racismo e





os que buscam criminalizar os movimentos sociais, lutar contra a redução da maioria penal. Afirmamos o compromisso com a revisão da Lei da Anistia de 1979 e com a punição dos torturadores. Assim como com a reforma das polícias e a urgente desmilitarização das PMs, cuja ineficiência no combate ao crime só é superada pela violência genocida contra a juventude negra e pobre das periferias e favelas;

i) Soberania efetiva sobre as riquezas nacionais, entre as quais o Pré-Sal, e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira, entre as quais o Banco Central, a quem compete entre outras missões combater a especulação financeira que está por detrás das candidaturas da oposição de direita;

j) Política de desenvolvimento de novo tipo, ambientalmente orientada, articulada com as reformas estruturais democráticas e populares (com destaque para as reformas urbana, agrária e tributária) e com nossa luta pelo socialismo.

É a luta por medidas políticas e diretrizes programáticas desta natureza, amplas, envolventes, de natureza mais social que institucional, que farão a diferença nos próximos quatro anos. É a luta por estas medidas que ajudará a construir as melhores condições para a vitória do campo democrático-popular em 2016 e 2018.

Mudar nossa estratégia

Evidente que os atos iniciais de um governo não obrigatoriamente determinam seu desfecho. Neste sentido, é bom lembrar que os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma fizeram concessões ao grande capital, à oposição de direita e ao oligopólio da comunicação. Isto foi especialmente evidente nos períodos em que o ex-ministro Palocci ocupou posições de destaque, tanto no primeiro mandato de Lula quanto no primeiro mandato de Dilma.

As concessões feitas ao grande capital, à oposição de direita e ao oligopólio da comunicação faziam parte de uma estratégia





melhorista, que visava **melhorar a vida do povo através de políticas públicas, não de reformas estruturais.**

A estratégia melhorista é profundamente diferente da estratégia que o PT construiu e aplicou nos anos 1980 e em parte dos anos 1990.

Entre 1980 e 1995, a estratégia do PT visava melhorar a vida do povo combinando políticas públicas e transformações estruturais de natureza democrático-popular, articuladas com a luta pelo socialismo.

Esta alternativa democrático-popular e socialista negava a conciliação de classes, considerava que a classe capitalista era nossa inimiga estratégica e afirmava a necessidade de grandes conflitos e rupturas, em que só teríamos êxito se soubéssemos combinar construção partidária com luta cultural, luta social com ação institucional.

Depois das eleições de 1989, frente ao efeito combinado da ofensiva neoliberal e da “crise do socialismo”, amplos setores do PT abandonaram a estratégia democrático-popular e socialista, adotando em seu lugar a estratégia melhorista.

A primeira versão da estratégia melhorista fazia uma crítica ao neoliberalismo e defendia a aliança com os setores produtivos do grande capital.

A segunda versão foi traduzida na linguagem social-liberal da “Carta aos Brasileiros” (2002), que fazia concessões diretas ao capital financeiro e transnacional.

O principal argumento em favor da estratégia melhorista sempre foi o da correlação de forças. Acreditava-se que este caminho seria menos conflituoso e dispensaria rupturas, pois afinal de contas não estaria em questão fazer reformas estruturais, muito menos uma revolução social.

A adoção do melhorismo ampliou ao centro e à direita o nosso arco de alianças; ao mesmo tempo, nossa ação coletiva foi concentrando-se nas instituições, deixando de lado grande parte da antiga ênfase acerca do papel estratégico da vida partidária, da luta social e da batalha cultural.





A história dos últimos 12 anos, entretanto, revela que enquanto a esquerda moderava sua estratégia, os setores hegemônicos da direita e do grande capital radicalizaram sua posição.

Para tais setores, o que sempre esteve em questão era e continua sendo **impedir que o povo melhore de vida por ação do Estado**.

É por isso que, quando nosso governo introduz políticas públicas vigentes em países da Europa, aqueles setores da direita e do grande capital reagem como se estivéssemos promovendo uma revolução socialista, confirmando assim algo que o PT dizia nos anos 1980: a conciliação de classes serve ao pacto das elites, não aos interesses democráticos e populares.

Para os setores hegemônicos da direita e do grande capital, pouco importa o que façamos, **importa quem somos, o que expressamos como projeto de sociedade**. Por isto, trabalham para destruir o PT e o conjunto da esquerda. Neste contexto, **insistir numa estratégia que a realidade vem superando**, não é apenas um erro: é um suicídio.

Também por isto somos absolutamente contrários a implementar, mesmo que parcialmente, o programa dos derrotados na eleição de 2014. Implementar o programa dos derrotados contribui para confundir, desorganizar e dispersar as forças que venceram as eleições presidenciais de 2014, facilita as operações de sabotagem implementadas pela oposição de direita e também por setores da base do governo, não ajuda a bloquear eventuais tentativas de interromper nosso mandato, além de criar um ambiente favorável aos que desejam nos derrotar nas eleições de 2016 e 2018.

Por isto precisamos mudar a estratégia.

A política adotada pelo PT em sua primeira década de existência, especialmente a partir do 5º Encontro Nacional (1987), foi baseada no programa democrático-popular e socialista e numa estratégia que articulava luta social, luta institucional, disputa politico-cultural e organização partidária.

Entretanto, depois da derrota sofrida nas eleições de 1989, um setor importante do Partido entendeu que era necessário mudar de programa e de estratégia.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Houve resistências e uma intensa luta interna entre 1990 e 1995. A partir de então e até 2005, houve uma expressiva maioria no Diretório Nacional e nos diretórios estaduais a favor de um novo programa e de uma nova estratégia.

A partir de 1995, o objetivo programático do Partido, que até então era derrotar o capitalismo e construir o socialismo, foi colocado (de fato) em segundo plano. O objetivo programático do Partido passou a ser (de fato) derrotar o neoliberalismo, o que implicava não mais iniciar uma transição socialista mas sim administrar um capitalismo não-neoliberal.

Isso significou, na prática, que embora o socialismo tenha continuado *de direito* nosso objetivo programático, foi convertido num “horizonte” que, como já se disse muitas vezes, se afasta na exata proporção em que dele nos aproximamos. E como o caminho é longo e cheio de pedras, ao perseguir este horizonte supostamente inatingível alguns começaram a dizer que o socialismo na verdade seria “democracia + bem estar social + economia de mercado”.

À medida que o objetivo programático passou a ser derrotar o neoliberalismo, setores do grande capital passaram a ser considerados aliados estratégicos. Em função disto, passamos a realizar cada vez mais alianças com partidos de centro e direita, que expressavam exatamente os interesses daqueles setores da burguesia.

Como o grande capital brasileiro é hegemônico pelo setor financeiro e monopolista, setores do Partido passaram a defender e a praticar alianças com estes setores, ou seja, exatamente com os setores beneficiários e interessados no neoliberalismo que supostamente se pretendia derrotar. E, em consequência disto, começaram a propor e a realizar alianças inclusive com o PSDB, além de fazer uma oposição complacente frente aos governos tucanos.

A mudança no objetivo programático e nas alianças foi acompanhada por mudanças na política de acúmulo de forças e de conquista/construção do poder.

Até 1995, nosso caminho para o poder incluía participar das eleições e exercer mandatos. Mas a luta institucional era um dos





meios, não o único meio e nunca o fim. A luta institucional era considerada parte de uma estratégia que incluía também a luta e organização social, a construção de uma aliança orgânica entre as forças democrático-populares, a disputa ideológica, cultural, de visões de mundo, bem como a organização do próprio PT como partido de massas.

Mas ao longo dos anos 1990, especialmente a partir de 1995, a luta institucional foi progressivamente se tornando “a” estratégia, que subordinava e na prática às vezes substituía os demais aspectos.

As mudanças no objetivo programático, na política de alianças, na política de acúmulo de forças, na via de conquista/construção do poder não impediram a nossa vitória nas eleições presidenciais de 2002. Aquelas mudanças estratégicas tampouco impediram que nossos governos federais, estaduais e municipais melhorassem a vida do povo.

Mas com o passar do tempo foi ficando cada vez mais claro que a estratégia adotada a partir de 1995, além de não conduzir ao socialismo, possuía também “defeitos de fabricação” que impediam atingir seus próprios objetivos.

Afinal, para continuar melhorando a vida do povo, ampliando a democracia e a soberania nacional, é preciso fazer reformas estruturais. Na ausência de reformas estruturais, a tendência é que acabe se impondo o retrocesso nas condições de vida do povo e a retomada de uma hegemonia de tipo neoliberal.

Para fazer reformas estruturais, necessitamos de força política e social, já que tais reformas de caráter democrático-popular contrariam os interesses das classes dominantes no plano nacional e internacional.

Acontece que a estratégia adotada pelo PT desde 1995 visava e visa conquistar o governo e mudar as ações de governo. Não é e nunca foi uma estratégia de poder, de disputa de hegemonia e ampliação do apoio político e social para o Partido, de reformas estruturais.

Chegamos ao governo, mas não conquistamos o poder. E aqueles setores políticos e sociais que detêm o poder estão cada vez mais





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

ameaçando nossa continuidade no governo, como fica claro ao compararmos os resultados das eleições presidenciais desde 2002 até 2014.

Por isto, seguir adotando esta estratégia nos levará, na prática, inapelavelmente, a administrar o retrocesso do que fizemos desde 2002 e ajudar em nossa própria derrota, nas eleições e/ou fora delas.

Noutra palavras: a estratégia majoritária no PT entre 1995 e 2005 nos trouxe até certo ponto. Talvez pudéssemos ter chegado até aqui com outra estratégia, talvez não. Independentemente disto, para seguir adiante, o Partido dos Trabalhadores precisa construir outra estratégia.

Uma estratégia que reconheça que só é possível continuar melhorando a vida do povo se fizermos reformas estruturais.

Uma estratégia que construa as condições políticas para fazer reformas estruturais.

Uma estratégia que recoloque o socialismo como objetivo estratégico.

Uma estratégia que parta da constatação de que o grande capital é nosso inimigo estratégico.

Uma estratégia que não acredite nos partidos de centro-direita como aliados.

Uma estratégia que seja baseada na articulação entre luta social, luta institucional, luta cultural e organização partidária.

Uma estratégia que retome a necessidade do partido dirigente e da organização do campo democrático-popular.

Em 2005 já havia ficado clara a necessidade desta nova estratégia.

Mas o que resultou do PED realizado em 2005 foi a eleição de uma nova direção partidária comprometida com algumas mudanças na implementação da estratégia, mas não comprometida com a adoção de uma nova estratégia.

Embora limitadas, as mudanças realizadas na política do PT entre 2006 e 2010 melhoraram o ambiente no Partido, contribuíram para que o governo Lula fizesse uma inflexão à esquerda e nos permitiram vencer as eleições presidenciais de 2006 e 2010. Mas a





estratégia continuou a mesma. Aliás, alguns setores interpretaram os resultados positivos da inflexão iniciada em 2005 como demonstração de que não seria necessário mudar de estratégia.

As consequências deste erro ficaram claras em junho de 2013, nas eleições de 2014 e neste início do segundo mandato de Dilma.

Ao não mudar a estratégia, enfrentamos os problemas advindos do agravamento de seus efeitos colaterais. Ao não mudar a estratégia no momento adequado, somos obrigados a tentar a alteração agora, quando é mais difícil fazê-lo.

É importante lembrar, a respeito, que no PED de 2013 alguns setores do PT se recusaram a fazer qualquer debate político estratégico. Hoje estamos pagando o preço por isto.

Embora o estilo predominante no atual governo possa agravar as coisas, os impasses estratégicos atuais não decorrem principalmente das ações (e inações) da presidenta Dilma.

As escolhas estratégicas feitas pelo PT, ou pela maioria do Partido, foram anteriores ao ingresso de Dilma no Partido. E as opções feitas pelo governo neste primeiro bimestre de 2015 têm a mesma genética das opções feitas por Lula no biênio 2003-2004.

A diferença fundamental é que mudaram completamente as condições da luta de classes. O cenário internacional foi alterado, o grande capital mudou de atitude, os setores médios e parcelas crescentes da classe trabalhadora também mudaram sua atitude frente ao PT e aos governos que encabeçamos.

Ou seja: se é verdade que a estratégia melhorista tinha seus ônus e seus bônus, agora os bônus estão desaparecendo e os ônus agigantaram-se.

Para construir uma saída para esta situação, para convencer a maioria da classe trabalhadora brasileira de que entramos numa fase em que será necessária outra estratégia, é preciso convencer em primeiro lugar o nosso próprio Partido.

Convencer a nós mesmos, ao PT, de que precisamos sair da situação atual, em que buscamos melhorar as condições de vida do povo nos marcos do capitalismo, para uma nova situação, em que





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

melhoraremos as condições de vida do povo através de reformas estruturais democrático-populares e de medidas de tipo socialista.

Só retomaremos a condição de partido hegemônico no governo, se nos dispusermos a conquistar/construir as condições para sermos partido hegemônico no poder de Estado.

Hoje, quando defendemos a necessidade de realizar reformas estruturais, de resolver os problemas na raiz, portanto de radicalizar, é comum sermos contestados da seguinte forma: a correlação de forças é pior hoje do que em 2003. Se em 2003 não radicalizamos, como fazê-lo com êxito nas condições atuais?

Nossa resposta é: não desconhecemos as condições difíceis, sabemos os riscos envolvidos e ninguém pode garantir êxito; mas estamos naquela situação em que uma política recuada é mais arriscada do que uma política ousada.

Dito de outra forma: quando nossos inimigos estão recuados, temem a nossa força e estão dispostos a fazer acordos, os acordos podem até trazer alguns benefícios. Mas quando os inimigos estão em plena ofensiva, buscando efetivamente nos liquidar, os acordos e recuos geralmente têm como resultado fortalecê-los ainda mais e facilitar esse objetivo, ao tempo que confundem e desmoralizam nosso lado.

Evidentemente, uma política ousada só terá êxito se basear-se nas condições potenciais de mobilização, organização e consciência das classes trabalhadoras.

O segundo turno das eleições de 2014 mostrou que é perfeitamente possível sair de armadilhas políticas, convocando a imensa energia social que temos acumulada. E o início do segundo mandato demonstra que desconhecer esta energia acumulada e adotar como regra fazer concessões aos inimigos tem como resultado perder apoios e reforçar ódios (como demonstram várias pesquisas publicadas no início de 2015).





Alterar a linha do governo, rumo a um segundo mandato superior

A vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014 foi a vitória daqueles que defendem combinar desenvolvimento com democracia, bem estar social, soberania nacional e integração regional.

Contudo, a vitória de Dilma Rousseff foi acompanhada pela eleição de um Congresso nacional mais conservador do que o das legislaturas anteriores, bem como da eleição de governadores vinculados à oposição de direita em estados importantes. Derrotamos o retrocesso, mas nem em 2006, nem em 2010 o campo conservador esteve tão perto de recuperar a Presidência.

Tomado de conjunto, considerando em particular o quadro econômico nacional e internacional, o cenário pós-eleitoral é bastante difícil.

A este quadro difícil soma-se a chamada Operação Lava Jato, não apenas por seus efeitos políticos e midiáticos, mas também por seu impacto sobre a Petrobrás, sobre outras empresas e sobre o conjunto da economia.

Em síntese: nas eleições presidenciais de 2014, impedimos o retrocesso que seria causado por uma vitória da oposição de direita, mas não criamos as condições institucionais necessárias para fazer um segundo mandato superior.

Os derrotados na eleição presidencial perceberam isto desde o primeiro momento. Questionaram formalmente o resultado, inclusive propondo uma “recontagem” de votos. Estimularam e participaram de manifestações nas quais setores de ultra-direita pediram por uma ditadura militar, além de exibirem fartamente um criminoso comportamento homofóbico, racista e sexista. Não escondem sua disposição de sabotar e até mesmo interromper o mandato presidencial que ora se inicia. Mantêm intensa pressão política e midiática em favor da aplicação do programa derrotado nas urnas.

Frente a tudo isto, o governo da presidenta Dilma Rousseff teria três opções fundamentais.





A primeira opção seria **aplicar integral e imediatamente o programa vitorioso** no segundo turno da campanha presidencial.

Esta hipótese, para ser exequível e exitosa, dependeria do governo, do PT e de seus aliados na esquerda partidária e social superarem também integral e imediatamente seus atuais déficits de organização, mobilização e consciência. O que teria como pressuposto a adoção de outra estratégia, não apenas por parte do Partido e aliados de esquerda, mas também por parte da própria presidenta.

A segunda opção seria **fazer mediações** entre o programa vitorioso nas eleições presidenciais, as debilidades do campo popular, o poderio demonstrado pela oposição de direita, os níveis de infidelidade na chamada base de governo e as circunstâncias difíceis deste início de mandato.

Nesta hipótese, o governo iniciaria a aplicação do programa vitorioso nas eleições, mas num ritmo que permitiria ao próprio governo, ao PT e aos seus aliados na esquerda partidária e social superar seus atuais déficits de organização, mobilização e consciência. Portanto, as **mediações** visariam ganhar tempo; tempo necessário à criação das condições para transitar da atual estratégia (baseada em **melhorar a vida do povo através de políticas públicas**) para outra estratégia (baseada em **transformar a vida do povo através da combinação entre políticas públicas e reformas estruturais**).

A terceira opção seria **fazer concessões programáticas** aos que perderam a eleição.

Quando falamos de **concessões programáticas**, não nos referimos principalmente à composição do ministério. Afinal, dada a política de alianças e o resultado eleitoral, era previsível que o ministério do segundo mandato Dilma incluiria personagens incompatíveis com um programa democrático-popular, com reformas estruturais, com transformações mais profundas, como aliás tem sido até aqui.

Quando falamos de concessões programáticas, tampouco nos referimos a **aspectos** do programa. Pelos mesmos motivos cita-





dos no ponto acima, é óbvio que no conjunto das ações do segundo mandato Dilma haveria iniciativas do interesse de aliados de direita e de setores do grande capital.

Quando nos referimos a concessões programáticas, nos referimos principalmente a adoção de uma **política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas**. Falamos, portanto, de um tipo de concessão que **contamina** todo o governo, todas as políticas públicas, o conjunto da economia, da sociedade e da política brasileira.

A presidenta Dilma Rousseff escolheu esta terceira opção.

O ajuste fiscal implementado pelos ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa vai provocar recessão. A lógica de cortar “despesas” trabalhistas (MPs 664 e 665) e aumentar juros beneficia o setor financeiro e seus sócios, em detrimento do restante da sociedade.

Um país que crescia pouco ou não crescia, necessitava de outro tipo de “ajuste fiscal”. O Brasil necessitava e segue necessitando de um “ajuste fiscal” que transfira recursos da especulação para a produção, da minoria rica para a maioria trabalhadora. Só desta forma será possível combinar a recomposição da indústria – sem a qual não há crescimento nem desenvolvimento – com a ampliação do bem estar social.

A opção pelo ajuste fiscal através de medidas recessivas não é novidade no Brasil. Agora, como nos anos 1980 e 1990, seus defensores argumentam que reduzindo os ganhos dos trabalhadores, espera-se que os capitalistas se vejam estimulados a investir. Com isso, a economia voltaria a crescer e no final “todos ganhariam”, ainda que alguns mais do que os outros.

Todos sabemos quais foram os efeitos deste “modelo” nos anos 1980 e 1990, no Brasil. E todos estamos vendo sua aplicação produzir um desastre político e social em parte da Europa.

Evidente que Nelson Barbosa e Joaquim Levy são obrigados, ao implementar este “modelo”, a levar em consideração certos limites impostos pela presidenta, que assumiu compromissos públicos no processo eleitoral, não apenas com seus eleitores, mas com a tão citada nação brasileira.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Entretanto, os seguidos aumentos da taxa de juros; o veto ao reajuste da tabela do IR; as alterações previstas nas MP 664 e 665; a decisão de não vetar o artigo 143 da Medida Provisória 656/2014, que permite investimentos estrangeiros nos serviços de saúde; e a proposta de abertura do capital da Caixa Econômica Federal (que felizmente parece ter sido deixada de lado) revelam que os limites impostos pela presidenta tendem a ser atropelados pela lógica global das medidas.

A opção por uma política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas está tornando a situação mais perigosa do que já era: a) uma conjuntura por si já extremamente complexa; b) os efeitos das medidas recessivas citadas; c) uma oposição que continua belicosa, estimulada por d) uma mídia que interpreta as medidas do governo como prova de que tinham razão no debate eleitoral; e) demandas políticas e sociais pendentes, especialmente de políticas urbanas e agrárias; f) importantes movimentos sociais – com destaque para a CUT e outras centrais sindicais – convocando mobilizações contra as medidas do governo; g) dúvidas, confusão e conflitos em segmentos crescentes da base eleitoral, social e militante que elegeu a presidenta Dilma.

Todos sabíamos que o segundo mandato Dilma Rousseff seria um governo em disputa, como foram os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma. Portanto, estava óbvio que seria necessária forte mobilização, tanto para apoiar o governo contra a direita e o grande capital, quanto para enfrentar determinadas políticas resultantes de um governo de coalizão – o que nos obrigaria a reforçar o PT e a construir uma frente orgânica com os aliados da esquerda partidária e social, em defesa das reformas estruturais.

Mas a opção por uma **política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas** ameaça mudar perigosamente os termos da equação. Pois uma coisa é mobilizar contra **aspectos** da política do governo, ao mesmo tempo que se concorda com o fundamental; e outra coisa profundamente diferente é ter que mobilizar contra aspectos fundamentais da política do governo, contra





concessões programáticas centrais que o governo faz ao grande capital e à direita.

Noutras palavras: a opção feita pela presidenta Dilma Rousseff, a favor de uma política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas coloca o Partido dos Trabalhadores e o conjunto da esquerda que nos ajudou a vencer as eleições de 2014 frente a uma **encruzilhada extremamente perigosa e totalmente desnecessária**.

A preocupação é reforçada pela **matemática da política**. Ocorre que não atuamos na correlação de forças de 2002, 2006 ou 2010. Estamos nos marcos da correlação de forças de 2014, o que significa dizer que relativamente pequenas defecções em nossa base podem nos levar a uma derrota global.

Não se trata de atribuir ao governo estrito senso a solução dos problemas estratégicos, como se estes fossem resolvidos através de atos administrativos como a substituição de ministros, embora isto também deva ser feito, especialmente nas áreas da Fazenda, Cidades e Agricultura.

Entretanto, há problemas cuja solução depende no fundamental de políticas de governo. Entre estas destacamos três: mudar a política econômica, democratizar a comunicação e realizar a reforma política.

Uma das condições de êxito de nosso projeto é a retomada do crescimento econômico, com ênfase no fortalecimento da capacidade industrial do Brasil.

Trata-se de **reverter o quadro de desindustrialização e desnacionalização**, construindo uma forte cadeia de empresas estatais e públicas nos setores econômicos estratégicos, para induzir o crescimento a partir de uma perspectiva de desenvolvimento democrático e popular.

Em termos práticos, isso demanda: 1) redução nas taxas de juros, para estimular investimentos produtivos; 2) taxas de câmbio administradas, que elevem a competitividade dos manufaturados brasileiros no mercado internacional e não prejudiquem a importa-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

ção de bens de capital para a indústria; 3) reforma tributária que taxe fortemente o capital entesourado e as heranças, estimule o capital produtivo e desonere os rendimentos do trabalho; 4) aplicação firme das leis contra a formação de cartéis, oligopólios e monopólios e contra as ações corruptoras dessas corporações; 5) criação de empresas estatais que induzam os setores privados, principalmente médios e pequenos, a produzir ciência, tecnologia e inovação, adensar as cadeias produtivas nacionais e realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola; 6) ampliar a produção de alimentos, através de mudanças na política agrícola e na estrutura agrária; 7) melhorar as condições de vida da maior parte da sociedade, especialmente fortalecendo econômica, política e culturalmente a classe trabalhadora assalariada.

A história demonstra que, nos momentos de crise como os que vivemos, é o Estado que deve tomar a iniciativa de comandar o processo de manutenção e ampliação dos investimentos necessários. Motivo pelo qual reafirmamos nossa defesa do caráter público da Caixa Econômica Federal e nossa exigência por uma redução expressiva e imediata da taxa de juros.

Nos últimos anos, o governo brasileiro esforçou-se para impedir que o impacto da crise internacional atingisse os setores populares. Isto teve um alto custo fiscal, criando dificuldades orçamentárias neste início do segundo mandato Dilma Rousseff. Estas dificuldades fiscais devem ser enfrentadas, principalmente, através da redução da taxa de juros, da revisão de subsídios e isenções, da progressividade no imposto de renda e das demais medidas tributárias que façam os ricos e corruptores deste país pagarem a conta necessária para superar a crise e retomar o crescimento, com destaque para o imposto sobre as grandes fortunas.

Além disso, coerente com o compromisso firmado pela presidenta Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral, de manutenção dos direitos sociais e trabalhistas, o Governo deve retirar as MPs 664 e 665.

A mudança na política econômica – entendendo por isto abandonar a lógica do ajuste fiscal recessivo e trilhar o caminho da in-





dustrialização com soberania nacional e sustentabilidade ambiental – exigirá uma imensa batalha política.

Este momento de crise exige e é propício para um salto qualitativo no modelo de desenvolvimento nacional, com ênfase na inovação e na sustentabilidade. Por exemplo: o planejamento de longo prazo, inclusive no que diz respeito aos serviços ambientais no meio urbano e rural, articulados num programa de desenvolvimento sustentável, é a saída para enfrentar o ciclo recessivo e a “crise hídrica” causada não pela natureza, mas pela ação e inação de governos como o do estado de São Paulo.

Um programa socioambiental federal para preservação dos solos, das águas, do clima e da biodiversidade, construído no mesmo espírito de urgência e solidariedade que orientou o Mais Médicos, repercutirá na economia, geração de renda e qualidade de vida para toda população.

Sanear, reciclar, implantar energias limpas e com menos dependência de combustíveis fósseis, reduzir desmatamentos e emissões de carbono mitigará os efeitos das crises relacionadas às mudanças climáticas e terá impacto sobre os custos financeiros de outros serviços públicos, como a saúde, por exemplo.

Evidentemente isso implica em subverter a timidez das políticas do Ministério do Meio Ambiente, bem como o redirecionamento das políticas do conjunto nas diversas pastas do governo com o mesmo foco. Uma política global de Estado que supere a usual compartimentação, favoreça e estimule o cumprimento dos acordos internacionais sobre este tema.

Aos céticos quanto à uma guinada de tal envergadura, há que se responder que se o governo foi capaz de mover-se em direção ao programa adversário, poderá fazê-lo no sentido inverso, se estiver convencido de que disto dependerá não apenas sua capacidade de sobrevivência política, mas principalmente os destinos do Brasil.

Nossas chances maiores ou menores de êxito nesta batalha dependem de alterações imediatas na política de comunicação.

Quando fala de Pátria Educadora – sem entrar no mérito do nome utilizado ou das concepções pedagógicas envolvidas – a pre-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

sidenta Dilma de fato enfatiza a formação da mão de obra. Sem em nenhum momento reduzir a importância da elevação do nível educacional técnico e profissional do conjunto da população brasileira, entendemos que é necessário abordar de outra forma o problema.

Não haverá mudança social profunda no Brasil, se isto não for acompanhado por uma mudança cultural na visão de mundo da maioria da população brasileira. Precisamos tornar hegemônicos os valores democráticos, populares e socialistas.

Mas o que temos assistido desde 2003 é uma reação das ideias conservadoras em todos os terrenos. Isto se deve, em parte, ao fato de que não houve nenhuma mudança estrutural no terreno da cultura, da educação e da comunicação. Ao contrário: o grande capital e a direita não apenas mantiveram como ampliaram sua ofensiva em cada um destes terrenos. Cabe em boa parte ao governo tomar medidas que alterem esta situação.

No terreno da Cultura, trata-se de superar o modelo de mercado baseado na Lei Rouanet, entre outras medidas, que desenvolvemos na resolução sobre cultura aprovada pelo Congresso da Articulação de Esquerda.

No terreno da Educação, trata-se de combinar a ampliação de vagas com o fortalecimento do setor público, a valorização do profissional da educação, a mudança no projeto pedagógico e curricular, a adoção de uma educação antirracista e não sexista.

No terreno da comunicação, trata de apoiar a aprovação da Lei da Mídia Democrática e implementar as principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009.

A democratização das comunicações favorece a produção e veiculação livre de conteúdos independentes. A regulamentação e o controle social da mídia reduzem a manipulação das notícias. Por isso as empresas de comunicação que dominam o mercado têm reagido atacando o governo. Este, por sua vez, parece estar evoluindo de uma posição liberal – que confiava no “controle remoto” – para a defesa da regulação econômica, que pode levar à quebra do oligopólio.





Entretanto, é preciso ir além e rápido: mudar o conjunto da política de publicidade, apoiar a mídia democrática e adotar uma postura ofensiva, da parte do governo, na comunicação com a sociedade.

O PIG tenta desqualificar as propostas de controle social da mídia como se fossem censura, parte de uma manobra para encobrir escândalos de corrupção. As empresas que atuam na área tentam aparecer como campeões da “liberdade de expressão”, não apenas para disfarçar suas manipulações, leviandades e calúnias, mas principalmente para ocultar o fato de que o oligopólio é quem pratica a censura. Por tudo isto, a comunicação governamental não pode continuar sendo um assunto de agências publicitárias. Para defender com êxito o governo, é preciso que o próprio governo se defenda adequadamente.

O centro da questão está em entender que o governo é uma instituição política, não apenas administrativa. Este é, aliás, o único aspecto racional do ataque que a direita faz contra o chamado e mal denominado bolivarianismo.

Em outros governos progressistas e de esquerda latino-americanos, compreende-se claramente que o papel do governo não consiste apenas em administrar, é também liderar politicamente. Já em setores da esquerda brasileira, prevalece uma visão administrativista e tecnocrática.

As manifestações massivas de 2013 levaram a presidenta Dilma a defender a necessidade de uma profunda reforma política. O tema voltou a ser defendido na campanha eleitoral e no discurso de posse da presidenta, apontando como pontos centrais as formas de financiamento das campanhas eleitorais, as regras eleitorais e os mecanismos de interlocução com a sociedade e os movimentos sociais. Mas houve um visível recuo na defesa da Constituinte e do Plebiscito. Não há compromisso com a defesa explícita do fim do financiamento empresarial, do voto em lista, do fim das coligações proporcionais, da paridade de gênero etc.

Se o governo não impulsionar com firmeza a mobilização em favor destas mudanças concretas, restará apenas o protagonismo





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

dos partidos e movimentos democrático-populares para se contrapor ao “protagonismo” do Congresso, com o risco de ser aprovada uma contrarreforma conservadora, a exemplo do “distritão” do PMDB.

Atualmente, os principais projetos ou campanhas que tratam da reforma política são os seguintes:

a) PDL 1508/2013 – projeto de decreto legislativo apresentado pela campanha do Plebiscito da Constituinte e subscrito por mais de um terço dos deputados na Câmara. Também foi protocolado outro projeto com o mesmo teor no Senado Federal. Dispõe sobre a convocação de um plebiscito oficial com a mesma pergunta do plebiscito popular de setembro de 2014: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”

b) PEC 352/13 – proposta de emenda constitucional elaborada pelo GT da Câmara dos Deputados, cujo relator foi o ex-deputado Cândido Vaccarezza. Foi retomada por Eduardo Cunha – tão logo eleito presidente da Câmara dos Deputados – e constitucionaliza o financiamento empresarial da política, uma modalidade de voto distrital, o voto facultativo, o fim da reeleição para cargos no Executivo, a coincidência das eleições em todos os níveis, a criação de cláusula de barreira, a unificação do prazo mínimo de filiação para a elegibilidade em seis meses, entre outros retrocessos.

c) Formulário do abaixo-assinado do projeto de iniciativa popular de reforma política do PT. Consta os quatro principais pontos defendidos pelo partido: 1) financiamento público exclusivo de campanhas políticas; 2) Voto em lista preordenada para os parlamentos; 3) Aumento compulsório da participação feminina nas candidaturas; 4) Convocação de Assembleia Constituinte exclusiva sobre Reforma Política.

d) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650) no Supremo Tribunal Federal, de iniciativa da OAB, questiona o financiamento de empresas aos partidos políticos e nas campanhas eleitorais. Já reúne maioria de 6 votos a 1 a favor da proibição do financiamento empresarial, mas desde abril de 2014 o ministro Gilmar Mendes pediu vistas da ação e não devolve para terminar o julgamento.





e) Projeto de Lei da Coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas (PL 6316/13). Impulsionada pela OAB, CNBB e outros movimentos, tem como principais eixos: 1) “financiamento democrático” de campanha (proibição da doação empresarial e doação de pessoa física em até R\$ 700); 2) eleição proporcional em dois turnos (primeiro no partido, depois no candidato); 3) paridade de gênero na lista pré-ordenada e 4) ampliação dos instrumentos de democracia direta.

Desde a eleição de Eduardo Cunha, estamos sofrendo uma ofensiva da direita no debate da reforma política. Na verdade, a direita mudou de tática sobre o tema. Se antes atuava para impedir a aprovação dos projetos da esquerda no Congresso Nacional, agora quer aprovar sua própria proposta de reforma política.

Como um de seus primeiros atos, o novo presidente da Câmara submeteu e o plenário da Câmara aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional 352/13, a PEC Vaccarezza/Henrique Alves, que estava até então na Comissão da Constituição e Justiça.

Desde 2013, o PT e a sua bancada têm posição contrária à PEC por considerá-la uma contrarreforma política, especialmente por constitucionalizar o financiamento eleitoral empresarial e por abandonar o sistema proporcional em favor do chamado “distritão”.

Para incidir nas próximas eleições, a direita trabalha com a meta de aprovar a contrarreforma no Congresso até o final de setembro e atua em jogo combinado com o ministro do STF Gilmar Mendes, que segura há 11 meses uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI 4650) de iniciativa da OAB que proíbe o financiamento empresarial.

No STF, a ação já alcançou a maioria de 6 a 1 favorável à proibição. No entanto, se a PEC da contrarreforma for aprovada neste meio tempo, constitucionalizando o financiamento empresarial, corremos o risco da ação ser prejudicada. Daí a importância do movimento “Devolve, Gilmar”.

Como já dissemos, a vitória de Dilma Rousseff foi acompanhada pela eleição de um Congresso nacional mais conservador do





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

que o das legislaturas anteriores, bem como da eleição de governadores vinculados à oposição de direita em estados importantes.

A oposição de direita pretende aprofundar sua hegemonia institucional, nas eleições municipais de 2016 e nas eleições gerais de 2018.

Frente a isto, o Partido deve abandonar o discurso de que “a oposição não aceita que a eleição acabou” e adotar um discurso que explique ao povo brasileiro o que está em jogo, a importância de se organizar nos movimentos populares e instrumentos de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e de apoiar os governos e parlamentares vinculados à esquerda, a necessidade de pressionar os parlamentos e governos de direita e a inevitabilidade de novos confrontos eleitorais em 2016 e 2018.

A atenção dedicada pelo PT aos rumos do governo Dilma Rousseff não pode nos levar a deixar de lado o acompanhamento dos governos estaduais e municipais, com destaque para aqueles encabeçados pela esquerda, especialmente pelo PT.

Neste contexto, ressaltamos a importância do governo de Minas Gerais no desmascaramento do modo tucano de governar.

Também neste contexto, manifestamos nosso repúdio à chacina ocorrida recentemente em Salvador, Bahia, praticada por policiais militares, frente a qual nosso governador adotou uma postura absolutamente tradicional, que banaliza a guerra que está sendo praticada contra a juventude negra e pobre. Para além do conteúdo, certas declarações feitas pelo governador – comparando os PMs a jogadores de futebol – foram de uma infelicidade atroz e merecem nosso mais veemente repúdio.

Ao mesmo tempo que nos somamos aos que protestaram, exigindo investigação e punição, reafirmamos nossa defesa da desmilitarização das Polícias Militares. E cobramos um posicionamento do conjunto do PT e da área de direitos humanos do governo federal.

Manifestamos, ainda, a necessidade de apoiar o governo estadual do Maranhão, no desmonte da oligarquia Sarney.





É necessário, também, o acompanhamento dos governos municipais e estaduais vinculados à oposição.

Um exemplo da tática frente aos governos de direita é a mobilização ocorrida no Paraná, contra as políticas neoliberais de desmonte do Estado, de precarização dos serviços públicos e de cortes nos direitos de servidores, promovidas pelo governador tucano Beto Richa.

Um contraexemplo é a ausência do PT (até o momento em que escrevemos este texto) em mobilizações frente ao descalabro hídrico causado pelo governo tucano de Alckmin.

Finalmente, ressaltamos a importância do êxito da gestão encabeçada por Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo. Neste sentido, é preciso impedir que se repitam – agora e em 2016 – os erros táticos que nos levaram a uma derrota nas eleições de 2014 em SP.

Embora a tática eleitoral em 2016 tenha aspectos locais, cabe ao Partido definir os parâmetros nacionais do processo, em torno das seguintes diretrizes: apoio ao governo Dilma, defesa de uma plataforma de aprofundamento das mudanças e prioridade para os partidos de esquerda nas alianças.

O Partido deverá realizar debates em todo o país para elaborar propostas democráticas e populares para os municípios brasileiros, contribuindo assim para as plataformas que apresentaremos nas eleições de 2016.

Para além dos governos, é preciso atenção para os parlamentos, com destaque para o Congresso Nacional.

O resultado da eleição da presidência da Câmara dos Deputados confirma a predominância do conservadorismo e do fisiologismo entre os parlamentares eleitos em 2014.

A vantagem obtida por Eduardo Cunha, vitorioso no primeiro turno com 267 dos 513 deputados, demonstra a necessidade de outro tipo de governabilidade, que não se iluda com a chamada “base do governo”.

Neste congresso conservador e sob a presidência de Eduardo Cunha, temas como a reforma política, a lei da mídia democrática,



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

a punição dos crimes da ditadura militar, o combate à corrupção e mesmo a cassação do deputado Jair Bolsonaro só terão chance de êxito se houver intensa pressão social.

Neste contexto, setores do Partido defendiam uma composição com a candidatura de Eduardo Cunha. E criticam a opção feita pela bancada, de lançar a candidatura de Arlindo Chinaglia. Os defensores desta proposta seguem não entendendo o quadro político brasileiro e a necessidade de mudar de tática e de estratégia. Continuam acreditando que mais vale um péssimo acordo do que uma boa briga.

A bancada do PT na Câmara dos Deputados agiu corretamente. Poderíamos ter vencido, se a composição do ministério e a atitude do conjunto do governo tivesse sido outra. Mas sabíamos, desde o princípio, que era grande a chance de derrota. E ainda assim era fundamental ter candidatura.

Em primeiro lugar porque são nulas as chances de composição com o que Eduardo Cunha representa, salvo ao preço da descaracterização mais abjeta do PT. Em segundo lugar, por demonstrar quem efetivamente combate as práticas fisiológicas, corruptas e antipopulares. Em terceiro lugar, para sinalizar aos setores democráticos da sociedade e do próprio Congresso Nacional a necessidade de uma nova tática, seja para combater as tentativas de retrocesso – com destaque para a contrarreforma política e o PL 4330 – que o novo presidente da Câmara dos Deputados busca implementar, seja para lutar por nossa plataforma democrática e popular.

O quadro no Senado tampouco é tranquilo. Sem mobilização social, a força da direita na institucionalidade não apenas sufocará qualquer chance de aprofundar as mudanças no país, como provocará retrocessos.

Mudar o PT: um partido para tempos de guerra

A experiência histórica, tanto nacional quanto internacional, vem demonstrando que a continuidade do capitalismo implica em sofri-





mentos cada vez mais intensos e em crises cada vez mais perigosas para a imensa maioria da população de nosso planeta.

Por outro lado, este mesmo capitalismo criou as bases para a construção de outro tipo de sociedade, uma sociedade baseada na produção coletiva e na propriedade social dos meios de produção, uma sociedade onde os trabalhadores e as trabalhadoras decidam democraticamente o quê produzir, como produzir e como distribuir as riquezas, superando a opressão e a exploração presentes onde existe a divisão da sociedade em classes, bem como criando as condições sociais indispensáveis à superação de outras formas de opressão e exploração.

A experiência histórica também demonstrou as imensas dificuldades e riscos que se colocam para aqueles que pretendem superar o capitalismo e realizar uma transição socialista. Por isto, devemos combinar de forma permanente a luta contra o capitalismo com o estudo do capitalismo, a luta pelo socialismo com o estudo das tentativas de construção do socialismo.

Deste estudo, há três ideias que se destacam. A primeira delas é que a superação do capitalismo depende da luta das classes trabalhadoras. A segunda delas é que, existindo as necessárias condições objetivas, o êxito desta luta depende fundamentalmente do grau de consciência, organização e mobilização da classe trabalhadora assalariada – ou seja, daquela classe que é diretamente explorada pelos capitalistas. A terceira é que a luta socialista supõe diferentes formas de organização, de luta e de mobilização, bem como diferentes estratégias, táticas e políticas de aliança; mas sempre exige a presença do partido político.

A experiência demonstra, ainda, que em diferentes épocas e contextos históricos, houve diferentes tipos de partidos políticos. Desde as revoluções burguesas até a época da Associação Internacional dos Trabalhadores, desde a Comuna de Paris até a chamada Segunda Internacional, desde a Revolução Russa de 1917 até a Chinesa de 1949, desde a vitória da Revolução Cubana de 1959 até a derrota das guerrilhas latino-americanas, passando pelas guerras





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

de libertação em África e Ásia, pelas experiências anarquistas, nacionalistas, populistas, social-democratas e comunistas, a classe trabalhadora construiu variados tipos de partidos, que algumas vezes entraram em confronto, mas também fizeram alianças entre si.

Desta larga experiência, que também deve ser objeto de permanente reflexão, extraímos duas grandes lições. A primeira, já referida: o sucesso da luta contra o capitalismo e pelo socialismo exige que a classe trabalhadora se organize de diversas formas, entre as quais o partido político. A segunda: é a prática concreta que define o papel que um partido joga em cada circunstância histórica, entendendo por “prática concreta” a ideologia, a teoria, a estratégia, as táticas, as formas organizativas e principalmente o vínculo com a classe trabalhadora realmente existente.

Nenhum partido nasce pronto e acabado, nenhum partido tem o monopólio da classe, nenhum partido é eterno. Mas sem partido, a luta da classe trabalhadora será claudicante, mais facilmente sujeita a derrotas táticas e de antemão derrotada estrategicamente.

A história dos partidos da classe trabalhadora brasileira possui cerca de 100 anos. Inclui os anarquistas, os socialistas, assim como setores vinculados à tradição democrático-radical, nacionalista, cristã e sindicalista. Nesta história, destacam-se o trabalhismo, o comunismo e o petismo.

Desde o final da ditadura militar até os dias atuais, o Partido dos Trabalhadores é o partido com maior influência nas classes trabalhadoras brasileiras, com mais força política social e institucional, com mais destaque internacional.

Os demais partidos vinculados à classe trabalhadora são aliados, adversários ou inimigos do PT, mas o fato de sua ação política estar referenciada no PT confirma que na atual fase da história brasileira o petismo mantém hegemonia sobre a esquerda brasileira, hegemonia que decorre de sua influência de massa e também das condições sob as quais se trava, hoje, a luta política no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980. Sofreu diversas transformações ao longo de sua trajetória de 35 anos. Estas





transformações responderam em parte às mudanças objetivas ocorridas na sociedade brasileira, na luta entre as classes sociais. Por outra parte, as mudanças sofridas pelo PT são produto da luta entre as diversas correntes existentes no interior do Partido, correntes que expressam de maneira mais ou menos consciente o ponto de vista de diferentes setores da classe trabalhadora.

Para ter êxito numa política de reformas estruturais, o PT precisa “fazer o dever de casa”, ou seja, reiterar incansavelmente seu caráter de classe, a necessidade de manter uma relação estreita com os movimentos e lutas sociais, e jamais abandonar ou distorcer seus mecanismos de democracia interna.

Estas atitudes são fundamentais para a sobrevivência do PT, seja frente às correntes de ultra-esquerda, que procuram derrotá-lo a pretexto de que o partido abandonou seus ideais, seja frente aos constantes ataques da direita, que procura liquidá-lo porque tem clareza de que o PT é o principal instrumento que as classes trabalhadoras têm disponível hoje, para a conquista do poder e para a mudança das relações sociais.

O PT é um partido de massas, o que significa dizer que em maior ou menor medida ele deve conter em seu interior a diversidade de posições políticas que existe na classe trabalhadora. Isto significa que o PT deve ser aberto à participação de correntes desenvolvimentistas, social-democratas e inclusive social-liberais. Entretanto, devemos travar uma luta constante para que estes setores evoluam para posições democrático-populares e socialistas.

Embora praticando táticas eleitorais de alianças com diversos setores sociais e políticos, visando ao enfrentamento contra partidos e representantes da direita neoliberal, o PT precisa combater as atitudes daqueles petistas que procuram utilizar os mesmos métodos e hábitos burgueses desses eventuais aliados.

Por isto mesmo, o PT não deve temer fazer autocrítica de seus erros publicamente, nem vacilar em punir exemplarmente aqueles dirigentes e militantes que fizeram uso de métodos burgueses de atuação e, com isso, abriram flancos aos ataques inimigos, causaram prejuízo ao Partido e colocaram sua sobrevivência em risco.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

O Partido deve ter autonomia financeira. Para isto devemos assumir como Partido o combate contra a dependência frente às contribuições de empresas privadas. Por isto, também, devemos criar uma corregedoria interna, que se antecipe na descoberta de corruptos infiltrados no Partido. Ao mesmo tempo, o PT exige auditoria e punição contra a corrupção praticada nos governos tucanos. A este respeito, recomendamos a leitura da resolução “O PT e a luta contra a corrupção”, aprovada pelo Segundo Congresso da AE.

O processo de construção de um partido dos trabalhadores exige uma constante correção de rumos, através da reafirmação de sua estratégia, da atualização das políticas e táticas, e do aprofundamento da democracia interna, tendo em vista preservar o partido daqueles métodos, hábitos e costumes que ameaçam destruí-lo ou deformá-lo totalmente.

Em vista disso, o PT deve redobrar sua capacidade de formulação política, atualizando sua análise de classes da sociedade brasileira, com atenção especial aos deslocamentos ocorridos no interior da classe trabalhadora, a partir da elevação dos padrões de consumo de milhões de pessoas, nos últimos anos. Será necessário um esforço mais efetivo de análise do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, da formação e transformação histórica das classes sociais e da luta entre elas. E de reelaboração e discussão do programa estratégico para o Brasil, incluindo a questão do poder, do papel das diferentes formas de luta que a burguesia pode impor ao povo brasileiro e dos diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras.

Para preparar-se e tornar-se efetivamente capaz de ser força política hegemônica na sociedade brasileira e conquistar a direção do poder político como um todo, o PT precisa de uma clara hegemonia interna, em torno do programa e da estratégia democrático-popular e socialista, reiterando seu caráter de classe, de massas, de luta e internamente democrático. Deve, ainda, ampliar sua presença institucional e social e revigorar sua vida partidária, com atenção





primordial a suas bases organizativas. E superar a prolongada subestimação da formação política de dirigentes e militantes, utilizando tal formação inclusive como primeiro passo para o ingresso no partido e a ocupação de cargos de direção.

O PT deve, também, formular e executar uma política de cultura, educação e comunicação de massas, tendo em vista construir uma hegemonia das ideias democráticas, populares e socialistas no meio do povo, hoje vítima de uma violenta ofensiva do ideário conservador.

No caso específico da comunicação, trata-se de 1) democratizar a comunicação social; 2) ampliar a rede de meios de comunicação (televisões, rádios, internet e imprensa) dirigidos pelo campo democrático-popular; 3) construir os instrumentos do próprio Partido, com destaque para um jornal diário de massas, que seja o núcleo central de produção do conteúdo que será repercutido através dos demais meios, especialmente das redes sociais.

Continuamos trabalhando para que o PT assuma um papel de vanguarda, não apenas na luta pelo governo, mas também na luta pelo poder; não apenas na luta pelo desenvolvimento, mas também na luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

Diretrizes organizativas

É com este espírito, também, que apresentamos as seguintes diretrizes de reforma organizativa do Partido dos Trabalhadores:

a) voltar a ser um partido que atua também nos anos ímpares e que sabe combinar luta social, luta cultural, construção partidária, com disputa eleitoral, ação parlamentar e governamental;

b) reatar laços orgânicos com nossa base social, por um lado retomando a prática do trabalho de base e por outro lado reabrindo a capacidade de mobilização social;

c) constituir uma frente popular orgânica com aqueles setores que integram o campo democrático-popular, por exemplo outros partidos de esquerda e entidades históricas da classe trabalhadora, dos negros e negras, das mulheres e da juventude, como a CUT,





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

UNE, UBES, MST, MNLM, CMP, CONAM, MMM, AMB, CONEN e ABGLT;

d) construir uma política de comunicação de massas – articulando impressos (jornais e revistas), rádio, televisão e redes sociais – voltada a defender as posições da classe trabalhadora, fortalecer os laços com os movimentos sociais, lutar pela ampliação de direitos e liberdades democráticas, amplificar o alcance do programa democrático-popular e socialista na disputa ideológica, no plano nacional e internacional, dialogar e organizar nossa ampla base social, realizar a disputa política e ideológica permanente com nossos adversários e também com nossos inimigos de classe;

e) reconstruir sua rede de organizações de base, através da constituição de núcleos do PT nos locais de trabalho, de moradia, de estudo e setoriais temáticos;

f) reorganizar seu trabalho de formação, do básico à formação de quadros dirigentes, com o objetivo de atingir da maneira mais rápida o maior número de militantes, dando ênfase não apenas a nossa história e a nossas propostas programáticas democrático-populares, mas também aos aspectos político-ideológicos e teóricos indispensáveis à luta da classe trabalhadora pelo poder e pelo socialismo;

g) fortalecer as instâncias partidárias, em detrimento dos centros de comandos paralelos localizados nos gabinetes parlamentares e executivos. Com este espírito, proibir que seja presidente partidário quem exerce mandato legislativo ou executivo;

h) eleger as direções partidárias nos congressos partidários. Fim do PED e da influência das práticas eleitorais burguesas (como a compra de votos) nos processos internos;

i) organizar a atuação e a influência de massas do petismo entre os jovens, através de uma JPT militante e de massas, que supere seu profundo processo de dispersão e desorganização em um dos momentos em que o PT é mais desafiado a dialogar com as novas gerações;

j) reafirmar a paridade de gênero e as cotas étnico-raciais e de juventude na composição das direções partidárias, reafirmando





Tendência petista Articulação de Esquerda

nosso esforço de organizar setores historicamente excluídos e compreendendo que sua presença nas direções partidárias pode contribuir para superar nossos problemas políticos e organizativos;

k) garantir a autossustentação financeira. Um partido de trabalhadores não pode depender de recursos financeiros doados pelo empresariado, seja para fazer campanhas eleitorais, seja para conduzir o cotidiano da vida partidária. Para tanto, deve ser vedado o recebimento de recursos financeiros de empresas, nos termos explicados na resolução “O PT e a luta contra a corrupção”;

l) fortalecer nosso trabalho de relações internacionais;

m) colocar a política no comando e reafirmar o caráter de classe do Partido. Os problemas organizativos vividos pelo PT derivam de opções políticas e sua solução também passa pela política. E a principal decisão política é: o PT pretende continuar sendo um partido da classe trabalhadora.





O PT e a luta contra a corrupção

O Partido dos Trabalhadores está diante da maior crise de sua história. Ou mudamos a política do Partido e a política do governo Dilma; ou corremos o risco de sofrer uma derrota profunda, que afetará não apenas o PT, mas o conjunto da esquerda política e social, brasileira e latino-americana.

Para enfrentar esta situação, precisamos reocupar as ruas; construir uma Frente Popular; mudar a estratégia e o funcionamento do Partido; alterar a linha do governo.

O Partido que temos não está à altura dos tempos em que vivemos. Das direções até as bases, é preciso realizar transformações profundas.

Precisamos de um partido para tempos de guerra.

Para cumprir estas tarefas, é preciso sair da defensiva. E sair da defensiva inclui enfrentar de outra forma o tema da corrupção.

Independentemente das razões que levaram a isto, o fato é que neste momento o PT perdeu a batalha da opinião pública no que diz respeito ao tema corrupção.

A pecha de “corrupto” grudou no partido.

Entender os motivos disto e adotar medidas para reverter esta situação tornou-se, hoje, uma das condições indispensáveis para nos tirar da defensiva política.

Ao apresentar esta **resolução para debate no Diretório Nacional e no 5º Congresso do Partido**, a tendência petista Articulação de Esquerda espera contribuir com este objetivo.



Corrupção, capitalismo e democracia

A corrupção é um fenômeno muito antigo, presente nas sociedades humanas desde que a propriedade privada emergiu como resultado do desenvolvimento histórico.

Mas na exata medida em que o capitalismo levou o sistema da propriedade privada ao paroxismo, o capitalismo também deu dimensão sistêmica à corrupção como um meio adicional para elevar a concentração da renda e da riqueza patrimonial de um setor da sociedade, à custa de outro setor.

A corrupção não é um fenômeno apenas ou principalmente de sociedades capitalistas pouco desenvolvidas. Pelo contrário, é nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas que o processo de corrupção é mais sofisticado.

Nestas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, a corrupção não é um fenômeno residual, mas sim uma engrenagem complexa de transferência de recursos, às vezes fora da lei, mas muitas vezes coberta por um manto de legalidade.

Quando um funcionário público direciona uma licitação, a sociedade não tem dúvida sobre o que está ocorrendo.

Mas a mesma clareza acerca do que é corrupção não se estende a outras ações que são parte daquela engrenagem sistêmica a que nos referimos antes.

Um exemplo disto são os pareceres emitidos por agências de classificação de risco. As análises feitas por “especialistas”, os argumentos esotéricos utilizados para justificar uma nota “x” ou “y”, tudo parece normal, dentro da lei e até científico. Mas de fato estamos diante de um *lobby* corruptor extremamente violento.

Outros exemplos: quando a diretoria de um Banco Central decide qual a taxa de juros, transferindo bilhões dos cofres públicos em direção a cofres privados; quando um governo promove venda maciça de estatais, a preço de banana, favorecendo determinados compradores; quando um poderoso conglomerado privado de comunicação aborda um determinado tema, o fazendo de acordo com seus próprios interesses ou os de seus anunciantes.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, a engrenagem da corrupção inclui negócios com papéis financeiros fictícios; juros de agiotagem; taxas ilegais; tributos regressivos; isenções, incentivos, desonerações, restituições, perdões e evasões fiscais; favorecimento com créditos estatais; roubo de segredos tecnológicos e negociais; gorjetas e cobrança de propinas.

Para que tal engrenagem funcione, os corruptores tornam-se proprietários, sócios ou anunciantes dos meios de comunicação; cooptam funcionários de empresas públicas e de órgãos do Estado, inclusive auditores fiscais, dirigentes de agências reguladoras e de órgãos de fiscalização e até mesmo magistrados; operam no sentido de manter as normas que definem a estrutura e o funcionamento de tal engrenagem e/ou de aprovar novas normas que a aprimorem e/ou de burlar as normas existentes, sempre com o objetivo de acelerar e elevar a concentração de renda e a riqueza patrimonial.

A corrupção existe tanto nas ditaduras quanto nas democracias. Mas mesmo naquelas democracias representativas, formais, liberais – como é o caso da atual democracia brasileira – a existência de reais liberdades democráticas constitui uma ameaça potencial à manutenção, ao aprimoramento e à burla das normas que permitem a continuidade da engrenagem de corrupção e de concentração de renda e de riqueza.

Por isto os corruptores preferem ditaduras. Mas quando não dispõem de ditaduras, fazem de tudo para corromper as liberdades democráticas, convertendo a democracia em negócio. Respeitam o preceito liberal segundo o qual “um cidadão, um voto”, mas tomam as medidas necessárias para que alguns cidadãos sejam “mais iguais” do que os outros, a saber, para que possam comprar o voto dos demais.

Há, portanto, uma convergência de interesses entre os corruptores, a direita partidária e os setores que a direita representa. Pois uma democracia efetiva ameaça não apenas os corruptores, mas também as forças de direita, o conjunto do grande capital e os principais meios de comunicação. A aliança entre estes setores ficou clara, por exemplo, entre 1989 e 2002.





A Constituição de 1988 formalizou parte importante das liberdades democráticas que haviam sido arrancadas na prática pelas lutas sociais desde o final dos anos 1970. Integrando este processo, a maior parte da população, inclusive a mais pobre e analfabeta, ganhou acesso ao direito de voto, ao direito de manifestação, à liberdade de opinião e organização. Neste contexto, o PT quase venceu as eleições presidenciais de 1989.

Para derrotar o PT, as forças da direita, do grande capital e os grandes meios de comunicação apelaram para um personagem que as elites sabiam quem era e do que era capaz (o restante da população descobriria pouco tempo depois).

O elegeram e apoiaram sua saída quando deixou de ser útil. E posteriormente, para seguir derrotando o PT, a direita de punhos de renda não teve dúvida em se aliar à direita tradicional, em comprar votos, em fazer operações “no limite de sua responsabilidade”, em praticar a conhecida privatária.

Pelos mesmos motivos, a aliança entre corruptores, partidos políticos de direita, o grande capital e os meios de comunicação introduziu mudanças na legislação, no sentido de “americanizar” ainda mais a dinâmica eleitoral.

O financiamento privado de campanhas (legal ou ilegal) foi o combustível da “americanização” das campanhas eleitorais brasileiras, processo que fez os candidatos serem tratados como “produtos” e o eleitorado tratado como “mercado consumidor”.

Como resultado da “americanização”, as campanhas tornaram-se caríssimas, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito, mas também por conta da contratação de shows e a compra de votos, disfarçada de contratação de cabos eleitorais.

A compra de votos nas eleições, a compra de cadeiras no executivo e no legislativo, a compra de votos nos parlamentos, assim como a compra de propagandistas dos meios de comunicação de massa transformaram-se assim num dos principais sistemas desta engrenagem corrupta.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Quando observamos a engrenagem como um todo, fica claro que os corruptos são instrumentos, são peças de um mecanismo. Que o financiamento das campanhas eleitorais é um dos mecanismos de transmissão. E que os corruptores, os beneficiários da corrupção sistêmica, são as grandes empresas capitalistas.

O sistema de campanhas eleitorais financiadas por empresas privadas, essencial para proteger os interesses do poder econômico nos legislativos e nos executivos, envolve vários bilhões de reais: mais de R\$ 5 bilhões na campanha de 2014.

Ou seja: tornou-se um grande negócio para várias facções capitalistas (empresas de marketing, comunicação de massa, e transportes, por exemplo).

Os imensos valores envolvidos obrigaram os capitalistas a criar formas de obtenção destes recursos, formas que não reduzissem sua riqueza patrimonial.

O corrupto confesso Paulo Roberto Costa explicou que o financiamento privado das campanhas eleitorais é apenas um empréstimo a ser pago posteriormente com decretos e leis que aumentem a concentração da renda e da riqueza patrimonial.

Mas a descrição feita por Paulo Roberto Costa e outros “delatores” comprova que aquele “empréstimo” é feito na maior parte das vezes com recursos decorrentes do sobrepreço (ou **superfaturamento**) cobrado por obras públicas ou por serviços prestados ao setor público (governos e empresas estatais); ou da economia feita por meio da sonegação de impostos (como nos casos de redução criminosa de multas autorizada pelo Conselho Administrativo de Recursos Financeiros-CARF); ou de recursos protegidos via evasão de divisas (como no caso do HSBC).

O **superfaturamento** das obras públicas seria impossível sem a oligopolização do setor, dominado por poucas empresas que formam um cartel que impõe seus preços.

Neste sentido, a engrenagem da corrupção é uma alavanca essencial para o crescimento das empresas de construção pesada como grandes corporações empresariais.





Por isto, sem derrotar o oligopólio a corrupção terá continuidade.

Agindo da forma acima descrita, o poder econômico consegue influenciar fortemente e em muitos casos controlar não apenas as eleições, mas também o sistema de escolha e apresentação de candidaturas pelos partidos.

Trata-se de uma característica da democracia burguesa, que pode ser minimizada, mas não totalmente superada, pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão à compra de votos e pela educação política permanente da sociedade.

Onde isto não ocorre, os candidatos mais viáveis são aqueles com condições de levantar grandes recursos junto às empresas privadas.

O que, é lógico, tem como pressuposto que tais candidatos sejam pessoas que mantêm pontos de vista favoráveis ao processo de concentração de renda e da riqueza patrimonial, e estão dispostas a defender as normas referentes a tal processo de concentração.

O PT, desde seu nascimento, denunciou esse processo como antidemocrático e corrupto. E durante muitos anos o PT deu ênfase ao tema da ética na política. Mas, surpreendentemente, neste mesmo período o PT deixou de construir mecanismos de autofinanciamento. E foi pouco a pouco se adaptando aos mecanismos de financiamento que combatera.

Vale dizer que este processo de adaptação afetou o conjunto do PT, mesmo que tenha sido mais pronunciado em alguns setores do que outros.

Alguns começaram a agir como se acreditassem que era possível manter-se imune àquela engrenagem corrupta e corruptora; como se acreditassem que poderiam utilizá-la a serviço de outros propósitos, que não os da manutenção dos interesses do grande capital financiador; como se não houvesse outra alternativa, sob pena de perder as eleições para os que dispunham do financiamento empresarial; ou ainda como se bastasse seguir a lei, como se o problema de fundo estivesse no “caixa 2” e não no financiamento privado empresarial como um todo.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

A contribuição ilegal (“caixa 2”) tem algumas vantagens para as empresas. Pode ser feita com dinheiro não declarado. Pode ser feita sem que o público e os concorrentes do político beneficiado saibam. Pode servir para chantagear o beneficiário da contribuição ilegal.

Nisto podem ser resumidas as diferenças entre o “caixa 2” e o financiamento privado feito dentro da lei: impede-se o controle público dos recursos, tanto na origem, quanto no destino. Mas para além deste problema, de ordem política, não há como distinguir diferenças “éticas” entre um dinheiro supostamente limpo, porque declarado, e outro “sujo”, porque “não contabilizado”.

A rigor, com as devidas exceções, tanto o financiamento empresarial legal quanto o ilegal visam o tráfico de influência, ou seja, visam estimular decisões governamentais que beneficiem as empresas privadas. Que parte do dinheiro lucrado desta forma seja reinvestido em determinados políticos, para ampliar os efeitos do tráfico de influência, ou que seja desviado para fins estritamente pessoais, não deve nos fazer perder de vista qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto.

O “mensalão”, a crise de 2005 e a AP 470

Desde 1995, as campanhas eleitorais e o funcionamento cotidiano do Partido dos Trabalhadores tornaram-se crescentemente dependentes do financiamento privado empresarial. Começaram a surgir frequentes sinais de que este tipo de recurso era utilizado também nas disputas internas do Partido, ou para finalidades pessoais.

Entretanto, quando comparado a outros partidos, a contaminação do PT por este tipo de prática era residual. Em consequência disto, a imagem pública do PT até 2005 era a de um partido extremamente ético no trato dos recursos públicos. O chamado “mensalão” e a AP 470 alteraram esta percepção.

A crise de 2005 – causada pela denúncia de uma suposta compra de votos de parlamentares em votações de interesse do governo, com supostos pagamentos mensais, que o deputado Roberto





Jefferson (PTB) chamou de “mensalão”, apelido que a mídia consagrou – deixou claros todos os efeitos daninhos que o financiamento privado eleitoral pode causar a um partido de esquerda.

A Ação Penal 470, relativa ao caso, foi totalmente marcada por ilegalidades. As mais graves são o julgamento (que terminou em 2013) em uma única instância, a condenação por crime não comprovado, uma aplicação aberrante do chamado “domínio de fato”, o infundado e exacerbado aumento de pena para evitar a prescrição, a tolerância frente a casos similares praticados pelo PSDB, a definição de penas em clima de loteria, o caráter espetacular do julgamento, assim como o objetivo explícito e assumido de prejudicar politicamente o Partido dos Trabalhadores.

Isto ocorreu sob a batuta de um procurador geral da República e de uma maioria absoluta de ministros do STF indicados durante os governos Lula e Dilma. Portanto, apesar de seu papel destacado, Joaquim Barbosa não é o único responsável pelas violências jurídicas cometidas no processo.

A Ação Penal 470 foi um desfile a céu aberto de violações dos direitos dos acusados. O mesmo STF agiu de forma diversa ao julgar acusados vinculados ao PSDB. O chamado “mensalão mineiro” é a prova cabal de que em uma sociedade de classes o direito penal é um instrumento político com destino certo e inequívoco.

Neste sentido, é imprescindível democratizar a justiça, inclusive os métodos e processo de escolha da alta cúpula do poder judiciário, atualmente sem nenhum controle ou participação popular.

Toda a AP 470 foi construída em torno de uma tese: a de que teria ocorrido compra de votos. Nada, absolutamente nada, foi comprovado a respeito. E tudo, absolutamente tudo, foi comprovado acerca do caráter pernicioso do financiamento empresarial privado das campanhas eleitorais.

Aqui vale reiterar os prejuízos causados ao PT pela influência concedida a Marcos Valério, um dos operadores do “caixa 23 tuca” nos anos 1990. Os fatos mostraram a imensa ilusão de classe cometida por quem acreditou que “se eles fazem, também podemos fazer”.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

A crise iniciada em 2005 teve como saldo positivo fortalecer a convicção, dentro do PT e de amplos setores da sociedade brasileira, de que é necessário eliminar totalmente o financiamento empresarial privado das campanhas eleitorais.

Entretanto, o papel lamentável cumprido entre outros pelo deputado federal Candido Vaccarezza, admoestado mas nunca punido pelo Partido, mostra a incosequência com que muitos defendem a reforma política. Incosequência que é diretamente proporcional ao grau de dependência (e acomodação) de tantos frente ao financiamento empresarial privado.

Olhando de conjunto o processo como um todo, inclusive a prisão de José Dirceu, José Genoíno, João Paulo Cunha e Delúbio Soares, percebemos que a crise de 2005 e a AP 470 resultam de um duplo movimento: por um lado, da ação combinada dos partidos de direita, do oligopólio da mídia e de seus tentáculos no aparato judicial-policial; por outro lado, de um conjunto de ações, opções, omissões e erros cometidos pelo PT e aliados de esquerda.

Uma vez encerrado o julgamento e anunciadas as prisões, a mídia repetiu à exaustão a mentira sórdida de que se tratava do “maior escândalo político da história do Brasil”. A tabela a seguir demonstra que isto não é verdadeiro.





Alguns escândalos e valores implicados

Caso	Ano de revelação + (quando ocorreu)	Valor (em R\$)	Principais personagens
Projeto Sivam	1995	1,4 bilhão*	Governo FHC (PSDB) e Raytheon
PROER	1995	43 bilhões**	Governo FHC (PSDB) e bancos privados
Privatização das teles	1998	3 milhões*	Governo FHC (PSDB), Jereissati e grupos Opportunity.
AP 470 (Mensalão)	2005	141 milhões***	PT, PTB e outros
Metrô de SP e CPTM	2013(1998-2006)	1,8 bilhão****	Governos Covas, Serra e Alckmin (PSDB) e cartel metroviário (Alstom, Siemens, CAF e outras)
Petrobras (Lava Jato)	2014(1997-2012)	6 bilhões**	PSDB, PT, PP, PMDB
Carf (Zelotes)	2015	19 bilhões	Gerdau, RBS, Ford, Santander
HSBC	2015 (2007)	20 bilhões	Proprietários da Globo, Bandeirantes, Folha, RBS e outras

* Valores da época

** Estimado

*** Conforme e PGR

**** Valor dos contratos atualizado para 2013





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

O dano causado pelo chamado “mensalão” e pela AP 470 teria sido menor, caso o Partido tivesse adotado uma postura distinta em 2005, inclusive afastando os que cometeram erros.

Mas não foi esta a opção, naquele momento, da maioria do Diretório Nacional do PT. Delúbio Soares, por exemplo, chegou a ser expulso mas foi posteriormente reintegrado ao Partido.

As prisões de Dirceu, Genoíno, Delúbio e Cunha fazem parte, portanto, de uma tragédia anunciada. Pois, de um certo ponto de vista, eles simbolizam uma estratégia baseada em concessões aos inimigos. Concessões que para muitos pareciam acertadas, quando o inimigo aparentemente recuava. Mas agora está claro que recuou para melhor saltar, sobre nós, com uma fúria brutal.

Aprofundando a dependência frente ao empresariado

Apesar do alerta de 2005 e das autocríticas parciais feitas posteriormente, nos anos seguintes (2006-2014) o Partido aprofundou a dependência frente às contribuições empresariais privadas.

O Partido aprofundou esta dependência sem nem ao menos adotar mecanismos de autodefesa, crendo piamente que a legalidade formal de tal financiamento nos deixaria livres de qualquer suspeita de corrupção.

Sustentava esta crença, ademais, no trabalho que foi realizado por nossos governos ao longo de doze anos, fortalecendo as instituições do Estado dedicadas à luta contra a corrupção.

Acontece que a história do Brasil mostra que as classes dominantes sempre fizeram do combate hipócrita à corrupção uma grande bandeira para conquistar o apoio de setores médios e populares, inclusive para golpes parciais ou profundos contra a democracia. Foi assim em 1954, foi assim em 1964, para ficar apenas nestes dois exemplos.

Parcela importante do PT parecia acreditar que o aumento da renda e da riqueza das classes dominantes, como mostram os lucros obtidos pelo sistema financeiro, agronegócio, comércio e servi-





ços nos últimos 12 anos, neutralizaria nossos inimigos de classe e nos permitiria continuar melhorando o padrão de vida dos setores populares sem suscitar reações.

Portanto, parcela importante do PT parecia crer ingenuamente que as classes dominantes nos permitiriam “jogar o jogo da política tradicional”.

Hoje ficou claro que não é assim: o “mensalão” do PT foi julgado, o “mensalão” tucano não foi; a corrupção na Petrobrás é escândalo midiático, a corrupção que envolve o Metrô e as ferrovias de São Paulo é nota de rodapé; a contribuição de empreiteiras para o PSDB é tida como legal, enquanto a contribuição das mesmas empreiteiras para o PT é criminalizada.

É verdade que a direita é hipócrita, aplicando dois pesos e duas medidas. Mas do ponto de vista político, adianta pouco reclamar dos inimigos por serem inimigos.

O que importa é perceber que antes eles toleraram e agora não toleram mais que façamos uso das regras e métodos deles, para impor derrotas parciais a eles.

Mais importante ainda é perceber que o uso do cachimbo faz a boca torta: não se usam impunemente os métodos da classe dominante.

O esgotamento da estratégia de melhorar a vida do povo sem fazer reformas estruturais, esgotamento em parte causado pela crise dos Estados Unidos e da Europa, nos levou a uma disjuntiva: ou voltar às políticas neoliberais ou construir uma nova estratégia de desenvolvimento, tendo as estatais como orientadoras do processo e acompanhando isto com reformas estruturais que aprofundem a democracia, o bem-estar social, a soberania e a integração.

Para as classes dominantes brasileiras, esta nova estratégia de desenvolvimento é inaceitável. A estratégia anterior, baseada principalmente em melhorar a vida do povo através de políticas públicas que ampliassem o consumo, foi suportada porque o contexto não impedia o grande capital de seguir enriquecendo. Já a nova estratégia, especialmente no atual contexto internacional, implicaria em restrições aos lucros do grande capital e, principalmente, fortaleceria o papel do Estado frente ao setor privado.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Por isto, o enfrentamento no tocante à taxa de juros e à lei da partilha do Pré-Sal foram divisores de águas, que empurraram o setor fundamental das classes dominantes, aberta ou sub-repticiamente, a decidir dar um basta à experiência governamental petista.

Infelizmente, nosso governo e a maioria de nosso Partido não perceberam a mudança na atitude das classes dominantes. O preço está sendo pago hoje, com juros e correção monetária.

Utilizando seu controle quase completo dos meios de comunicação de massa, as classes dominantes dobraram sua aposta no convencimento da opinião pública acerca da ineficiência do Estado (“caos” na saúde, nos transportes, na criminalidade etc.), das empresas estatais (obras atrasadas, obras inúteis etc.), bem como sobre o caráter corrupto da política e dos políticos em geral.

Ao mesmo tempo, ajustaram suas baterias contra o PT: a corrupção não seria alma gêmea do capitalismo, cevada pelo neoliberalismo, sistêmica em benefício dos corruptores empresariais. Pelo contrário, seria uma invenção do PT. O televisionamento do julgamento do chamado “mensalão” e, agora, a overdose do “petrolão” tem este propósito.

Frente a esta operação, que nunca foi clandestina nem sutil, temos que reconhecer que o nosso Partido adotou uma política confusa, defensiva e essencialmente incorreta, como é demonstrado pelo nosso desgaste crescente junto à nossa própria base social e eleitoral.

Já em 2005, quando (vista de hoje) a situação parecia mais fácil de lidar, o Partido optou por deixar a investigação e o julgamento totalmente nas mãos da Justiça. Naquela época, este foi um dos argumentos utilizados para não instituir comissão de ética e eventualmente expulsar todos os envolvidos em casos de corrupção, assim como também foi um dos argumentos utilizados para não constituir uma corregedoria interna com plenos poderes.

Posteriormente, enquanto uma parte do Partido parecia lavar as mãos, a outra parte parecia querer transformar os réus do “mensalão” em “vítimas”, havendo quem propusesse tratá-los como presos políticos.





Nenhuma destas atitudes era adequada, como os acontecimentos demonstraram.

Até porque as “vítimas” se converteram em tal porque no mínimo baixaram sua guarda contra as armadilhas das classes dominantes e, com isso, criaram sérios problemas ao Partido.

Por outro lado e muito mais grave, o Partido como um todo não adotou medidas que nos libertassem do financiamento privado empresarial. Pelo contrário, a dependência frente ao financiamento empresarial cresceu depois de 2005. Com isso, nossas decisões em favor da reforma política e do financiamento público soam para muitos setores, inclusive de nossa base social, como homenagens do vício à virtude.

O fato de termos sobrevivido à crise de 2005, bem como o fato de termos vencido as eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, fortaleceu a impressão de que não era necessário adotar medidas que tornassem o financiamento da atividade partidária algo independente do empresariado. Agora, quando o céu parece desabar sobre nossas cabeças, fica claro o tamanho do erro cometido.

O desencadeamento da Operação Lava-Jato, em 2014, parecia ser apenas mais uma destas operações que — embora desencadeadas com nobres objetivos republicanos — eram manipuladas para incriminar petistas e levar Dilma à derrota.

Certamente esta foi a intenção de alguns, no segundo semestre de 2014. Mas os limites impostos ao “PIG” pela campanha eleitoral, especialmente a possibilidade do governo e do PT disporem de meios mais potentes para responder aos ataques, impediu que a direita convertesse a primeira fase do “petrolão” em vitória eleitoral.

Passadas as eleições, agora que o PT e o governo não dispõem das garantias da legislação eleitoral, os meios de comunicação converteram a Operação Lava-Jato numa ação de cerco e aniquilamento.

E quanto mais aparecem novos casos de corrupção (HSBC, CARF), quanto mais parece o envolvimento de políticos de direita, quanto mais fica claro o caráter sistêmico da corrupção, quanto mais evidente se torna que o processo vem dos anos 1990 e tem





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

vínculos com a privatária tucana, mais histórico é o empenho da mídia para colocar a culpa de tudo nas costas do PT.

À primeira vista isto parece um paradoxo: afinal, os governos do PT são os que mais fizeram para combater a corrupção e apesar disto são os petistas que estão sendo apresentados como integrantes de um partido corrupto.

Mas na verdade não há paradoxo algum: à direita, ao grande capital e ao oligopólio da mídia, o “combate à corrupção” é algo totalmente ocasional, tático, instrumental.

A corrupção comandada pelas grandes empreiteiras e outras empresas capitalistas não está restrita à Petrobras. Como há muito sabe o “mercado”, ela se espalha por todos os setores da economia, sendo difícil encontrar alguma grande empresa que não a tenha praticado.

De qualquer modo, a grande mídia conseguiu colocar o PT na berlinda, e vários dos promotores se esforçam para transformar as contribuições legais ao partido em doações “suja” ou de “lavagem”.

E o fato objetivo, independentemente das possíveis razões que levaram a tanto, é que neste momento o PT perdeu a batalha da opinião pública.

Pouco adianta que nos declaremos inocentes, que provemos ter recebido contribuições previstas em lei, que demonstremos ser vítimas de uma conspiração que pretende liquidar a esquerda etc.: na visão de extensos setores populares e dos setores médios, a pecha de “corrupto” grudou no partido.

É verdade que a campanha que vise desmoralizar o PT como corrupto tem como objetivo liquidar o Partido, o governo e o conjunto da esquerda. A questão é: como convencer a maioria da população disto? Como sair das cordas?

Medidas para enfrentar a situação

Em nossa opinião, para sair das cordas, para reagir a tais ataques, o PT precisa mudar radicalmente sua linha de defesa e seus contra-ataques.





Uma reversão global da situação depende de uma mudança na política do governo e em uma mudança na estratégia do Partido, temas que tratamos no documento “Um partido para tempos de guerra”.

Mas mesmo que modifiquemos a linha do governo, ainda assim reverter a situação dependerá de recuperarmos nossa credibilidade perante amplos setores das classes trabalhadoras. E para isto é preciso que o PT dê sinais inequívocos – **para as classes trabalhadoras** – de que reconhecemos ter cometido erros graves e que estamos corrigindo estes erros.

Este é o sentido principal das medidas apontadas abaixo: dialogar e recuperar a confiança de nossa base social.

Apoiar todas as investigações policiais e judiciais contra o mar de corrupção que as grandes corporações privadas capitalistas impuseram ao país, seja em relação à Petrobras, seja em relação à construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, obras públicas em geral etc.

Defender a mais ampla publicidade para todas as informações e a formação de uma “comissão de acompanhamento” constituída por instituições democráticas para acompanhar e cooperar com as investigações.

Declarar que a partir de agora o PT se recusa a receber contribuições de empresas privadas em suas campanhas eleitorais. Essa decisão independe de mudanças na legislação atual. Ou seja: será adotada mesmo que a lei continue permitindo a doação de recursos de empresas privadas a partidos políticos. Ao mesmo tempo, não receber mais recursos empresariais para financiar a atividade partidária.

Prosseguir lutando junto ao STF e no Congresso Nacional por uma legislação que proíba terminantemente tal tipo de contribuição corruptora. Mas, independentemente do que decidam a Justiça e o Congresso, nossas campanhas eleitorais e a ação cotidiana do Partido serão levadas avante sem este tipo de contribuições empresariais.

(**Atenção:** os signatários deste projeto de resolução adotarão esta orientação, ainda que a decisão do Partido a respeito seja diferente.)





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

O PT formará um juízo político próprio acerca das pessoas envolvidas, evitando repetir o mesmo erro cometido em 2005, quando o Partido nem defendeu, nem puniu adequadamente os envolvidos, deixando esta tarefa para a Justiça, que seguiu critérios que como se viu não foram de modo algum neutros (como demonstra o caso do “mensalão” tucano).

Para formar seu próprio juízo, o Congresso do Partido nomeará uma Comissão Especial de Investigação, com mandato determinado, composta por militantes eleitos/as pelo voto dos delegados e delegadas ao 5º Congresso em votação nominal e secreta, para examinar todos os casos em que militantes petistas são acusados de desvios éticos e de corrupção.

Esta Comissão terá o poder de determinar liminarmente a suspensão da filiação partidária e o afastamento de atividades dirigentes, já no decorrer das investigações, cabendo à direção partidária aprovar o relatório da Comissão e determinar as punições que couber em cada caso.

Os resultados finais dos trabalhos desta Comissão serão apresentados publicamente, em plenárias com a militância partidária.

Concluídos os trabalhos da Comissão, ela se converterá em Corregedoria permanente.

Como qualquer partido, o PT está sujeito a ter nas suas fileiras pessoas que cedem à corrupção. Mas, diferente de certos partidos, o PT se antecipará em identificar e punir quem o faça. Entre outros motivos porque a corrupção é antagônica ao nosso projeto de sociedade.





1º de Maio

Os trabalhadores e as trabalhadoras de todo o mundo celebram seu dia e reivindicam seus direitos no 1º de maio. Em 2015 não será diferente.

No caso da América Latina a ofensiva imperialista e conservadora impõe à classe trabalhadora do continente o desafio de impedir o retrocesso e aprofundar as mudanças em curso.

A luta de classes no Brasil ocupa posição central na definição de rumos da região.

Depois de anos de ampliação de direitos e melhoria nas condições de vida da maioria do povo, a burguesia radicaliza sua oposição a toda e qualquer proposta que beneficie os interesses da classe trabalhadora e demais setores explorados e oprimidos, utilizando para isso os diversos terrenos e formas de luta, inclusive as ruas.

Por isto, neste 1º de maio faremos mobilizações massivas do movimento sindical, dos movimentos populares e da esquerda política e social em todo o Brasil.

Ocuparemos as ruas contra o PL 4.330 (terceirização), contra as MP 664 e 665 (redução do seguro-desemprego e de outros direitos), contra a redução da maioria penal, contra o golpismo e em defesa da democracia e da Petrobras.

Ocuparemos as ruas em favor de mais mudanças que façam avançar conquistas e direitos: em favor da plataforma da classe trabalhadora e para que aconteçam as reformas estruturais, como as reformas política, agrária e urbana, a reforma tributária e a democratização dos meios de comunicação.

Nós da tendência Articulação de Esquerda, que somos militantes do Partido dos Trabalhadores, assim como a militância das de-



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

mais organizações da esquerda política e social brasileira, trabalharemos com afinco para fazer um 1º de maio à altura dos desafios do momento.

Viva os trabalhadores!

Viva as trabalhadoras!

Viva o 1º de maio!





A classe trabalhadora e a industrialização

As resoluções do PT definem que o socialismo é o nosso principal objetivo estratégico. Apesar disto, existem no PT posições contrárias ao socialismo ou que apresentam o socialismo como se ele fosse uma versão mais humana e democrática do capitalismo.

Por isto, uma das tarefas da tendência petista AE é travar intensa luta ideológica e teórica em defesa do socialismo, bem como em defesa da estratégia democrático-popular e socialista.

O êxito de nossa luta pelo socialismo depende, em principal medida, da consciência, organização e capacidade de luta das classes trabalhadoras, seja dos trabalhadores pequeno-proprietários, seja dos trabalhadores assalariados.

Os trabalhadores assalariados jogam um papel diferenciado na luta pelo socialismo, assim como nas experiências de construção do socialismo.

Nos principais países capitalistas, os assalariados constituem a maioria relativa e/ou absoluta da força de trabalho. Explorados diretamente pelo capital, os assalariados estão presentes nas principais atividades econômicas. Da classe dos trabalhadores assalariados depende, portanto, tanto o fundamental do funcionamento da atual sociedade quanto o funcionamento de uma sociedade socialista.

Por isto, constitui tarefa permanente dos socialistas conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora assalariada.

Os assalariados não são uma classe homogênea. Assim como a classe dos capitalistas possui frações internas, também a classe dos trabalhadores assalariados possui diferentes segmentos internos.

Entre os segmentos, podemos citar:

1.a juventude trabalhadora;



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

- 2.as mulheres trabalhadoras;
- 3.os trabalhadores negros e negras;
- 4.os trabalhadores do setor público;
- 5.os trabalhadores do setor de serviços;
- 6.os trabalhadores agrícolas;
- 7.o operariado industrial etc.

A experiência histórica demonstra que, a depender da conjuntura, um ou outro setor da classe trabalhadora ganha maior importância política; mas, no longo prazo, há um setor da classe trabalhadora que se destaca: o **operariado industrial**.

A importância destacada do operariado industrial deve-se no fundamental ao papel estratégico que a indústria joga no capitalismo. Os países capitalistas mais poderosos são aqueles que possuem liderança industrial e tecnológica.

No longo prazo, o crescimento da produtividade reduz o peso relativo da indústria na economia. Mas não reduz sua liderança.

Por isso, é preciso reverter o processo ocorrido desde os anos 1980 no Brasil, processo que resultou numa redução no peso absoluto e relativo da indústria na economia brasileira, mas também uma perda de liderança da indústria no conjunto da economia nacional.

Essa desindustrialização afetou tanto a economia nacional quanto o tamanho e a influência do operariado industrial e, portanto, a força do conjunto da classe trabalhadora.

Reverter a desindustrialização cria melhores condições objetivas para a luta por uma programa democrático-popular e socialista; mas esta melhoria nas condições objetivas precisa ser acompanhada da ampliação do nível de consciência, organização e mobilização do operariado industrial e do conjunto da classe trabalhadora.

Dada a natureza do capitalismo no Brasil e a postura dos capitalistas industriais, um novo ciclo de industrialização precisa ocorrer sob comando do Estado e articulado com um programa de reformas estruturais.





Resolução da 8ª Conferência Sindical

Os desafios conjunturais do movimento sindical

Iniciamos nossa reflexão reafirmando a importância do movimento sindical no trabalho de organização, mobilização e conscientização da classe trabalhadora. No contexto em que atuamos, ainda de baixa organização das camadas populares, o movimento sindical dispõe de meios que o tornam um instrumento insubstituível.

A ação do movimento sindical é extremamente diversificada. Ele se faz presente nos locais de trabalho, nos enfrentamentos com chefias e patrões específicos. Também se faz presente nas ações realizadas pelos sindicatos e centrais, frente ao conjunto dos empregadores privados, bem como frente a prefeituras, governos estaduais, empresas públicas, aos chamados poderes legislativo e judiciário, e frente ao governo federal.

A ação do movimento sindical possui, em maior ou menor medida, uma dimensão política. A parcela do movimento sindical encabeçada pela CUT tem clareza disto e por isto mesmo vem adotando posição clara na disputa política nacional, por exemplo nas eleições presidenciais. Foi o que a CUT fez na recente eleição presidencial de 2014, deixando claro que seu apoio à reeleição de Dilma Rousseff tinha dois objetivos fundamentais: impedir o retrocesso decorrente de uma vitória do PSDB e criar as condições para prosseguir nas transformações estruturais que a classe trabalhadora exige.

Fomos vitoriosos no primeiro destes objetivos, mas as medidas adotadas no início do segundo mandato Dilma mostram que muita luta será necessária para podermos alcançar o segundo objetivo.



O movimento sindical e o governo Dilma

Em 2012, no âmbito da segunda etapa do 1º Congresso da Articulação de Esquerda, avaliávamos que o segundo ano do primeiro governo da presidenta Dilma Roussef, embora com altos índices de popularidade, apresentava uma série problemas, em particular nos seguintes aspectos: *”composição do ministério; inflexões incorretas na política externa, de comunicação, de cultura; continuidade do sub-financiamento da saúde e dos titubeios nos direitos humanos; uma política macroeconômica aquém da necessária para enfrentar os impactos da crise internacional; e a ausência de empenho em favor de reformas estruturais”*.

Na ocasião, reafirmamos que *”para dar continuidade e aprofundar as conquistas do governo anterior, é necessária mais força política e são necessários mais recursos à disposição do Estado: reforma política, democratização da comunicação e reforma tributária. Portanto, é preciso mais enfrentamento político e ideológico, com o grande capital privado, com a grande mídia e com os partidos de direita. Assim como são necessários mais partido e mais luta social”*.

Em relação ao movimento sindical, apontávamos que a Plataforma da Classe Trabalhadora elaborada pela CUT em 2010 fora solenemente ignorada, não tendo nenhum dos pontos incorporado ao programa de governo e muito menos às ações daqueles primeiros anos do Governo Dilma.

Ressaltávamos ainda que na Câmara Federal havia sido aprovada a Comissão Especial de Estudos para a Regulamentação da Terceirização, com o objetivo de liberar a terceirização para as atividades fins e que no âmbito do Congresso Nacional a Pauta foi ditada pelas elites e os trabalhadores perderam todas as disputas, à exceção da aprovação da Convenção 151 da OIT que trata do direito à negociação coletiva no setor público.

Desdobramentos da Regulamentação da Terceirização e da Convenção 151 da OIT

Em relação à “regulamentação” da terceirização, a resistência e a mobilização da CUT foram fundamentais para a paralisação do





processo de ofensiva patronal, expresso no PL 4.330, de autoria do deputado Sandro Mabel. Apesar desta tentativa disfarçada de reforma trabalhista tramitar há 11 anos no Congresso Nacional, foi a partir de abril de 2013 que o PL caminhou a passos largos, vitaminados por intenso *lobby* patronal. O ponto central, a essência do PL 4.330 está na legalização e liberação da terceirização para as atividades fins, ou seja, preparar o terreno para que tudo possa ser terceirizado, com consequências ainda mais nefastas do que as vividas no quadro atual. Trata-se de consolidar o maior ataque aos direitos e ao fortalecimento político e econômico da classe trabalhadora desde os nefastos anos do neoliberalismo de Collor e FHC.

Após as manifestações de junho de 2013 e no contexto da mobilização nacional da CUT foi instalada uma Mesa de Negociação Quadripartite (Governo, Empresários, Centrais e Parlamento) para tratar do projeto de lei. Depois de várias reuniões da Mesa o Governo apresentou proposta alterando alguns itens do PL original, porém permaneceram intocadas as questões da ampliação da terceirização para as atividades-fim; inexistência de responsabilidade solidária; negativa do direito à mesma representação sindical existente na empresa tomadora. Ou seja, a proposta governamental manteve na essência os interesses patronais em oposição às propostas apresentadas pela CUT.

Diante do impasse e esgotadas as possibilidades de quaisquer avanços, a AE e outros setores que compõem da direção da CUT defenderam a retirada da Central da mesa de negociação.

Em agosto de 2013, a CUT encerrou a sua participação na Mesa e intensificou ainda mais a mobilização, conseguindo em setembro de 2013 que finalmente a bancada do PT, depois de muitas idas e vindas, fechasse posição contra o PL 4.330. Neste período ampliaram-se os apoios de amplos setores sociais, com o engajamento de artistas, formadores de opinião, movimentos sociais, Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e da maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Frente à resistência e à mobilização da CUT, o ritmo do processo foi desacelerado, retornando à pauta, durante a eleição presiden-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

cial, com a defesa da regulamentação no programa de governo de Marina Silva e com a perspectiva de votação no Supremo Tribunal Federal (STF) de ação impetrada pela patronal, que se aprovada daria amplitude à decisão.

Sem dúvida, dada a correlação de forças desfavorável e o caráter ainda mais conservador do Congresso nacional, esta que é a prioridade nº 1 dos empresários e de suas organizações ganha força em 2015. E com a defesa do ministro Joaquim Levy, que em entrevista ao *Valor Econômico* declarou-se favorável ao PL 4.330. Em fevereiro de 2015, o PL 4.330 foi desarquivado pelo deputado sergipano Laercio Oliveira (SD-SE) e ficou pronto para ser votado.

Em relação à Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Congresso Nacional em abril de 2010, o governo assumiu junto à OIT o compromisso de regulamentá-la, ou seja, de adequar os princípios da Convenção à legislação brasileira, até junho de 2011.

Vale lembrar que em dezembro de 2012, a CUT e demais centrais sindicais apresentaram à Secretaria Geral da Presidência da República uma minuta de proposição de Projeto de Lei para a Regulamentação da Convenção 151 da OIT, no qual os direitos dos servidores públicos à negociação coletiva e à greve ficariam consolidados.

Sem nenhuma providência para efetivar a regulamentação, apesar da insistência da CUT, sendo este um dos pontos principais da Pauta da Classe Trabalhadora, em 2013 o governo editou o decreto 7.944 renovando seu compromisso junto à OIT, posto que havia perdido a validade.

Diante do desprezo e da resistência do governo em avançar na negociação da regulamentação deste direito dos/as trabalhadores/as do setor público, fundamental para a democratização do estado brasileiro, em 2013 abriu-se espaço para que no Congresso Nacional caminhassem a passos largos os trabalhos da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal, onde o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou minuta do projeto de lei que regula o direito de greve do servidor público. A comissão mista era





presidida pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que nesta como em outras questões demonstra ser um completo inimigo.

Trata-se na realidade de uma proposta de restrição máxima ao direito de greve, com a exigência do efetivo de 50%, 60% e 80% atuando durante a paralisação; a definição de 22 categorias como serviços essenciais; o prazo de 15 dias de antecedência para a deflagração da greve; e a substituição de grevistas após decisão judicial, que na prática invalida o direito dos trabalhadores do setor público.

Diante da postura do governo e da ofensiva conservadora, as perspectivas de regulamentação da Convenção 151 da OIT são pouco alvissareiras.

A Pauta da Classe Trabalhadora no Governo Dilma

O ano de 2013 começou com cerca de 50.000 trabalhadores em Brasília, em marcha unificada no dia 6 de março para cobrar do governo federal uma resposta à Pauta de reivindicações apresentada pela classe trabalhadora. A presidenta Dilma recebeu uma comissão de sindicalistas representantes das centrais sindicais e se comprometeu a abrir um processo de negociação com as centrais, com resultados a serem anunciados por ocasião das comemorações do 1º de Maio.

Em abril de 2013, a Pauta da Classe Trabalhadora ganhou mais um eixo de luta, qual seja o combate ao PL 4.330. E foi convocado um dia nacional de luta para 18 de abril, motivado pelo descumprimento do compromisso com o diálogo e a negociação e a ausência de perspectiva concreta de anúncio de avanços na Pauta para o dia 1º de Maio, conforme compromisso da presidenta Dilma.

Em junho de 2013, eclodem as manifestações por todo o país e a CUT, centrais e movimentos sociais convocam, para o dia 11 de julho, atos conjuntos em todo o país. As paralisações, greves e manifestações tinham como objetivo destravar a pauta da classe trabalhadora e também construir e impulsionar a pauta progressista que veio das ruas nas jornadas de junho. Mais investimentos em saúde,





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

educação e transporte público de qualidade, o fim dos leilões do petróleo, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução do salário, a reforma agrária, o fim do PL 4.330, a Reforma Política.

A aprovação da PEC das Domésticas em março de 2013 foi um avanço importante para a classe trabalhadora brasileira e especialmente para as trabalhadoras empregadas nessa ocupação que é majoritariamente feminina, que chega a 7 milhões de trabalhadoras historicamente alijadas dos direitos trabalhistas e submetidas a baixos salários, jornadas extenuantes e herança de traços escravocratas.

Embora não fizesse parte dos 11 pontos da Pauta da Classe Trabalhadora, um avanço ocorrido foi a decisão do governo federal de apresentar proposta de regulamentação do trabalho doméstico com garantia da integralidade dos direitos conquistados.

Mas a intenção do governo esbarra **no conservadorismo dos seus “aliados” e na ausência de pressão governamental e articulação capaz de assegurar os direitos deste segmento da classe trabalhadora. Assim**, o projeto que visa regulamentar a PEC e tramita na Câmara ameaça seriamente transformar uma vitória em derrota para as trabalhadoras domésticas.

À exceção do Acordo Nacional da Construção Civil, após a situação crítica que culminou nas revoltas dos trabalhadores das obras de Santo Antonio e Jirau, e após a MP dos Portos, quando se estabeleceu diálogo e negociação com o movimento sindical, o primeiro governo da presidenta Dilma caracterizou-se pela mais completa aversão aos princípios básicos da negociação democrática e do diálogo com o movimento sindical.

A CUT e o movimento sindical entraram em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil e da eleição presidencial, em linhas gerais e nos pontos prioritários, sem conseguir dialogar e abrir efetivo processo de negociação com o Governo Dilma. Isso ficou patente nas negociações com o funcionalismo federal em 2012 e 2013.

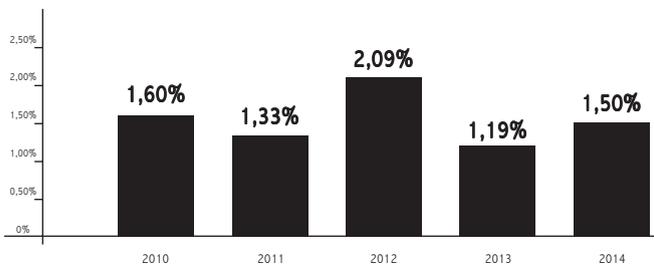




Negociações salariais no Governo Dilma

Apesar dos problemas relacionados anteriormente, há uma série de indicadores que corroboram a constatação de que nos últimos doze anos se construiu uma realidade econômica mais favorável para o conjunto da classe trabalhadora e para a ação do movimento sindical.

Ganho real médio, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2010-2014



Fonte: SAS-Dieese

Elaboração: Subseção Dieese e CUT Nacional

Observações: No gráfico em questão são comparadas as mesmas 512 negociações. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 uma ou mais negociações não firmaram reajuste salarial.

A política de valorização do salário mínimo refletiu positivamente, pois nos últimos anos os pisos salariais tiveram maior elevação em relação aos demais salários, resultante tanto da intensa mobilização das diferentes categorias em torno de aumentos reais, quanto da política de valorização do salário mínimo, cujo aumento real foi de 70,5% na última década. O aquecimento da economia nacional e a política anticíclica adotada na crise de 2008 impulsionaram a abertura de postos de trabalho (com destaque para os empregos com carteira assinada) e aumentaram a procura de trabalhadores em setores como a construção civil e outros, com reflexo positivo na média salarial.

No governo Dilma foram mantidos os ganhos reais de salário no setor privado, embora o ganho real médio tenha diminuído no período.



Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2010-2014

Variação	2010		2011		2012		2013		2014	
	nº	%								
Acima do INPC-IBGE	451	88,1	441	86,3	490	96,1	440	86,1	482	94,1
Mais de 5% acima	22	4,3	8	1,6	28	5,5	2	0,4	1	0,2
De 4,01% a 5% acima	14	2,7	9	1,8	24	4,7	-	-	7	1,4
De 3,01% a 4% acima	42	8,2	30	5,9	22	4,3	24	4,7	27	5,3
De 2,01% a 3% acima	74	14,5	65	12,7	153	30,0	74	14,5	93	18,2
De 1,01% a 2% acima	139	27,1	185	36,2	163	32,0	157	30,7	236	46,1
De 0,01% a 1% acima	160	31,3	144	28,2	100	19,6	183	35,8	118	23,0
Igual ao INPC-IBGE	39	7,6	40	7,8	15	2,9	34	6,7	20	3,9
De 0,01% a 1% abaixo	19	3,7	25	4,9	5	1,0	35	6,8	10	2,0
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	2	0,4	-	-	1	0,2	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	1	0,2	3	0,6	-	-	1	0,2	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	1	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	1	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	22	4,3	30	5,9	5	1,0	37	7,2	10	2,0
Total	512	100,0	511	100,0	510	100,0	511	100,0	512	100,0

Fonte: SAS-DIEESE

Elaboração: Subseção DIEESE CUT - Nacional.

Observações: na tabela em questão são comparadas as mesmas 512 negociações. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 uma ou mais negociações não firmaram reajuste salarial.

Estes e outros indicadores sociais, bem como os compromissos assumidos por Dilma durante a campanha eleitoral de 2014, ajudam a compreender o apoio do movimento sindical, especialmente o cutista, à sua candidatura. Por isto mesmo, a CUT é uma das que foram tomadas de surpresa tanto pela forma quanto pelo conteúdo das decisões iniciais do segundo mandato Dilma.



O impacto das MPs 664 e 665 no movimento sindical

No dia 30 de dezembro de 2014, o Governo Federal anunciou as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que atingem diretamente os trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis, pois restringem ou retiram direitos e colocam sobre as costas da classe trabalhadora o ônus do ajuste fiscal.

As promessas de estabelecimento de diálogo do governo com o movimento sindical feitas inúmeras vezes (sem qualquer efeito prático) após as Marchas da Classe Trabalhadora, após as jornadas de junho e reiteradas durante a acirrada eleição presidencial de 2014 foram novamente descumpridas, prevalecendo a marca de um governo avesso ao diálogo e à negociação com as classes trabalhadoras.

Desta vez este comportamento é agravado pelo fato de as medidas 664 e 665 enviadas pelo governo ao Congresso serem frontalmente contrárias ao compromisso assumido pela presidenta Dilma Rousseff de não tocar em direitos trabalhistas. As medidas anunciadas tiram dos trabalhadores cerca de R\$ 18 bilhões a fim de alcançar as metas de superávit primário.

De acordo com o Dieese: “... *várias medidas de apoio e benefícios ao setor empresarial adotadas pelo próprio Governo nos últimos anos – como a redução de alíquotas de IPI e desonerações, entre outras – representaram cerca de R\$ 200 bilhões a título de renúncia fiscal, ou seja, de recursos que o Tesouro Nacional deixou de receber. Não há como justificar, portanto, que o ajuste se inicie exatamente pela parcela mais vulnerável da população*”.

A mudança de **seis** para no mínimo **dezoito meses** de trabalho comprovado para ter direito ao primeiro acesso ao seguro desemprego implicará uma enorme redução da cobertura propiciada pelo seguro-desemprego: de acordo com o Dieese, chega-se, com base nos dados de demissões imotivadas de 2013, “**a uma estimativa de que, com a MP 665, mais 4,8 milhões de trabalhadores não poderiam acessar o seguro-desemprego (38,5% do total de demitidos sem justa causa em 2013).**”

A alta rotatividade existente no mercado de trabalho brasileiro é uma marca perversa do modelo de desenvolvimento conservador





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

historicamente implementado no país e agravado pelas políticas neoliberais. Os patrões demitem a toda hora e recontratam outros trabalhadores com salários menores, procurando manter os salários no mais baixo nível possível. No sentido oposto, um modelo de desenvolvimento de caráter democrático e popular deve ancorar-se na ratificação da Convenção 158 da OIT, um dos mais importantes instrumentos jurídicos para iniciar o combate à rotatividade e consequentemente à insegurança dos trabalhadores no mercado de trabalho. A Convenção 158 não prevê estabilidade no emprego, mas a obrigatoriedade de motivar a dispensa.

A história da não aplicação da Convenção 158 no Brasil é exemplar da força dos interesses do empresariado na manutenção do modelo de exploração máxima da classe trabalhadora.

A Convenção 158 foi ratificada pelo Brasil, após aprovação pelo Congresso Nacional em 1996. Em abril do mesmo ano foi publicado o decreto ratificador. Em dezembro, o então presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou a Convenção 158, fazendo cessar sua vigência.

Em 1997 a CUT ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, já que o entendimento da maior parte da jurisprudência do STF é de que estes tratados internacionais são normas supralegais e não podem ser revogadas por deliberação exclusiva do Presidente da República, sem autorização parlamentar.

Passados 17 anos, até hoje o STF não concluiu o seu julgamento, bem como os governos democráticos do último período não chamaram para si esta questão que consta da Pauta da Classe Trabalhadora.

Por meio da MP 664, o Governo Dilma vem justamente retirar o direito ao seguro desemprego dos trabalhadores mais atingidos pela rotatividade, além de excluir cerca de 9,94 milhões de trabalhadores de baixa renda do abono anual e pagando ao restante um valor inferior ao que é pago atualmente.

A MP 665, por sua vez, atinge os direitos previdenciários de pensionistas e de quebra permite a terceirização das perícias médicas. Ou seja: ambas são medidas regressivas, constituem um ajuste fiscal conservador. Associadas às medidas de recessão ao crédito, contribuem para o caminho da recessão.





O movimento sindical reagiu posicionando-se totalmente contrário às MPs e exigindo a sua retirada. No dia 25 de fevereiro foi convocado um dia nacional de lutas contra a retirada de direitos que levou manifestantes de todas as centrais às ruas.

O governo não aceitou a retirada das medidas e remeteu a negociação quadripartite na Câmara dos Deputados, o que é muito preocupante dada a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores no congresso recém empossado.

Cabe destacar que o oligopólio da mídia apoia plenamente as MPs 664 e 665, chegando a fazer críticas duras até mesmo à pífia resolução do DN do PT de 6 de fevereiro acerca das medidas, qual seja “sugerir ao governo que dê continuidade ao debate com o movimento sindical e popular, no sentido de impedir que medidas necessárias de ajuste incidam sobre direitos conquistados – tal como a presidenta Dilma assegurou na campanha e em seu mais recente pronunciamento”.

O impacto político negativo das medidas na classe trabalhadora é imenso e de certa forma aparece nas pesquisas de opinião divulgadas pela *Folha de S. Paulo* em 8 de fevereiro: “*eleitores que garantiram a vitória de Dilma no segundo turno, num confronto polarizado de projetos políticos, ficaram decepcionados com aquilo que veio depois. Hoje, diz o DataFolha, um total espantoso de 54% dizem que Dilma é ‘falsa’ – número que chegava a 13%, anteriormente*”.

Desenvolvimento e Indústria

A dinâmica geral do movimento sindical é dada por aqueles setores da classe que trabalham nos ramos mais estratégicos e dinâmicos da economia. Por isto, o debate sobre os desafios conjunturais e estratégicos do sindicalismo está diretamente vinculado ao debate sobre o peso da indústria no conjunto da economia nacional.

O debate acerca do modelo de desenvolvimento e da política industrial deve ser uma das prioridades para o movimento sindical





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

cutista no próximo período e a Articulação de Esquerda precisa esforçar-se para incidir sobre esta questão, buscando superar as debilidades originadas pela baixa representatividade da tendência no ramo industrial.

Devemos contribuir para traçar estratégias de luta, disputa de rumos e influenciar nos processos de conscientização e mobilização da classe trabalhadora. Para além dos interesses imediatos de segmentos da classe, é preciso articular as pautas da indústria, do setor público, comércio e serviços, logístico e rural.

Não há classe trabalhadora forte sem desenvolvimento econômico e não há desenvolvimento econômico sem indústria forte.

O Brasil viveu cinco décadas de desenvolvimento industrial de caráter conservador (1930-1980), isto é: um modelo de desenvolvimento que elevou o país à condição de industrializado, convertendo-o numa das maiores economias do mundo, mas que concentrou renda, acentuou as desigualdades de toda ordem na sociedade brasileira e foi construído a partir de longos períodos ditatoriais, com repressão e imensa exploração da classe trabalhadora.

A partir dos anos 1980, a indústria de modo geral e a de transformação em particular vem reduzindo a sua participação no PIB. Se nos anos 1980 isto foi fruto da estagnação provocada pelos desajustes macroeconômicos, na década de 1990 deveu-se a uma política deliberada sintetizada na frase do ministro dos oito anos de governo FHC, Pedro Malan, para quem “a melhor política industrial é não ter política industrial”.

Política de juros altos, câmbio valorizado e uma “modernização” e reestruturação em que tão somente trocaram homens e mulheres por máquinas, sem qualquer expansão do parque industrial, levaram o país ao quadro atual.

Como resultado deste processo, que não sofreu reversão nos últimos anos, em que pesem as propostas de retomada de uma política industrial nos governos Lula e Dilma, chegamos em 2013 aos menores níveis desde 1947. Segundo dados do IBGE a participação da indústria





de transformação no valor adicionado da economia brasileira, próxima de 20% em 1947, em 2013 atingiu 13,13%.

Alertam o Dieese e os economistas progressistas que é condição fundamental, para o sucesso de uma política industrial, uma política macroeconômica de juros baixos que estimule investimentos produtivos e câmbio ajustado a fim de fortalecer a indústria nacional. Se esta é condição fundamental, devemos articular as nossas pautas sindicais com a disputa de rumos da política macroeconômica.

Desenvolvimento com distribuição de renda, avanços nos serviços públicos, fortalecimento político e econômico da classe trabalhadora assalariada – tudo isso depende da superação dos graves problemas estruturais por que passa a indústria no Brasil, em processo de desnacionalização e desindustrialização com consequências nefastas para o país.

Corretamente a direção nacional da CUT, em reunião realizada em dezembro de 2014, aprovou a incorporação das propostas expostas no documento final do Seminário Nacional do Macrossetor Indústria realizado em Guarulhos (SP) nos dias 24 e 25 de julho de 2014.

O citado documento afirma que “apenas com as medidas estruturais, como as propostas abaixo, os desafios com os quais nos deparamos serão contornados”. A saber:

- a) *implementar política econômica com foco na redução da taxa básica de juros incentivando o investimento produtivo;*
- b) *retomar a política de utilização dos bancos públicos como indutores da queda de juros ao consumidor e de maior oferta de linhas de crédito;*
- c) *otimizar a fiscalização das importações e evitar a entrada de produtos estrangeiros que estejam fora dos padrões de qualidade e segurança da produção nacional;*
- d) *criar ferramentas tributárias que protejam a competitividade da indústria nacional;*
- e) *taxar as remessas de lucro das multinacionais, estimulando o reinvestimento produtivo no país;*
- f) *criar a exigência de contrapartidas sociais para desonerações fiscais, empréstimos e licitações públicas;*



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

- g) implementar política de controle cambial, com ajuste gradual do câmbio para patamares favoráveis ao desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional;*
- h) incentivar a exportação de produtos com maior valor agregado;*
- i) estabelecer medidas de incentivo e proteção à indústria nacional tradicional, assim como segmentos mais desenvolvidos tecnologicamente, com desenvolvimento sustentável;*
- j) ofertar mais e melhores programas de formação profissional com objetivo de proporcionar melhores condições salariais;*
- k) incentivar a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento através das universidades brasileiras, com vistas a aumentar a produtividade e a competitividade da produção nacional;*
- l) condicionar investimentos públicos em empresas que cumpram com critérios de conteúdo mínimo nacional;*
- m) estabelecer critérios para o deslocamento das empresas de uma localidade para outra para que sejam minimizados os impactos das mudanças na vida dos trabalhadores;*
- n) criar mecanismos de participação para que os trabalhadores tenham assento no CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*

Quando falamos em exigir contrapartidas sociais (item “f”) como condição para que empresas industriais obtenham desonerações fiscais e empréstimos de bancos públicos, bem como possam participar de licitações públicas, devemos incluir entre essas contrapartidas: respeito às liberdades sindicais, garantia de organização nos locais de trabalho e estabilidade no emprego.

Por outro lado, a proposta de “incentivar a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento através das universidades brasileiras, com vistas a aumentar a produtividade e a competitividade da produção nacional”(item “k”) precisa ser cuidadosamente discutida, pois, nas condições atuais, uma medida como essa ameaça agravar a situação de privatização interna das universidades públicas federais e estaduais e subordinar a pesquisa científica aos interesses do capital privado.





Luta, Resistência e Conciliação

O ano de 2015 começou com grandes desafios para a classe trabalhadora: a deflagração da greve na Volkswagen no início de janeiro foi uma forte sinalização de um cenário em que se acirrará a luta de classes no próximo período.

Com base na política de desoneração fiscal do governo para diversos setores da indústria, em 2012 o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC firmou acordo com a Volkswagen que previa estabilidade no emprego até 2016.

A política de desoneração para o setor automobilístico, que vigorou até dezembro de 2014, transferiu recursos públicos da ordem de mais de R\$ 12 bilhões para o setor, comprometendo o equilíbrio fiscal. As montadoras auferiram vultosos lucros. Verifica-se que elas fizeram bilionárias remessas de lucros para as suas matrizes no exterior entre 2010 e 2013: U\$ 15,4 bilhões.

Aos sinais de retração no setor, a Volkswagen respondeu de acordo com o princípio básico do capital: reduzir custos por meio da demissão dos trabalhadores, da flexibilização das relações de trabalho, da supressão de direitos.

Porém, no mesmo mês de dezembro de 2014, a maioria dos trabalhadores da multinacional mostrou-se disposta a enfrentar as imposições da empresa e resistir, rejeitando proposta negociada entre ela e o Sindicato, que previa a extensão do acordo de não demissão até 2019, PDV para 2.100 trabalhadores, fim dos reajustes acima da inflação e concessão de abono salarial.

Em 30 de dezembro, a Volkswagen enviou carta de demissão para 800 trabalhadores e a resposta da categoria veio com a deflagração de uma greve que durou dez dias e obteve importante vitória com a suspensão das demissões e um acordo um pouco melhor do que aquele rejeitado pela assembleia.

Em 2015 e 2016 os trabalhadores receberão o INPC e um abono anual não incorporado ao salário, e de 2017 a 2019 haverá aumento real de 1%. Mas a multinacional condicionou o cumprimento do





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

acordo a uma produção não inferior a 250 mil automóveis por ano. Ou seja: a agudização da crise econômica e os efeitos de uma política macro-econômica conservadora pode colocar em risco o acordo.

Nesta conjuntura, em que é fundamental aprofundar a disputa político-ideológica, aumentar o nível de consciência dos trabalhadores, preparando-os para os necessários embates com o capital, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC segue em sentido contrário, ao propagar como alternativa a adoção do chamado Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Propostas como o PPE, que têm como eixo a redução da jornada e de salários, com a contrapartida de manutenção do emprego por determinado período, possuem um conteúdo desmobilizador e que por consequência enfraquece a luta da classe, além de obviamente não resolver o problema, e sim apenas postergá-lo.

Somos contra a participação da CUT na negociação de PPEs, pois concretamente a proposta baseada no modelo alemão abre caminho para a generalização deste instrumento para todos os ramos e setores, numa conjuntura política em que a luta pela afirmação e ampliação de direitos é central na disputa de rumos da sociedade brasileira.

A proposta de PPE não foi aprovada em nenhuma instância cutista e nas poucas vezes em que foi debatida, em fóruns restritos e sem caráter deliberativo, foi amplamente questionada por dirigentes de todas as correntes políticas. Defendemos que o problema na indústria automotiva deve ser encaminhado em mesa setorial específica, a exemplo de outras experiências, como aquela que resultou no Acordo Nacional da Construção Civil.

O setor automotivo possui características diferenciadas: maior formalização, menor nível de rotatividade em relação a outros setores metalúrgicos, maior nível de especialização dos trabalhadores. Tudo isto deve ser considerado nas mesas de negociação, de modo a resultar em acordos que não venham a gerar retrocessos para outros setores.

Esta proposta mostra a persistente influência da concepção sindical clássica da social-democracia europeia nos setores mais





expressivos do movimento sindical brasileiro, que se traduz no compromisso entre classes sociais antagônicas tendo como objetivo o crescimento econômico, mesmo quando as possibilidades e condições políticas e econômicas objetivas não admitem mais tais “pactos” entre capital e trabalho.

Neste sentido é atualíssima a nossa proposição expressa na resolução sindical de 2012: “... *nosso caminho não é o do pacto social, deve ser o da mobilização, não apenas para impedir que os trabalhadores paguem a conta da crise, mas também para exigir do governo medidas contra a crise que permitam ao país continuar crescendo com redução da desigualdade, ampliação dos empregos, da capacidade produtiva e da soberania nacional. A CUT deve investir nas mobilizações de massa, na solidariedade entre os trabalhadores, na exigência de que o grande capital financeiro e monopolista pague a conta da crise, na defesa de políticas de ampliação do emprego e renda. E combinar tudo isto com uma denúncia da ordem capitalista*”.

A organização da luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores, a resistência à retirada de direitos e à flexibilização das relações de trabalho associadas às lutas por reformas políticas são fundamentais para avançarmos para um outro modelo de desenvolvimento, sustentado por reformas estruturais de base democrático popular.

Centralidade do movimento sindical

Como dissemos no início deste texto, o movimento sindical é indispensável no trabalho de organização, mobilização e conscientização da classe trabalhadora.

Por isto recusamos qualquer tentativa de colocar em segundo plano o trabalho sindical. Pelo contrário, trabalhamos para que os novos temas sejam integrados à pauta sindical e para que os novos movimentos sociais interajam com o movimento sindical, como parte de um mesmo bloco histórico, para o qual desejamos imprimir uma estratégia democrática, popular e socialista.

Um dos aspectos do trabalho sindical é a pauta de mobilização posta para cada categoria, setor, ramo e para o conjunto da classe,



em cada conjuntura. Outro aspecto é o trabalho sindical estrito senso. Um terceiro aspecto é a organização e atuação da central sindical. Em nosso caso, a Central Única dos Trabalhadores.

Desafios da CUT

Em junho de 2013, um sinal de alerta fortemente se acendeu, quando pela primeira vez, em décadas, o movimento sindical não protagonizou uma grande mobilização social (ou não foi participante destacado dela).

É fundamental que a juventude da CUT consiga expandir a sua esfera de relação com os demais movimentos de juventude. A CUT precisa ter uma estratégia para expandir a sua intervenção no setor terciário, onde a juventude trabalhadora se concentra, e incentivar a organização da juventude que atua no setor informal da economia, em condições precárias de trabalho e sujeita às maiores taxas de subemprego e rotatividade.

Boa parte da juventude trabalhadora, que não se encontra organizada pelo movimento sindical, toma as ruas do país, conjuntamente com os movimentos sociais, na luta pela garantia de direitos e de defesa da democracia. Contudo, boa parte da juventude não se identifica com as formas tradicionais de organização política.

É necessário oxigenar o movimento sindical, pois há uma inabilidade em formar novos quadros, dialogar com as novas gerações e enfrentar os novos desafios conjunturais, tanto no plano da concepção, quanto do método. Isto é: existe uma dificuldade do movimento sindical em dialogar com os anseios da juventude e buscar ampliar a taxa de sindicalização, com vistas a representar na mesma proporção os espaços que os jovens ocupam no mundo do trabalho na organização sindical.

Faz-se necessário **fortalecer a Secretaria Nacional de Juventude da CUT**, a qual deve ter papel central no próximo período, atuando ativamente na disputa das consciências dos/as





jovens trabalhadores/as, fugindo também da burocratização, através do investimento no trabalho de base junto à juventude. Também faz-se urgente romper a opressão geracional que é perpetuada nos locais de trabalho e reproduzida igualmente nas esferas de organizaçõesindical. Nesse sentido, é fundamental incentivar que a juventude também ocupe espaços de direção sindical.

Assim, é fundamental estimular que os sindicatos que a AE dirige criem espaços de organização de jovens, com vistas a ampliar o diálogo com a juventude, através de políticas de comunicação e de campanhas de filiação sindicais específicas à juventude.

Do mesmo modo, faz-se necessário construir o debate sobre a construção de uma **política de cotas para a juventude** na disputa das chapas sindicais.

Tendo em vista as questões acima levantadas, fica criado o **Grupo de Jovens Sindicalistas da AE**.

Os problemas vivenciados pelo movimento sindical brasileiro no atual período mostram que a relação entre crise/crescimento econômico e fortalecimento/refluxo do movimento sindical não se conformam em esquematismos, são complexas e precisam ser analisadas sob vários aspectos, à luz da luta de classes e da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo.

O descenso e o enfraquecimento do movimento sindical nos anos 1990 eram mais facilmente interpretados e claramente relacionados aos ataques aos trabalhadores e à destruição de empregos e direitos engendrada pelo neoliberalismo.

Uma análise da situação de refluxo do movimento sindical se mostra mais complexa e não pode ser compreendida sem levar em conta as condições objetivas e subjetivas sob as quais se dá a luta sindical no país.

O cenário econômico em que se moveu o movimento sindical nos últimos doze anos apresenta uma realidade muito diferente dos anos neoliberais e muito mais favorável à classe trabalhadora.

O que poderia levar à apressada conclusão de que, uma vez passada a “tormenta” associada ao “ânimo em baixa” dos dirigentes





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

do movimento sindical, a retomada de greves vitoriosas e negociações positivas traria como consequência direta a recuperação da capacidade de intervenção política mais abrangente do movimento sindical, que por sua vez traria consigo o aumento da adesão dos trabalhadores e das trabalhadoras aos sindicatos.

Há uma série de indicadores que corroboram a constatação de que nos últimos dez anos se construiu uma realidade econômica mais favorável para o conjunto da classe trabalhadora e para a ação do movimento sindical: negociações coletivas com índices acima do INPC (setor privado e estatais) na maioria das negociações do período; a criação de 20 milhões de empregos e redução do desemprego de 12,3% em 2003 para 5,5% em 2012.

Destaca-se também a intensificação das greves, sendo que em 2012 o Brasil teve o maior número de greves dos últimos dezesseis anos, coincidindo com o maior número de negociações coletivas com índices acima do INPC dos últimos anos, sendo que a maioria delas aconteceu no setor privado. Metalúrgicos e professores das redes municipais destacaram-se em número de greves, os primeiros notadamente por aumentos na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e os segundos pela aplicação da Lei do Piso.

Vistas de conjunto, as greves do período são na sua maioria ofensivas, reivindicando ganho real de salários, maior participação na PLR e ampliação de benefícios. (Nos anos 1990, além de drástica redução no número de greves estas tinham caráter defensivo, por pagamento de salários atrasados e em defesa de direitos atacados.)

Entretanto, neste cenário aparentemente favorável ao fortalecimento do movimento sindical combativo, os níveis de sindicalização permaneceram estáveis. De acordo com estudos da Fundação Perseu Abramo, a cada grupo de 10 novos trabalhadores ocupados no país entre 2005 e 2011, somente dois se sindicalizaram, fazendo com que a taxa de sindicalização crescesse apenas de 16,4% para 17% neste período.

Por outro lado o pequeno crescimento verificado na taxa de sindicalização foi acompanhado de uma movimentação importante





na composição e características dos/as trabalhadores/as sindicalizados, espelhando mudanças no interior da classe trabalhadora, com o crescimento de postos de trabalho precarizados e de baixa remuneração nos setores de comércio e serviços.

Houve aumento na sindicalização rural e crescimento entre as mulheres perfazendo ampliação de 9,5%. Entre os jovens até 29 anos permanecem baixos níveis de sindicalização, em torno de 11,5% do total de trabalhadores nesta faixa etária, que via de regra ocupam postos de trabalho precários.

Nesse sentido evidencia-se que a política adotada pela CUT de debate entre as mulheres e da importância desse setor na organização sindical merece mais atenção e aprofundamento. Contudo, para que possamos ampliar a atuação no setor é necessário que reafirmemos a defesa dos seguintes aspectos:

1. Igualdade no salário entre homens e mulheres;
2. Ampliação do acesso às políticas públicas para as mulheres;
3. Paridade de gênero nas instâncias da direção e delegações sindicais;
4. Ampliação dos espaços de participação das mulheres no mercado de trabalho;
5. Fortalecimento da Secretaria de Mulheres da CUT;
Lutar por creches nos sindicatos e espaços de trabalho;
Ampliação do debate com os movimentos feministas.

Em relação à indústria a taxa de sindicalização diminuiu de 30,2% para 28,6% entre 2001 e 2011, sendo que o número de empregados no setor passou no mesmo período de 6,12 milhões para 8,25 milhões, ou seja: 34,8% de crescimento.

No setor público a taxa de sindicalização de trabalhadores/as também sofreu uma queda nos últimos anos, sendo que os dados de 2011 apontam um índice de 27,8% contra 30,6% em 2004.

Portanto, os aspectos mais visíveis e positivos da economia – emprego, crescimento, aumentos reais de salários, maior distribuição de renda, política de valorização do salário mínimo, aumento da classe trabalhadora ou a emergência de uma nova classe traba-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

lhadora – não resultaram em fortalecimento e crescimento significativos do movimento sindical.

A tormenta neoliberal deixou rastros e marcas que permanecem intocadas no modelo de crescimento e desenvolvimento econômico adotado na última década.

Se por um lado aumentou sobremaneira o trabalho formal, o aumento dos rendimentos dos assalariados, a quantidade de postos de trabalho, por outro se manteve intacta a morfologia das relações de trabalho e da reestruturação produtiva que sustentaram a implantação do neoliberalismo no Brasil.

A economia brasileira avançou, porém com base no mesmo modelo de terceirização dos processos produtivos, de realocização territorial, de implantação de novos processos de organização do trabalho e ampliação do controle patronal sobre as atividades produtivas das empresas.

Nesta perspectiva, vários dos problemas de fundo que determinaram o refluxo do movimento sindical nos anos 1990 permanecem afetando o fortalecimento do movimento sindical, mesmo num cenário macro econômico bastante diverso.

Neste sentido, a luta do movimento sindical e em especial da CUT contra o PL 4.330 é uma importante trincheira de resistência ao aprofundamento da estrutura de organização do trabalho calçado no modelo neoliberal.

Outro aspecto que impacta diretamente as organizações dos/as trabalhadores/as é o enorme índice de rotatividade, pois mesmo com o baixo nível de desemprego os patamares cresceram nos últimos anos.

De acordo com o Dieese: *“Em relação à rotatividade, observou-se que é significativamente crescente no que tange ao total dos desligamentos celetistas, aumentando de 52% em 2003, para 64% em 2012. Cabe ressaltar entretanto que a rotatividade não é homogênea quando se consideram os setores de agricultura (65,9%), comércio (41,4%), administração pública (40,7%), serviços (38,9%), indústria de transformação (35,5%), indústria extrativa mineral (19,5%) e o setor de serviços de utilidade pública (19,4%)”.*



Além das questões relacionadas à permanência de uma herança neoliberal estrutural que precisa ser desmontada, é preciso olhar para a recomposição da classe trabalhadora, bem como para a fortíssima influência da ideologia neoliberal, do individualismo em contraposição ao arrefecimento do ideário socialista no movimento sindical, social e partidário. É preciso levar em conta o funcionamento e organização do movimento sindical e a sua crescente burocratização, despolitização, seguidos de partidarização e fragmentação.

Avaliação do quadro de fragmentação sindical no Brasil

Se tomarmos por base o levantamento interno e os critérios do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), registra-se a existência de 10 centrais sindicais no país.

Central	Trabalhadores filiados	
CUT	3.243.578	33,62%
Sem central	1.551.603	16,08%
Força Sindical	1.154.700	11,97%
UGT	1.029.680	10,67%
CTB	910.428	9,44%
NCST	699.649	7,25%
CSB	467.408	4,84%
CGTB	334.391	3,47%
CSP-Conlutas	216.260	2,24%
CBDT	39.712	0,41%
UST	751	0,01%

Resultado parcial da aferição 2015 – ano base 2014



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

É com base nesta aferição que o MTE repassa os valores do imposto sindical às seis centrais reconhecidas para fins do repasse (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e mais recentemente a CSB).

Na base desse contínuo processo de fragmentação estão tanto profundas divergências de concepção (que derivam das respectivas matrizes partidárias e político-ideológicas de cada campo, setor ou grupo), quanto questões políticas e práticas relacionadas ao financiamento do movimento sindical.

No processo de fragmentação à esquerda, atribui-se a responsabilidade pelo recuo do movimento dos trabalhadores às direções, não importa quais sejam as condições objetivas e subjetivas colocadas, a vanguarda sempre deverá responder pelos problemas do movimento e pela paralisia da classe trabalhadora.

Sobre esta questão, reafirmamos que “nosso ponto de vista a respeito desta questão é bem outro: as direções devem ser cobradas, o burocratismo e o peleguismo precisam ser duramente combatidos, mas é preciso entender que a classe trabalhadora atual está muito distante do que era nas décadas de 1970 e 1980. A Articulação Sindical é hegemônica na CUT em parte porque expressa, digamos assim, a fisionomia política predominante na classe trabalhadora, gostemos ou não disso.”

Por outro lado, o outro grande fator de divisão no movimento foi a destinação, para as centrais sindicais, de um percentual da arrecadação do imposto sindical, prevista na lei que as reconheceu.

Em 2008, malograda a polêmica proposta de reforma sindical, as Centrais foram reconhecidas a partir de determinados critérios de representatividade e passaram a receber parcela do imposto sindical. Ou seja, o reconhecimento das Centrais veio acompanhado do atrelamento ao Estado via recebimento de parcela da contribuição sindical compulsória.

Passados seis anos é preciso avaliar o resultado concreto deste reconhecimento tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista organizativo da classe trabalhadora. Qual o balanço dos processos de negociação modulados pela legislação que reconheceu as centrais?





Qual o reflexo do financiamento das centrais para o aprofundamento do processo de fragmentação da classe trabalhadora?

A disposição de receber uma parcela das receitas geradas por esse imposto motivou, à esquerda, o surgimento da CTB, e à direita a primeira grande cisão da Força Sindical, decorrendo dela a criação da UGT.

A CSP-Conlutas, por sua vez, procura legalizar-se para fazer jus ao seu quinhão, e deverá fazer parte do grupo de trabalho que realiza a aferição da representatividade das centrais a partir deste ano, apesar de sua conhecida crítica ao imposto sindical.

A superação do quadro de fragmentação do movimento sindical depende de vários fatores: da superação da estrutura neoliberal no mundo do trabalho, do atual modelo de financiamento com o fim do imposto sindical, da liberdade e da autonomia sindical.

E um passo fundamental para que sejam criadas as condições para esta superação é que a CUT volte a dirigir grandes mobilizações e lutas, aglutinando os setores classistas que atuam no movimento sindical e social.

Desafios estratégicos

A CUT segue como referência política e organizativa para milhões de trabalhadores na base, sendo a principal protagonista das maiores movimentações, lutas e greves acontecidas na última década. Segue como o principal instrumento construído pela classe trabalhadora no país, é a única organização sindical em condições de articular as lutas cotidianas, com a luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

Mas para isto reafirmamos que é preciso “ter um horizonte estratégico” que vá além do “pacto pelo crescimento econômico com distribuição de renda”. Incorporar as reformas estruturais e o questionamento do capitalismo permitiria à CUT fortalecer a consciência de classe e compreender adequadamente os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Em 2012 apontávamos que “no período mais recente, a CUT vem fazendo uma inflexão, visível na mobilização nacional do dia 6 de julho/2011; no afastamento das centrais pelegas; na proximidade de setores combativos como o MST, a MMM, a CMP, entre outros; e na convocação para que o movimento sindical pressione ainda mais as campanhas salariais do segundo semestre... Esse segundo caminho é que a CUT deve trilhar, pressionando o governo para que atenda as reivindicações da classe trabalhadora. Mas seguimos discordando das formulações estratégicas da atual direção majoritária da CUT”.

Esta tendência se acentuou em 2013 e 2014, com resoluções, orientações e mobilizações que conferem à Central uma maior independência e combatividade.

É claro que este processo apresenta contradições e debilidades oriundas da ausência de um horizonte estratégico socialista, do engessamento e da burocratização da estrutura sindical e do hegemonismo acachapante da Articulação Sindical, que tem se revelado um fator de acentuação de disputas por aparelhos, fissuras e fragmentações no interior da própria corrente majoritária.

Setores da esquerda que caracterizaram como irreversível um suposto atrelamento institucional quando da chegada ao governo federal de um grupo político que historicamente esteve ligado à CUT, precisam olhar menos para a direção e mais para a luta de classes.

A CUT não pode ser caracterizada como correia de transmissão dos interesses do Planalto, até porque, mesmo que fosse esta a opção da maioria dos seus dirigentes, isto não seria possível diante das contradições e conflitos de interesses entre as reivindicações da base social que representa e a dificuldade do Governo em atendê-las sem reformas estruturais que rompam com as matrizes do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador.

A 14ª Plenária Nacional, que ocorreu no final de julho de 2014, é um bom exemplo da inflexão da Central em direção aos setores combativos do movimento social.

A CUT contribuiu na articulação das entidades da Secretaria Operativa do **Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva**





e Soberana do Sistema Político (CUT, MST, UNE, PT, CMP, CONEN, FNDC, Consulta Popular, Marcha Mundial de Mulheres, Juventude do PT, Levante Popular e Juventude Revolução) que assinaram manifesto dirigindo-se à presidenta Dilma *”para que apoie e se comprometa com os resultados do Plebiscito Popular Constituinte, bem como aos demais candidatos nas eleições de outubro em todos os níveis. Vamos levar os resultados do Plebiscito a todas as autoridades e poderes da República, pois queremos que os interesses da maioria explorada e oprimida da nação, dos negros, indígenas, jovens e mulheres, sejam respeitados e representados nas instituições políticas de nosso país.”*

Também a defesa das reformas estruturais esteve no centro do debate. Além da Reforma do Sistema Político, destacamos:

a) a Reforma Tributária com ampliação da tributação sobre a propriedade, lucros e ganhos de capital de maneira a favorecer a produção frente aos ganhos financeiros: criação do imposto sobre as grandes fortunas e heranças, ampliação da tributação para a remessa de lucros das transnacionais e capital especulativo, expansão das isenções de impostos da cesta básica de consumo popular, contrapartidas sociais e trabalhistas aos incentivos fiscais e tributários.

b) avançar na Reforma Agrária, com a demarcação de terras indígenas e quilombolas, garantia da revisão dos índices de produtividade e estabelecimento do limite da propriedade da terra para 35 módulos fiscais, assegurar a produção agrícola diversificada, com utilização de técnicas agroecológicas, entre outras.

c) Democratizar os meios de comunicação, com a aprovação do Projeto de Lei da Mídia Democrática, estabelecendo critérios democráticos e transparentes para concessões de radiodifusão, incentivo às TVs e rádios comunitárias e a produção independente e também a formulação de uma lei de imprensa que normatize o setor, com espaço ao contraditório e direito de resposta.

d) Política industrial assegurando que a política de financiamentos contenha critérios estratégicos, como maior conteúdo tecnológico e valor agregado, estímulo aos setores de bens de capital e os



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

portadores de conhecimento (tecnologia da informação, eletroeletrônico, químico-fármacos, entre outros) e desenvolvimento tecnológico de conteúdo nacional, programas de incentivos aos investimentos em tecnologias ambientalmente sustentáveis, fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas, entre outras propostas para o setor.

O acirramento e o crescimento da direita no processo eleitoral, especialmente no segundo turno, aproximou ainda mais a CUT dos movimentos sociais combativos apontando, na Resolução da direção Nacional de dezembro de 2014, para a priorização da articulação com este setor.

Nesta mesma resolução definiu-se: “Desenvolver em conjunto com a FUP ações em defesa da Petrobrás – patrimônio nacional povo brasileiro – seja pelo significado que a empresa tem na cultura política do País, desde a emblemática campanha O petróleo é nosso’, seja por sua importância estratégica para a economia e para o desenvolvimento nacional. Exigimos o combate à corrupção e queremos que os desvios de recursos da empresa sejam apurados e os criminosos julgados e punidos exemplarmente. No entanto, não podemos aceitar que o fato seja usado para enfraquecer a empresa, contestar sua exploração do petróleo baseada no regime de partilha, nem sua política industrial fundamentada no conteúdo local e, muito menos, para inviabilizar a exploração do Pré-Sal. Não aceitaremos que os trabalhadores da cadeia produtiva da empresa sejam sacrificados em seus direitos ou percam seus empregos em função desse processo. Por esses motivos, conclamamos as bases CUTistas a se somarem à campanha da FUP em defesa da Petrobrás, que integra a luta pela retomada do monopólio.”

Cabe à CUT cumprir papel protagonista na disputa de rumos do governo e do país trabalhando para a politização, a mobilização e o engajamento de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em movimentos fortes e combativos, capazes de contribuir para o deslocamento da correlação de forças a favor da classe trabalhadora, criando as condições políticas para as reformas estruturais.





Organização da AE no movimento sindical

A Articulação de Esquerda é uma tendência petista. O conjunto de nossa atividade tem como prioridade conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora assalariada. Um dos instrumentos indispensáveis para isto é o movimento sindical. Portanto, fortalecer o Setorial Sindical da AE é uma tarefa que o conjunto da tendência assume como sua, como parte da ampliação de nossa influência junto à classe trabalhadora e, através dela, a ampliação de nossa influência em outros setores sociais.

Construção do Setorial Sindical da AE

A Articulação de Esquerda foi fundada em 1993, portanto há 21 anos. O Setorial Sindical da Articulação de Esquerda existe há 17 anos, desde a decisão de rompimento com a Articulação Sindical em 1997.

A construção do Setorial Sindical da AE é baseada em algumas premissas: 1) unidade política, ideológica e de ação; 2) concepção sindical e método de atuação bem definidos; 3) democracia interna, o que implica direção coletiva com debate nas instâncias; 4) disciplina na implementação das decisões coletivas e militância centralizada pelas posições políticas da AE, com organização e capacidade operativa para realizar as tarefas propostas.

Hoje, nossa atuação é muito diferenciada nos Estados em que estamos organizados, no que se refere ao atendimento destas premissas básicas. Mas é importante dizer que cresceu a presença da AE no movimento sindical, ao tempo em que diminuiu nossa força e influência no Partido, nos Governos e no Parlamento.

Temos alguma presença e militância sindical em 19 estados. Porém, só em 11 estados (BA, DF, ES, MS, PE, PI, RJ, RN, RS, SE, SP) temos setorial sindical, mesmo assim com diferentes níveis de funcionamento.

Nos estados do MA, MG, MT, CE, PA, PB, PR, TO temos alguma militância sindical dispersa, com dirigentes de sindicatos em MG (metroviários) e no PR (judiciário, sindicato não filiado à CUT).





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

É fundamental que construamos a AE nas várias categorias em que atuamos, entre as quais destacamos: professores, metalúrgicos, bancários, construção civil, servidores públicos, jornalistas, rodoviários, telefônicos, urbanitários, gráficos, comerciários, trabalhadores rurais, previdenciários, petroquímicos, metroferroviários, petroleiros e profissionais liberais.

Influenciamos e atuamos em diversos ramos, mas nossa maior presença é no setor público, especialmente na Educação. Sendo necessário ampliar nossa atuação sindical nos setores industriais, que são estratégicos do ponto de vista da luta de classes.

Somente se vencermos esses desafios organizativos e ganharmos o conjunto da AE para o caráter central e prioritário de nossa inserção junto à classe trabalhadora assalariada e para a importância de nosso crescimento no movimento sindical, é que teremos condições de influir nas lutas sociais com nossa linha política e nossa concepção estratégica.

Nosso objetivo geral é a ampliação da influência socialista entre os trabalhadores e a organização de setores cada vez maiores da classe, tanto sindical quanto partidariamente. Todo militante da AE atuará na mobilização em sua categoria, visando ampliar o número de militantes da AE na base.

A atuação dos militantes sindicais da Articulação de Esquerda consiste em: 1) defender a política geral da tendência; 2) dar conta das discussões e reivindicações específicas de suas categorias e das bandeiras de luta dos setores em que estão; 3) articular-se em torno da concretização da Resolução da CUT aprovada em dezembro de 2014, qual seja: “Priorizar a construção de um Fórum Nacional de Lutas amplo com o movimento sindical, os movimentos sociais, partidos, juventudes e intelectuais que estiveram juntos para evitar o retrocesso. Esta iniciativa será fundamental no cenário nacional para aprofundar as mudanças, defender as reformas democráticas-populares. A CUT deve começar pela retomada da ação a favor da Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana para fazer a reforma do sistema político e a lei da democratização dos meios de comunicação”.





O setorial sindical da AE estrutura-se nacionalmente a partir das seguintes instâncias: 1) a Conferência Sindical Nacional; 2) a Plenária Sindical Nacional; 3) a Coordenação Sindical Nacional; 4) o Secretariado Executivo da Coordenação Sindical Nacional.

A Conferência Sindical Nacional, principal instância deliberativa do setorial, reúne-se de dois em dois anos. Nela são eleitos os membros da Coordenação Nacional e do Secretariado Executivo e aprovadas resoluções que devem ser submetidas ao referendo e eventuais alterações, pela Direção Nacional da AE, pela Conferência Nacional ou pelo Congresso Nacional da AE.

A Plenária Sindical Nacional deverá reunir-se sempre que for necessária a atualização de nossas políticas sindicais para o setorial. As decisões da Plenária Sindical também devem ser submetidas ao referendo da Direção Nacional da AE.

A Coordenação Sindical Nacional é composta por no mínimo 14 (catorze) e no máximo 28 (vinte e oito) integrantes. O Secretariado Executivo é composto por 6 (seis) membros. Como todas as instâncias da tendência, deve-se garantir a paridade e as cotas.

O desafio principal da Articulação de Esquerda, considerando-se os diversos ramos e categorias nos quais atuamos, é construir organicamente a tendência com nitidez programática. Nesse sentido, é fundamental definir que:

- a) os e as militantes sindicais da tendência são aquelas e aqueles que estão objetivamente vinculados ao mundo do trabalho e à luta sindical;
- b) os e as militantes sindicais da AE que exercem funções de confiança (não eletivas), são gestores ou exercem cargos de direção no serviço público ou no setor privado, não devem ocupar cargos de direção sindical na tendência, o que não se aplica ao exercício de funções gratificadas no local de trabalho.

Política de Alianças

Desde 1997, a AE buscou participar de iniciativas que visavam unificar a esquerda cutista. A partir desse objetivo geral, histori-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

camente, adotamos diferentes políticas de aliança com os demais setores da central.

Hoje trabalhamos pela consolidação de uma esquerda cutista que dispute as posições políticas no interior da Central, atraindo para nosso campo setores que atuam no interior das correntes majoritárias e que diante do agravamento da conjuntura e da insuficiência da política da maioria da CUT, que é vinculada ao campo majoritário do PT, percebem a necessidade de construção de uma nova maioria.

Essa disputa, aliás, tende a ampliar-se no próximo período, devido aos rumos contraditórios do Governo Dilma e à crescente desorganização e debilidades do PT e do seu campo majoritário.

Um setorial sindical da AE forte e organizado ajudará muito, não apenas na luta de classes em geral e na disputa da CUT, mas também na própria disputa dos rumos do governo Dilma e do PT. Por isto, o conjunto da tendência deve, no próximo período, dar ênfase à organização da AE no movimento sindical.

Tendo em vista o quadro político geral, nossa política de alianças no movimento sindical prioriza, portanto, as correntes que atuam dentro da CUT.

Com outros setores sindicais poderemos ter alianças táticas, de natureza sindical, nas lutas, nas eleições sindicais e nos congressos de categorias profissionais, mas não constituiremos com esses setores nenhum bloco permanente.

Conforme Resolução aprovada pela Direção Nacional da AE em março de 2014, as alianças fora do campo cutista deverão ser aprovadas pela direção nacional.

Assim, nossa política de alianças deve ter por base três parâmetros: a) a defesa dos interesses da classe trabalhadora; b) a defesa da CUT; c) a disputa dos rumos da CUT, do PT e do governo Dilma.

Tática para o 12º Concut

No 9º Congresso da CUT, realizado em junho de 2006, a AE, que havia perdido sua vaga na Executiva da Central por conta do





rompimento de seu representante com a tendência, não pôde inscrever tese própria no Congresso. Ainda assim, apresentamos uma contribuição ao debate intitulada “Retomar a combatividade da CUT para derrotar o neoliberalismo”.

Naquele Congresso, além de divulgarmos nossas teses, reafirmando a identidade da AE no meio sindical, reconquistamos nossa vaga na Executiva da entidade, o que nos permitiu acompanhar e intervir nos caminhos e opções políticas adotadas por sua direção. Logo após a saída da CSC da CUT assumimos a Secretaria Nacional de Políticas Sociais, espaço onde pudemos potencializar nossa intervenção, assumindo outras importantes tarefas da Central e acompanhar cotidianamente, de um patamar mais amplo, a luta política e sindical em nosso país.

Para o 10º Congresso da CUT em a AE aprovou o que segue: “Como parte de nossa tática para a disputa do Concut em agosto de 2009, a AE irá procurar dialogar com as demais correntes que compõem a esquerda cutista, incluindo grupos regionais, independentes, lideranças isoladas, etc., com vistas à preparação de um seminário capaz de aglutinar este campo em torno de um programa e chapa únicos a serem apresentados no próximo Concut.”

Este objetivo não foi atingido e a AE manteve seu único representante na Executiva Nacional, na Secretaria de Políticas Sociais.

Em 2012, no 11º Congresso da CUT, reproduzimos a mesma tática de 2009, que novamente malogrou. Apesar disto, em função do aumento da nossa bancada de delegados e do aumento do número de membros na Executiva Nacional da CUT, aumentamos de 1 para 2 nosso número de membros na executiva e continuamos a dirigir a Secretaria de Políticas Sociais.

A Oitava Conferência Sindical fez um balanço das causas do malogro da tática que adotamos em 2009 e 2012, de construção de chapa com as demais forças da esquerda petista. Com base neste balanço, devemos definir a política que adotaremos para o 12º Concut, em outubro de 2015.

Isto inclui, pelo menos:





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

a) Análise concreta da posição e ação política das tendências que atuam no interior da CUT desde 2006;

b) Análise concreta da conformação da Artsind no interior da CUT: consequências do hegemonismo, da fragmentação, do acirramento das disputas internas, bem como a natureza das disputas políticas e das posições que se apresentam no seu interior frente à conjuntura de crise econômica, política e social;

c) Definir qual a tática mais adequada no atual momento para avançarmos no nosso objetivo de aumentar nossa influência política no interior da CUT e junto à classe trabalhadora, numa conjuntura extremamente complexa, na qual as debilidades, o imobilismo e a degeneração crescentes do PT levam a CUT a assumir um papel mais destacado como protagonista da disputa de rumos do país, na articulação dos movimentos sociais e das forças de esquerda e no deslocamento de forças e fortalecimento da classe trabalhadora.

Trata-se de combinar a defesa de nossas posições programáticas e estratégicas, com a flexibilidade tática indispensável para manter posições e acumular forças.

O 12º Congresso Nacional da CUT ocorrerá num período de grave crise econômica, política e social, cujos desdobramentos podem resultar em um retrocesso sem precedentes para a classe trabalhadora brasileira. E com a CUT passando por uma dura prova: impedir que o governo Dilma adote o programa dos derrotados e que recaia sobre a classe trabalhadora a conta da crise, pressionando o governo pelas reformas, defendendo os direitos da classe trabalhadora. E, ao mesmo tempo, tendo que aumentar o nível de influência, mobilização e organização na classe trabalhadora, que ainda sofre as consequências da burocratização, do imobilismo e do economicismo crescentes no movimento sindical desde os anos 1990.

Por isto, neste momento de enormes dificuldades para a classe trabalhadora, é fundamental não somente sustentar o combate à retomada ou à permanência das políticas neoliberais, mas também acirrar o questionamento ideológico da ordem capitalista, abrindo a possibilidade de aumentar o nível de consciência de nossa classe





para mudanças mais profundas. Numa conjuntura em que a direita está na ofensiva, nas ruas, tem como principal aliado o oligopólio da mídia e avança com força sobre a classe trabalhadora, a disputa político-ideológica é central.

Defendemos que a CUT, nesse próximo Congresso, além da defesa da sua Plataforma e das suas bandeiras históricas tenha como foco prioritário o debate sobre a crise econômica, política e social e as alternativas de esquerda.

É com essa prioridade que mobilizaremos nossa militância sindical da AE para o 12º Concut. Além dessa tarefa imediata, de modo geral, nosso principal desafio como tendência petista que atua no movimento sindical é ampliar nossa influência política sobre a classe trabalhadora, participando e intervindo nas lutas cotidianas dos trabalhadores.

Tarefas imediatas

A Oitava Conferência Sindical Nacional indica as seguintes tarefas imediatas a serem cumpridas pela Coordenação Sindical Nacional eleita no ano de 2015:

- a) Divulgar amplamente as resoluções da Oitava Conferência Sindical Nacional;
- b) Preparar o texto de contribuição ao debate do Concut, incluindo uma atualização das propostas de progressividade na contribuição estatutária à CUT, bem como do fim da cláusula de barreira e outras medidas democratizantes;
- c) Organizar a participação da AE no 12º Concut;
- d) Acompanhar e intervir politicamente nos debates realizados na direção nacional da CUT, na elaboração do texto da direção e na organização do Concut;
- e) Acompanhar, participar e intervir na articulação da CUT com os movimentos sociais e centrais sindicais;
- f) Acompanhar os Congressos Estaduais da CUT, articular a ampliação da nossa intervenção nas CUTs estaduais, federações e confederações;





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

g) Acompanhar o Congresso da Contracs (com prioridade), da CNM- Confederação Nacional dos Metalúrgicos e Contraf;

h) Acompanhar, com prioridade, os Congressos Estaduais e os processos de articulação e disputa das direções das CUTs do Rio Grande do Norte e Piauí;

i) Acompanhar e trabalhar para articular, ampliar e qualificar a nossa participação nas direções das CUTs RJ, BA, DF, MS, PE, RJ, RS, SP;

j) Acompanhar a reorganização do Setorial Sindical da AE no Espírito Santo;

k) Acompanhar o processo do Concut Sergipe;

l) Organizar para dezembro de 2015 uma Plenária Sindical Nacional da AE, a fim de avaliar as ações de 2015 e planejar as ações para 2016;

m) Organizar um **Seminário sobre Política Industrial**, tendo em vista as questões levantadas no ponto 7 desta resolução e particularmente os itens 7.9 a 7.12.

n) A Articulação de Esquerda compreende que cabe aos cutistas trabalhar para alterar a atual correlação de forças no Andes-Sindicato Nacional dos Docentes nas Instituições de Ensino Superior, pois o Sindicato existe há mais de três décadas, tem uma trajetória combativa e goza de representatividade na categoria dos professores universitários. Seria um equívoco incentivar osindicalismo paralelo.

Dessa forma, consideramos prioritária a nossa atuação e organização nas Associações Docentes (ADs), especialmente naquelas filiadas ao Andes-SN. No caso das ADs filiadas ao Proifes-Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior, orientamos que nossos militantes participem da organização e disputa política das associações com vistas ao retorno delas ao Andes-SN.

Avocamos os princípios do sindicalismo combativo: autonomia sindical, democracia com ampla participação da base, independência frente a governos, partidos e instituições defendidos historicamente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para reafirmarmos o





que dissemos por ocasião do surgimento do Proifes: a sua criação, em 2008, feriu estes princípios tanto no mérito de sua realização quanto nos métodos utilizados.

Na resolução aprovada pela Coordenação Nacional da Articulação de Esquerda, em 2008, já alertávamos que era público e notório que o Proifes constituiu-se, desde 2005, como interlocutor privilegiado de setores do governo nas negociações que dizem respeito ao professorado das universidades federais. Sua independência é questionável, devendo portanto a direção da CUT agir com cautela, em vez de assumir incondicionalmente o novo sindicato. E que da mesma forma, era um erro pretender, com a institucionalização do Proifes, destruir o Andes-Sindicato Nacional, em retaliação à saída deste da CUT e posterior filiação ao Conlutas, pois: a) confunde o Andes com Conlutas e PSTU, desconhecendo que na base do Andes militam diferentes forças de esquerda, inclusive companheiros que se identificam com a CUT; b) ao partidizar a disputa, fragmenta o movimento sindical, atacando uma entidade que tem décadas de história combativa em defesa da educação pública e gratuita e dos docentes do ensino superior.

o) A Articulação de Esquerda organizará a intervenção de seus/as militantes que atuam na base da Fasubra.

p) Faz-se necessário **valorizar o conjunto das carreiras federais e fortalecer a proteção da liberdade sindical**. Importa registrar que em 2003, Lula assumiu o governo federal com o serviço público brasileiro praticamente destruído, obra de anos de descaso e da lógica privatista dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Embora o seu primeiro mandato tenha sido marcado pela ortodoxia fiscal – que não permitiu a imediata recuperação das perdas salariais da categoria e culminou no equívoco da Reforma da Previdência (2004) – houve sinalizações concretas do governo no sentido de diálogo com os/as servidores/as federais. Exemplo disso foi a instituição da Mesa nacional de negociação entre servidores e governo federal, que para além do processo de negociação salarial avançou na agenda de recuperação dos serviços públicos, a





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

exemplo da recriação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, que havia sido extinto por Medida Provisória de FHC, e da criação de secretarias voltadas às políticas sociais, como foi o caso da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres, dentre outras medidas significativas.

Durante os dois mandatos de Lula foram contratados 155.334 servidores para a administração pública federal, três vezes mais do que durante os dois mandatos de FHC. No segundo mandato do governo Lula houve um processo de recuperação salarial com a incorporação de gratificações ao vencimento básico e correção dos benefícios. No governo Dilma a Mesa Nacional de Negociação foi mantida, no entanto poucos avanços ocorreram nos dois primeiros anos de seu mandato, como visto no ponto 4 desta resolução.

Dessa forma, diante de um contexto em que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), refém do ajuste fiscal, se recusava a negociar qualquer possibilidade de aumento, em 2012, os servidores públicos federais realizaram uma poderosa greve, de dimensão nacional, em vários órgãos e autarquias do serviço público federal. A força da greve fez com que o governo Dilma abrisse um processo de negociação com várias categorias, que tem validade até maio de 2015, no qual se conquistou um aumento de 15,8%, parcelado em três anos, e também apontou para a reestruturação e valorização de algumas carreiras, o que significa um avanço da pauta de reivindicações, no entanto é insuficiente em relação à defasagem acumulada das épocas dos arrochos neoliberais.

Várias categorias do serviço público federal tentaram retomar as negociações em 2013 e 2014, mas não obtiveram sucesso, diante, principalmente, da vigência de acordos assinados pela maioria das entidades em 2012, o que gerou um sentimento de que mesmo lutando seria inviável mudar os acordos assinados. Por outro lado, o governo federal tinha anunciado que em 2014 ao menos avançaria nas chamadas cláusulas sociais relativas ao reajuste do vale-alimentação e ao ressarcimento do plano de saúde, o que não se efetivou.





Outra atitude negativa do governo em 2014 foi o veto presidencial à licença classista (liberação sindical) com remuneração a cargo da União. Tal direito foi retirado dos servidores no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, e há 17 anos isso atrita e desgasta as relações do Poder Executivo com as entidades sindicais dos servidores públicos federais.

Existe um tensionamento grande na Condsef em relação à filiação da entidade à CUT, e setores como o CSP-Conlutas buscam desfiliação a Condsef da CUT. Tal situação, aliada às dificuldades de diálogo com o governo, levou a existência de uma “radicalização” na base do serviço público federal e na maioria da direção da Confederação contra Dilma, no primeiro turno das eleições de 2014. Entretanto, a Condsef enviou a sua pauta de reivindicações a todos os/as candidatos/as, e a única candidatura que se comprometeu foi a de Dilma, que acenou com compromissos importantes em relação à valorização do serviço público. Isso levou a uma mudança de postura da maioria da direção da Confederação, que deu publicidade aos compromissos assumidos pela presidenta.

Em maio de 2015 encerra-se a vigência do acordo assinado entre governo e servidores, oriundo da greve de 2012. E nesse contexto de ajuste fiscal, e de anúncio de contingenciamentos orçamentários expressivos, os servidores públicos federais, em 2015, além de lutar em defesa da democracia, da Petrobrás e contra o golpismo, não poderão abrir mão da valorização de suas carreiras e do serviço público.

Nesse sentido, em março, os Federais protocolaram uma pauta unificada, no Ministério do Planejamento, com destaque para os seguintes pontos:

- * realização de concurso público para reposição da força de trabalho no setor;
- * aprovação da PEC 555, que extingue cobrança previdenciária dos aposentados;
- * revogação das MPs 664 e 665 e outras que retiram direitos dos trabalhadores;





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

- * transposição dos anistiados para o Regime Jurídico Único;
- * campanha pela liberdade de organização sindical nos locais de trabalho;
- * política adequada de saúde do servidor e combate ao assédio moral e às opressões;
- * readmissão dos temporários demitidos na greve do IBGE;
- * regulação da jornada de trabalho de 30 horas no serviço público sem redução salarial.

Continua permanente e em destaque a luta pela regulamentação da negociação coletiva no setor público (Convenção 151).

De 7 a 9 de abril a Condsef participará da **Jornada Nacional de Luta** que vai reunir servidores federais e outros setores da sociedade civil organizada em Brasília. A necessidade da deflagração de uma greve também estará em pauta. É importante destacar que um dos eixos principais da campanha dos federais envolve a luta por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição de perdas inflacionárias. Seguindo levantamentos e estudos técnicos, incluindo um feito pela subseção do Dieese na Condsef, o fórum dos federais irá buscar junto ao governo um índice linear de reajuste de 27,3%. Esse percentual tem como ponto de partida o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto de 2010 a julho de 2016 que gira em torno de 44%, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas (2013, 2014, 2015) (Condsef, 2015).





Mulheres: organizar é preciso!

Concepções, história das opressões contra as mulheres, feminismo e eleição

A identidade das mulheres no conjunto da sociedade capitalista patriarcal foi erguida na subalternidade e o lugar atribuído às mulheres na relação de poder constituiu-se de forma violenta.

A divisão sexista, ainda hoje, é fortalecida, impondo às mulheres o espaço privado e aos homens o espaço público. Isto é refletido no mercado de trabalho, onde as mulheres ocupam os empregos mais precarizados e desvalorizados, já que são vistas como mão de obra barata e desqualificada, além de exercerem as várias jornadas de trabalho, pois são socialmente responsáveis pelos cuidados e o trabalho doméstico, dificultando a qualificação profissional e a baixa participação na política.

As instituições e a forma como elas se configuram, refletem e propagam uma visão sexista da sociedade no âmbito da família, da mídia, das leis, da educação, dentre outros. Na política é inegável a ausência das mulheres em todas as esferas, seja no governo, nas organizações sociais e nos partidos políticos. E não é uma tarefa fácil avançar, existe uma resistência por parte dos homens e também, das mulheres, seja pelos velhos vícios coronelistas ou pela negação da exclusão milenar dos direitos e conquistas das mulheres.

Qualquer outra função exercida pela mulher foi e será através de muita luta para questionar e denunciar esse modelo que mantém privilégios aos homens heteros.

Sob vários aspectos, nos últimos 13 anos avançamos mais que em um século de lutas e conquistas. Em 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e conseguimos avançar em diversas pautas, como na implementação de políticas públicas voltadas para o empoderamento e autonomia das mulheres, bem como medidas de combate às várias formas de violência.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Nós do PT somos a vanguarda na proposição e implementação das cotas de gênero. Em 1991, no 1º Congresso do PT, foi aprovado a cota de gênero de 30% nas direções partidárias, sendo o primeiro partido a adotar esse tipo de regra interna. Entretanto, as mulheres petistas queriam e lutavam por mais igualdade. Por isso, em 2011, no 4º Congresso, o PT aprovou a paridade de gênero em todas as instâncias partidárias e delegação. Consideremos estas conquistas muito importantes e motivo de orgulho, contudo elas ainda são insuficientes para avançarmos na superação da subrepresentação feminina no partido, pois as resoluções na prática partidária ainda é lenda, não existindo formação que visa a desconstrução dos velhos vícios machistas e nem a reflexão que vislumbra a transformação.

Para alcançarmos de fato a paridade e garantir o seu cumprimento, será sempre por meio de muita luta, já que nossas pautas são secundarizadas nos diversos espaços em que atuamos. Por isso, esta pauta deve ocupar lugar de destaque no debate e na institucionalização de uma reforma política popular, que promova as mulheres jovens, indígenas, camponesas, negras, lésbicas nos espaços de poder, afinal lugar de mulher é onde ela quiser.

A Secretaria Nacional de Mulheres não vem cumprindo seu papel dirigente na organização e mobilização das petistas, bem como na proposição de formulações políticas. Constatamos, com as devidas exceções, o esvaziamento da instância nos níveis municipal, estadual, distrital e nacional. Tal esvaziamento decorre em parte da atitude que os grupos majoritários na direção do partido vêm adotando no último período frente à organização dos setoriais partidários. Inclusive, no cumprimento da paridade, já que não existe uma política de fortalecimento da participação das mulheres nos espaços, culminando apenas no cumprimento nominal e não na efetiva participação política das mulheres no partido.





Avanços e desafios

Nas últimas décadas, as ações dos movimentos feministas e de mulheres foram essenciais para os avanços em nossa sociedade no que diz respeito a igualdade de gênero, que entretanto ainda não é plenamente garantida.

As feministas não abrem mão do que já foi conquistado e continuam lutando por mudanças mais profundas. Entendem que a igualdade de gênero perpassa a garantia da autonomia da vida da mulher, isto é, o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais, à saúde integral, educação de qualidade, trabalho decente, dentre outros.

Em reconhecimento a todas estas décadas de lutas e conquistas, o nosso compromisso junto aos movimentos feministas é combater todas as formas de reprodução do machismo.

As hierarquias construídas historicamente de opressão das mulheres no âmbito das classes, no trabalho e na sexualidade constituem um desafio para nós na busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres, no combate contra a violência e a ideologia conservadora, ou seja, na luta por romper com o capitalismo patriarcal que legitima a invisibilidade e a desigualdade das mulheres nos espaços da vida política e econômica, reproduzindo uma desvantagem das mulheres em relação aos homens.

Por isso, defendemos que as mulheres da tendência petista Articulação de Esquerda, bem como todas as mulheres do PT desencadeiem, desde já, um processo de avaliação da participação feminina nas instâncias partidárias, nas lutas sociais e nas eleições e concomitantemente a preparação para ampliar e qualificar a participação das mesmas nestes espaços.

Somos um dos poucos partidos que reverte 5% do fundo partidário para formação específica das mulheres. Essa formação em grande parte não é proposta ou tocada pela secretaria de mulheres do Estado. Contudo esse não é o único meio de se construir o processo de formação política. Nossas mulheres, que constroem a





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

luta cotidiana no movimento e nas fileiras do partido, podem e devem construir propostas de formação política e apresentá-las ao conjunto do partido, seja nos coletivos estaduais ou, caso este espaço inexista, devemos apresentar propostas à respectiva executiva estadual do partido. É necessário que construamos nós a política que acreditamos que as mulheres do PT devem conduzir.

Temos como prioridade nos apropriar e fortalecer a luta pelo Plebiscito Oficial por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político; pela Democratização da Mídia; pela Regulamentação da PEC da Doméstica e sua efetiva implementação, bem como dos demais direitos que não foram efetivados; a execução das recomendações finais do Relatório da CPMI da Violência contra a Mulher nos estados; o cumprimento da Lei Maria da Penha e a Lei nº. 13.104/2015, que tipifica o feminicídio como crime hediondo.

Reconhecer o feminicídio como crime de ódio contra a mulher não é privilégio, é constatar a realidade: as mulheres são preteridas e oprimidas pela sociedade e o Estado deve prover políticas públicas e educativas que garantam mais autonomia e igualdade para as mulheres.

Por isto mesmo não recuaremos no que concerne às conquistas, garantindo o cumprimento das resoluções da corrente e do partido.

Nossos desafios internos são tão grandes como dentro do partido. É consenso que existe uma necessidade latente de nos organizarmos, enquanto mulheres, para dentro e fora da tendência petista Articulação de Esquerda. Como é sabido, várias são as companheiras que militam em diversos movimentos feministas e/ou nas organizações de mulheres dos espaços mistos.

Contudo, geralmente não debatemos e extraímos resoluções diante das pautas que surgem e acabamos por tomar um posicionamento político diretamente nos espaços externos em que atuamos. Além de sofrermos diversas formas de violência dentro e fora do partido, pela falta de formação e alinhamento político não conseguimos enfrentá-las.

Para superarmos esta situação, precisamos retomar nossa organização. O primeiro passo é a realização das nossas conferências





nos municípios, nos estados e nacional, nas quais podemos debater e construir nossas estratégias.

Por fim, lembramos: *não há feminismo sem socialismo, nem socialismo sem feminismo*. A luta das mulheres é de responsabilidade de todas e todos, mulheres e homens aliados avançam muito mais.

Por isso, a tendência petista Articulação de Esquerda tem como desafio a execução das seguintes tarefas:

Na tendência

1. Organizar e mobilizar as mulheres da AE;
2. Mapear quem somos, quantas somos e onde estamos para facilitar a mobilização e articulação das mulheres da AE;
3. Organizar e realizar a 4ª Conferência das Mulheres da AE, nos níveis municipais, estaduais, distrital e nacional. A etapa nacional será em julho de 2015 (data tentativa), em local e com regimento definido pela Direção Nacional da AE.
4. Fortalecer o Setorial de Mulheres da AE, com o intuito de mobilizar e organizar as mulheres. Assegurar a realização das várias atividades, construir um sistema de formação permanente, com participação e responsabilidades conjuntas;
5. Assegurar que nos congressos, conferências, plenárias, cursos de formação, reuniões e quaisquer outros espaços de debate e deliberação as temáticas de gênero, LGBT, raça e juventude não sejam paralelos, já que são transversais, permitindo assim que todas e todos se apropriem das discussões políticas da tendência, garantindo uma maior participação das/os militantes nos espaços em que queiram participar e construir;
6. Assegurar e orientar que em todos os encontros/reuniões seja organizado espaço de recreação para as crianças, garantindo que mulheres e homens possam realizar sua militância em iguais condições de participação nos debates políticos dentro da corrente;
7. Garantir a paridade em todos espaços de organização, instâncias, delegações e a permanência das mulheres nestes espaços,





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

empoderando-as e oferecendo condições políticas para a participação real em todas as esferas, pois a paridade é uma política afirmativa, por isso precisamos fortalecê-la no conjunto do partido;

8. Priorizar a formação política das novas militantes, em especial, na Jornada Nacional de Formação;

9. Produzir uma cartilha de formação sobre as pautas feministas, a partir da resolução da Conferência Nacional de Mulheres da AE;

10. Organizar nossa participação na 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres;

11. Organizar a avaliação das políticas públicas do Governo Dilma;;

12. Organizar e mobilizar nossa base para o 12º Encontro Nacional de Mulheres do PT, que acontecerá em 2016;

13. Incorporar no Plano de Ação da tendência as propostas apontadas por esta resolução.

No Partido dos Trabalhadores

14. Ampliar e fortalecer nossa participação nos espaços de construção do partido, principalmente, na Secretaria de Mulheres do PT;

15. Atuar de forma conjunta com as secretarias da juventude, combate ao racismo e com o setorial LGBT, em especial com as jovens, as lésbicas e as negras, para que possamos ampliar o debate e fortalecer o acúmulo das políticas públicas já construídas;

16. Levar a discussão das bandeiras feministas para dentro de todos os movimentos e espaços de que participamos;

17. Cumprir a paridade em todas as instâncias e delegações.

Nos Movimentos Sociais

18. Priorizar o fortalecimento, organização e articulação dos movimentos que representem as principais lutas e bandeiras do movimento feminista a nível municipal, estadual, distrital, nacional





Tendência petista Articulação de Esquerda

e internacional, estabelecendo um diálogo permanente com os movimentos sociais onde as mulheres estão presentes e organizadas, debatendo e construindo propostas de políticas públicas que melhorem a vida das mulheres, organizando um calendário de lutas conjunto;

19. Atentar para que o calendário feminista e suas principais datas de mobilização sejam incorporados no calendário de todos os movimentos sociais, bem como do conjunto dos partidos de esquerda, assegurando assim a participação de todas e todos nestes momentos.

O Segundo Congresso Nacional da AE nomeou a seguinte Comissão Provisória para construir e mobilizar a 4ª Conferência Nacional das Mulheres: Ana Affonso (RS), Débora de Almeida (RN), Rosana Ramos (DF), Sílvia Guimarães (CE) e Wilma dos Reis (DF).





Juventude

Há pouco mais de cinco meses, a maioria do povo brasileiro, da classe trabalhadora, do campo democrático-popular e da esquerda socialista reelegeu a Presidenta Dilma Rousseff para seu segundo mandato. Desta forma, chegava ao fim o processo eleitoral mais polarizado desde a disputa entre Lula e Collor, ocorrida no segundo turno de 1989.

Vinte e cinco anos separam a primeira disputa pela Presidência da República que teve a participação do PT e a última, até o momento. Desde aquela época muitas coisas mudaram. O mundo, a América Latina e o Brasil vivem outro momento de sua história.

No mundo, vimos a União Soviética ser implodida e o capitalismo conquistar a maior hegemonia de toda sua história. Na América Latina, o último período foi marcado por uma contradição: mesmo com vitórias eleitorais da esquerda, o descenso do movimento de massas e a hegemonia das políticas e do pensamento neoliberal se manteve.

No Brasil, embora tenhamos disputado e vencido diversas eleições municipais, estaduais e, a partir de 2002, a nacional, não fomos capazes de superar o espólio conservador e autoritário de 21 anos de Ditadura Militar, a transição conservadora à democracia, os anos de “neoliberalismo puro”, nem realizamos qualquer reforma estrutural.

Quando olhamos o momento atual e o caminho percorrido pelo PT, de sua fundação até hoje, percebemos que os desafios do partido, do governo e dos movimentos sociais têm um pano de fundo em comum: a estratégia. As turbulências deste início de mandato não são raio em céu azul.





A estratégia democrático-popular e socialista, hegemônica na esquerda brasileira durante os anos 1980, foi substituída, a partir do X encontro nacional do PT (1995, Guarapari-ES) pela chamada estratégia de centro-esquerda.

Quando comparamos a estratégia democrática-popular, vigente em 1989, com a atual, que orientou a última campanha e orienta nossos governos, podemos perceber que as “apostas” feitas em cada período são distintas.

Enquanto a primeira estratégia pode ser resumida, grosseiramente, ao chamado “tripé” (luta social, disputa institucional e construção partidária), a segunda pode ser sintetizada como “ganhar maioria institucional conciliando”.

Assim, tendo claro qual o pano de fundo, é possível compreender que nem a composição ministerial, nem as MPs 664 e 665, os cortes de verbas, o ajuste fiscal, a postura vacilante, a nomeação e a queda do ministro da educação são “um ponto fora da curva”.

O segundo governo Dilma começa recuando, assumindo a postura de derrota política e abrindo mão dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, principalmente ao longo do segundo turno. Estes são sinais de que a estratégia de conciliação adotada não apenas exauriu, mas que beneficia os interesses da classe dominante.

Todavia, a burguesia agora não tolera mais qualquer conciliação. As eleições de 2014 serviram para rearticular todas as frações da burguesia e para tirar o chão das ilusões daqueles setores que imaginavam ser possível contar com parte desta como aliada.

É tendo em vista este cenário que o Partido dos Trabalhadores precisa agir. No momento de ofensiva da direita o papel do partido não é apenas de reação, mas de organização da contraofensiva. Mas para poder contra-atacar, é necessário mudar a estratégia.

Neste cenário de acirramento da luta de classes e ofensiva do conservadorismo, o tema, a disputa e a mobilização da juventude ganham centralidade. Momentos diversos da história do país demonstram que a juventude cumpre importante papel na luta social na perspectiva de impulsionar transformações.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Nestes 12 anos dos governos federais encabeçados pelo PT, é inegável um avanço no que se refere às questões que envolvem a juventude. Pela primeira vez as políticas de governo passaram a ser orientadas por uma concepção de que o jovem não é mais compreendido como um “problema social”, e sim como um **sujeito de direitos**.

A partir dessa nova reorientação, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude e seu respectivo Conselho, que desenvolveram políticas públicas para a juventude, aprovando o Estatuto da Juventude. Entretanto, este ainda carece de regulamentação.

Em que pese os avanços, o desenvolvimento de **políticas públicas sem mudanças estruturais** não dá conta de resolver os principais problemas que afligem a juventude brasileira.

Com o modelo econômico centrado no setor terciário, onde se concentra a maior parte da juventude trabalhadora, as vagas de emprego estão submetidas a uma lógica de precarização, baixo salários e alta rotatividade. Vale ressaltar que estes setores são um dos mais prejudicados com o pacote Levy.

Não basta apenas ampliar o acesso da juventude ao consumo, às vagas no ensino superior e ao mercado de trabalho, se isto não vier acompanhado de um processo de disputa ideológica e de mudanças estruturais.

Os jovens trabalhadores ao ingressarem nas universidades, por exemplo, se deparam com uma estrutura antidemocrática, precarizada, mercadológica e voltada para a reprodução do sistema capitalista.

Na política de segurança pública não houve avanços no debate sobre a desmilitarização da polícia, mantendo-se a sua ação na repressão, no racismo e no encarceramento em massa, tendo como principal alvo a juventude negra, pobre e moradora da periferia, que continua sendo exterminada.

Permanece urgente a disputa da hegemonia cultural e ideológica na sociedade brasileira. Sem democratizar os meios de comunicação, alterar o sistema educacional e promover uma emancipação cultural, a juventude continuará sendo vítima da ideologia das classes dominantes.





É extremamente necessário também, uma reforma política que amplie os mecanismos de democracia direta, o protagonismo e a participação popular.

Sem isso, as mulheres, a classe trabalhadora, a população negra, a população indígena e LGBT, continuarão subrepresentadas e reféns do ideário conservador no Congresso Nacional. O quadro aponta para retrocessos imensos nos direitos sociais para juventude, como por exemplo a proposta de redução da maioridade penal.

A partir desse cenário, se reforça a necessidade de mudar a atual estratégia de conciliação de classes, que não contribui para transformações profundas nas condições de vida da juventude e da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a juventude assume um papel central nos rumos da política, da cultura e das diversas esferas da vida social. Pois nessa etapa de vivência constroem-se identidades, que visam não só a personalidade do jovem, como também a consciência política e social, que são parte fundamental da disputa de hegemonia na sociedade brasileira.

Uma juventude petista para tempos de guerra

***“Eis que se aproximam primaveras.
Preparemos nossas armas,
poemas, flores e aquarelas.”***

Diante da maior crise da história do Partido dos Trabalhadores ao longo de seus 35 anos de existência, o 3º Congresso da Juventude do PT pode e deve cumprir uma tarefa fundamental, que infelizmente foi repetidamente preterida e/ou postergada pela atual maioria que dirige a Secretaria Nacional da Juventude do PT, qual seja: debater, problematizar e propor uma alternativa à estratégia hegemônica no interior do PT e da JPT desde meados da década de 1990.

Quando a tese da conciliação de classes para a conquista do governo central – e posteriormente para a manutenção de um re-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

cuado modelo de governabilidade institucional – tornou-se hegemônica, suas consequências foram limitadoras para a luta socialista no Brasil e na América Latina.

Trata-se de um debate central para o conjunto do PT e especialmente para a Juventude do PT. A política da Secretaria de Juventude rotineiramente é instrumentalizada a serviço de uma política rebaixada e que, por sua vez, não conseguiu superar sua dispersão e desorientação, não acumulou um programa político contra-hegemônico capaz de orientar sua práxis, seu modelo organizativo e de pautar os rumos do PT.

Não travar esse debate seria negar a dialética da história, capitular ao formalismo, como se os nossos problemas fossem somente oriundos de nossos métodos, como se a forma não existisse em função do conteúdo e o conteúdo não exigisse uma forma determinada.

Em linhas gerais, estamos dizendo que as fragilidades da Juventude do PT estão relacionadas às fragilidades do nosso partido. Deste modo, as fragilidades do PT decorrem dos equívocos da estratégia e da tática hegemônicas no seu interior; nossos problemas organizativos e metodológicos não serão superados sem que alteremos a estratégia, abandonando a política de conciliação de classes, que resulta no ***melhorismo sem mudanças estruturais***.

A JPT, em consonância com a maioria do PT, adotou um modelo organizativo incapaz de responder aos desafios históricos da classe trabalhadora e especialmente da juventude trabalhadora, afastando-se de programa democrático-popular e socialista para um programa que inclui tinturas melhoristas, neodesenvolvimentistas, socialdemocratas e por vezes social-liberais.

Objetivamente, o modelo organizativo que conquistamos através de muito debate no interior da juventude petista – que culminou no 1º Congresso da Juventude do PT em 2008 – não se materializou na prática por estar a serviço dessa mesma política.

A necessidade e o desafio de a Juventude do PT ser uma juventude de massas, enraizada nos mais diversos movimentos juvenis para assim travar a disputa política e cultural no interior da socieda-





de brasileira, sempre foi consenso entre nós. Já o caminho a ser trilhado para enfrentarmos esse desafio e essa necessidade não.

Precisamos distinguir dois momentos do PT enquanto partido de massas para entender corretamente como enfrentar o desafio de constituir uma juventude petista de massas.

Inicialmente, o PT se constituiu enquanto um partido de massas orientado por um programa anticapitalista, democrático-popular e socialista. Seja na luta pela redemocratização, seja no “quase lá” ou no combate ao neoliberalismo, nos constituímos enquanto um partido de milhares de militantes em busca de um novo mundo possível.

Posteriormente, após a capitulação programática operada pela maioria que se conformou no interior do PT em 1995, o rebaixamento do programa foi acompanhado por uma transição do partido de dezenas de milhares de militantes para o partido de centenas de milhares de filiados, que por sua vez tinham duas tarefas essenciais: 1) garantir a reprodução da estratégia de centro-esquerda no interior do PT de PED em PED; 2) fazer campanha e votar 13 nos anos pares.

Estado da arte: não seremos capazes de superar nossos problemas organizativos sem avançar no programa da Juventude do PT, assim como não atingiremos nosso objetivo de ser uma juventude efetivamente de massas sem que o conjunto do PT atualize sua estratégia.

Problemas que estão situados em um contexto maior, de acirramento da disputa de classes no Brasil e na América Latina, de esgotamento da estratégia sintetizada na “Carta ao povo brasileiro” e de possibilidade concreta de uma derrota global do PT e da esquerda brasileira amanhã ou no decorrer dos próximos quatro anos.

Cabe destacar que apesar dos sintomas mais explícitos do esgotamento da estratégia do PT serem mais recentes, estando localizados temporalmente em junho de 2013, outubro de 2014 e março de 2015, nós da Articulação de Esquerda e da JAE denunciemos o defeito de fabricação dessa estratégia desde que nos constituímos enquanto tendência, sempre lembrando o fracasso político da socialdemocracia europeia.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Cabe destacar ainda que apesar de termos pautado um novo modelo organizativo para a Juventude do PT, materializado no 1º Congresso da JPT, tal modelo organizativo estava e deve estar intimamente vinculado a uma concepção de juventude e a uma estratégia democrático-popular e socialista, sem as quais o modelo está fadado, como é perceptível, ao fracasso.

Quando transitamos do modelo de setorial para o modelo de secretaria, dos encontros para os congressos, defendemos que a Juventude do PT precisava estar enraizada nos mais diversos movimentos juvenis, constituir-se enquanto uma juventude de massas. Para tanto, defendemos que seria necessário:

- 1.Desencadear um amplo processo de nucleação da juventude petista, na contramão da burocratização partidária;

- 2.Reivindicar uma autonomia relativa, de forma que a Juventude do PT pudesse eventualmente assumir posições diferentes daquelas do conjunto do PT;

- 3.Estadualizar e municipalizar a Juventude do PT através da realização de congressos municipais e estaduais, acompanhados das eleições das secretarias municipais e estaduais, enraizando o debate na base da juventude petista e possibilitando mais organicidade à juventude do PT, com a Secretaria Nacional da JPT produzindo política para as instâncias estaduais e municipais;

- 4.Reivindicar e edificar a autonomia financeira da juventude do PT, com a destinação de no mínimo 5% do orçamento partidário para a juventude petista, de modo a permitir o necessário funcionamento das instâncias e o cumprimento das tarefas fundamentais em cada conjuntura.

Fomos capazes de construir um amplo consenso em torno do núcleo de nossa tese sobre o modelo organizativo da Juventude do PT, embora tenhamos sofrido uma derrota importante: a questão da autonomia financeira. Avaliamos que essa derrota contribuiu para a fragilização do novo modelo organizativo da JPT e consequentemente para a limitação da JPT no enfrentamento de seus desafios históricos.





Entretanto, foi a vitória do melhorismo e a simultânea derrota do programa apresentado pela JAE a principal responsável pelo fracasso das sucessivas gestões da Juventude do PT, em maior grau da atual gestão da Secretaria Nacional da JPT, no sentido de não constituir uma juventude petista de massas, enraizada e unificada nos mais diversos movimentos juvenis, municipalizada, pautando o PT e a sociedade, protagonizando a luta social, travando a disputa política e cultural na sociedade e também a disputa institucional.

Uma consequência bastante visível desse processo foi o rebaixamento da política da juventude do PT a um debate igualmente rebaixado e exclusivista de políticas públicas de juventude.

Se por um lado o debate sobre PPJs no interior da juventude do PT, do PT e dos movimentos de juventude produziu um saldo político importante, expresso na criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, na realização das conferências nacionais, na aprovação do Estatuto da Juventude e na elaboração de uma limitada política nacional de juventude, a ser executada pela Secretaria Nacional de Juventude do governo federal, por outro lado ainda não conseguimos responder significativamente às demandas concretas das juventudes – especialmente da juventude pobre e negra – por políticas públicas capazes de efetivar seus direitos fundamentais e específicos, a juventude do PT se inseriu ainda mais na dinâmica de institucionalização e burocratização do conjunto do PT e muitas vezes as tarefas da juventude petista foram terceirizadas para o governo e até mesmo outros partidos.

Outra consequência bastante visível foi o relativo fracasso da política de cota para juventude nas instâncias partidárias. Relativo, pois foi uma vitória importante, recheada de simbolismo. Entretanto, como não foi acompanhada do devido debate sobre o papel da juventude do PT nas instâncias partidárias, sobre a necessária transição geracional no interior do PT, sobre a necessária autonomia da JPT para disputar os rumos do PT, o resultado não foi o esperado. Não por acaso percebemos o rebaixamento do papel dos dirigentes jovens do PT, que muitas vezes cumprem a mera função de enfeite ou de penduricalho.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Além disso, setores do PT e da JPT passaram a elaborar e defender uma tese extraterrestre, afirmando que está em curso no Brasil uma verdadeira revolução democrática.

Ora... a juventude pobre e negra sendo exterminada, os sem terra ainda sem serra, os sem teto ainda sem teto, a mobilidade urbana caótica nos centros urbanos, o sistema político ainda refém do poder econômico, o sistema tributário ainda em função da burguesia, a política econômica e fiscal ainda refém do capital financeiro internacional... mas estaria em curso no país uma “revolução”.

Uma “revolução” sem transformação superestrutural, uma “revolução” sustentada pelo PMDB e suas caricatas lideranças, uma “revolução” com retrocessos para as conquistas da classe trabalhadora, mas ainda assim uma revolução. Apesar do caráter extraterrestre da tese, as consequências foram bastante reais, pois se estamos construindo uma revolução democrática significa que estávamos no caminho certo, que a JPT e o PT vêm cumprindo seus desafios históricos... só que não é assim!

Faz-se urgente e necessário resgatar o conteúdo da resolução aprovada no 7º Encontro Nacional do PT:

As correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

Se o conteúdo desta resolução de 1990 está correto, e nós consideramos que está, resta nítido que o PT precisa dar uma guinada à esquerda, do contrário será sepultado enquanto instrumento da classe trabalhadora.





Mas o pessimismo da razão nos alerta que nada é tão ruim que não possa piorar. Nos bastidores do que resta da Secretaria Nacional da JPT, a proposta de eliminar o modelo congressual e transferir o processo de debate e de organização da JPT para o interior do PED ronda o ambiente.

Manifestamos total repúdio a essa proposta, pois resultaria no sepultamento de um processo ainda insuficiente, mas que pode vir a ser um processo progressivo, de fortalecimento da juventude do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras enquanto organização revolucionária e de massas.

O diagnóstico é grave, mas é necessário partir dele para elencar os imensos deságios da juventude do PT no próximo período, de modo a evitar que cometamos os mesmos erros e que avancemos rumo à construção de uma juventude petista para tempos de guerra.

Propostas e Desafios rumo ao 3º Congresso da JPT

1. Realização imediata de reunião do Conselho Político da JPT, com vistas à convocação do 3º ConJPT;

2. Transformar o 3º Congresso da Juventude do PT em espaço de um amplo debate político, capaz de agregar não apenas a militância da JPT, mas também a base social da juventude petista;

3. O debate político deve ser estruturado em torno de seis eixos fundamentais: 1) conjuntura internacional e nacional; 2) estratégia democrática-popular e socialista; 3) modelo organizativo da JPT; 4) juventude brasileira e movimentos sociais; 5) juventude, trabalho e sindicalismo; 6) transição e opressão geracionais;

4. Colocar a política no comando da construção do 3º ConJPT, em detrimento da matemática que visa tão somente a reprodução quase automática de uma hegemonia;

5. Construir os meios necessários para o enraizamento do debate na base da juventude petista, garantindo igualdade de condições para reprodução e difusão das teses em disputa, bem como para a estadualização do debate entre as candidaturas nacionais;





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

6. Realizar a transmissão simultânea via internet do 3º ConJPT e se possível dos congressos estaduais, permitindo que a juventude brasileira tenha acesso ao que está em debate no interior da JPT e do PT;

7. Eleger uma comissão plural, democrática e com paridade de gênero para organização e realização do 3º ConJPT, com representações de todas as tendências nacionais do PT, na qual o consenso deve ser a regra para as deliberações;

8. Se a comissão organizadora do 3º ConJPT identificar e comprovar fraudes nos congressos municipais ou estaduais, deverá invalidar os congressos fraudados e, identificada a autoria do processo de fraude, encaminhar pedido de expulsão dos envolvidos;

9. Inserir na programação do 3º ConJPT a Plenária de Jovens Mulheres do PT, a Plenária da Juventude Negra do PT, a Plenária da Juventude LGBT do PT, a Plenária de Estudantes Petistas e a Plenária da Juventude Sindical do PT, sem que choquem entre si e sem que choquem com outras atividades do congresso, orientando que cada uma delas deverá encaminhar uma proposta de resolução ao 3º ConJPT;

10. Retomar o debate sobre o financiamento da juventude do PT, sem o qual teremos dificuldade de efetivar a política aprovada no congresso, seja ela norteadada por uma estratégia melhorista ou por uma estratégia democrático-popular e socialista;

11. Realizar uma autocrítica contundente sobre as diversas prorrogações da atual gestão da Secretaria Nacional da JPT, e consequentemente das gestões estaduais e municipais, em total desrespeito às deliberações do 2º ConJPT e em total descaso com a organicidade da JPT ;

12. Debater e aprovar uma política de comunicação de massas da JPT, sem a qual será impossível a constituição de uma juventude petista de massas;

13. Ante a necessidade de ter uma política permanente de ocupar as ruas, sob pena de a direita passar a ocupar também este espaço que sempre hegemonizamos, o 3º ConJPT deve aprovar uma resolução específica sobre a necessidade do PT e da JPT





protagonizarem a construção de uma frente de luta pelas reformas populares, em detrimento do governismo e de sua defesa irresponsável de toda e qualquer política governamental, a exemplo das medidas provisórias de ajuste fiscal.

Organização da Juventude Trabalhadora

Com a presença crescente da juventude no mercado de trabalho e a baixa sindicalização desse setor, entendemos ser fundamental que a juventude da AE, que nos últimos anos vem qualificando o seu debate na esfera sindical, construa um programa que vise disputar a juventude trabalhadora na perspectiva de ampliação de sua organização sindical.

Hoje a juventude trabalhadora, em sua maioria, encontra-se no setor comercial, construção civil e de telemarketing, onde as condições de trabalho são extremamente precárias, os salários são reduzidos e há uma grande rotatividade.

Acreditamos ser essencial que a CUT tenha uma política específica para a juventude. A construção dessa política tem como papel central atrair a juventude para as organizações sindicais e direcionar aos sindicatos da base cutista. A importância de disputar esse importante setor, que em sua maioria não se sente representado no “antigo sindicalismo” ou não se identifica com as formas tradicionais de organização política, principalmente por conta do reflexo da educação neoliberal que assolou o nosso país durante a década de 1990, nos coloca as seguintes dificuldades:

1. Como dialogar com a juventude neste contexto de retirada de direitos, sobretudo no que diz respeito às MPs 664 e 665, quando a política de seguro desemprego se torna fundamental, dada a alta rotatividade do mercado de trabalho neste momento de “construção profissional”?

2. Como dialogar com a juventude em um contexto de cortes e reestruturação das universidades, cortes que vão de encontro a política de ensino público e de qualidade?





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

3. Como quebrar a ideologia neoliberal reproduzida pelas instituições políticas e educacionais?

4. Como defender junto aos jovens as formas de organizações políticas tradicionais de reivindicação de direitos, nesta conjuntura e principalmente no cenário de criminalização da política colocada pela imprensa no Brasil?

Encontramos um grande desafio para a Juventude da AE: expandir do Movimento Estudantil (hoje a maior espaço de atuação da JAE) para os demais espaços de organização das juventudes, principalmente dos que estão inseridos no mercado de trabalho. Para isto precisamos, sobretudo compreender as características da juventude trabalhadora.

É fundamental aliar a pauta da juventude trabalhadora e a luta sindical com a mudança estrutural do modelo educacional presente nas escolas e na formação da jovem e do jovem trabalhador.

É necessário oxigenar o movimento sindical, pois há uma inabilidade em formar novos quadros, dialogar com as novas gerações e enfrentar os novos desafios conjunturais, tanto no plano da concepção quanto do método. Isto é, existe uma dificuldade do movimento sindical em dialogar com os anseios da juventude na sua maioria e representar na mesma proporção o espaço que os jovens ocupam no mundo do trabalho, assim como a grande parte da juventude trabalhadora não se identifica com as formas tradicionais de organização política.

Fortalecer a Secretaria de Juventude da CUT deve ser papel central no próximo período: fugir da burocratização, investir em trabalho de base e formação política, visando disputar as consciências dos jovens trabalhadores.

É fundamental que a Juventude da CUT consiga expandir a sua esfera de relação com os demais movimentos de juventude e inserir-se nos debates gerais da classe trabalhadora, ressaltando um recorte de juventude.

Vamos estimular que os sindicatos filiados criem espaços de organização de jovens, complementando políticas para ampliar o





diálogo com a Juventude, com políticas de comunicação e de filiação específicos para juventude. É fundamental estimular o debate de cotas para a juventude na disputa das chapas e direções sindicais.

Devemos acompanhar as eleições estaduais da CUT, para garantir a participação da Juventude na Central Única dos Trabalhadores.

É necessário romper com as relações de opressão geracional que se perpetuam fortemente nos locais de trabalho e são reproduzidos nas esferas de organização sindical. Nesse sentido, é fundamental incentivar que a juventude também ocupe espaços de direção sindical.

A CUT precisa ter uma estratégia para expandir a sua intervenção no setor terciário, onde a juventude trabalhadora se concentra. E, também, incentivar a discussão com a juventude trabalhadora que se encontra no setor informal da economia, em condições precárias de trabalho.

A tarefa da construção de outro tipo de sociedade é árdua e precisaremos de bastante dedicação. E, acima de tudo, da certeza de cada um e de cada uma de que as pedras no caminho virão e não serão poucas: apenas com a convicção de que estamos no caminho certo será possível trilhá-lo.

Uma juventude petista para tempos de guerra

O cenário não é de terra arrasada, muito pelo contrário. As condições objetivas e subjetivas impõem ao conjunto do PT e da esquerda brasileira uma nova estratégia política.

Se é verdade que o esgotamento da atual estratégia abre a possibilidade de uma derrota global do petismo e da esquerda, também é verdade que abre a possibilidade de uma reação política que resulte na derrota dos setores golpistas, entreguistas e neoliberais e na vitória de uma nova estratégia, sustentada com a mobilização permanente da classe trabalhadora nas ruas de todo o país.

É por entendermos que a esperança é vermelha e que necessitamos de uma juventude petista para tempos de guerra que





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

disponibilizamos o nome do companheiro Patrick Campos, atualmente dirigente da União Nacional de Estudantes, para encabeçar o processo de reformulação programática e organizativa da juventude do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores.

Buscaremos representar um coletivo de lutadores e lutadoras da juventude brasileira que nunca abandonou as ruas nem a utopia socialista, que nunca fugiu das tarefas impostas pelas mais variadas conjunturas, que dia após dia faz uma escolha: doar sua vida à luta popular e à construção de um mundo liberto de todas as formas de opressão.

A candidatura à Secretaria Nacional da Juventude do PT representa o resgate da palavra socialismo, praticamente eliminada do dicionário de alguns setores do PT. O resgate da palavra, do programa, do debate político e da práxis estrategicamente orientada.

Em tempos de guerra, tudo que menos precisamos é de dirigentes incapazes de compreender o atual estágio da luta de classes no Brasil, dedicados ao turismo institucional e prisioneiros do governismo irresponsável. A Secretaria Nacional da JPT deve ser o lugar da grande política, do diálogo permanente com as juventudes que lutam por terra, moradia, educação, transporte público e especialmente com a juventude pobre e negra que luta pelo direito de viver. A Secretaria Nacional da JPT deve ser o centro de comando da estadualização e municipalização da juventude petista, assim como um dos polos da necessária guinada do PT à esquerda.

Com a política no comando e o compromisso de construir uma gestão democrática, socialista e comprometida em transformar a juventude do PT numa juventude revolucionária e de massas, apresentamos nossa candidatura, sem medo de lutar e ser feliz!





União Nacional dos Estudantes

O melhor para a UNE seria que seu campo majoritário, mais exatamente o PCdoB, alterasse a sua política e fizesse um gesto real de democratização da entidade e de mudança na sua política. Infelizmente, o que temos visto é a cooptação de outros setores e a manutenção da mesma política. Por isto nossa política segue a mesma: lutar por uma nova direção para a UNE.

O movimento estudantil continua sendo um dos principais movimentos de organização das juventudes no Brasil. Evidente que possuímos diversos outros meios de organização, mas a União Nacional dos Estudantes, que protagonizou grande parte das mobilizações e lutas estudantis e sociais desde seu surgimento em 1937, segue como uma importante ferramenta de articulação e mobilização dos estudantes em nível nacional.

Em 2015 a UNE vai realizar seu 54º Congresso. Este será um momento decisivo para o movimento estudantil debruçar-se sobre o papel da entidade na atual quadra da história. Em um momento de acirramento da luta de classes, de aumento do conservadorismo na sociedade e na juventude, de possibilidade de retrocessos em conquistas importantes no tema da educação, é reforçada a necessidade de disputar a União Nacional dos Estudantes. Principalmente porque, frente a este cenário, a direção majoritária da entidade se mostra imobilizada, estando muito aquém do papel que deveria cumprir para a mobilização e organização dos estudantes.

Há mais de 15 anos a Juventude da Articulação de Esquerda vem apontando que a UNE vivencia uma crise de representatividade. Crise que, por inúmeras razões, mas principalmente por conta





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

de suas direções, atingiu o ponto de crise de legitimidade. Hoje, a UNE não tem se distanciado apenas das ruas e dos amplos movimentos de juventude, mas também da sala de aula e das universidades, sendo desconhecida pela ampla maioria dos estudantes.

Parte desta crise pode ser explicada tendo em vista aspectos conjunturais, como o descenso das mobilizações de massas da década de 1990, o acirramento do ideário neoliberal e o aumento do descrédito com a política. No entanto, é responsável também a forma como atua o setor majoritário da direção da UNE, capitaneado pela juventude do PCdoB. É este campo majoritário organizado pelo PCdoB quem conduz a entidade, bem como sua atual estrutura organizativa; a política que apresentam vem norteando as ações da entidade.

Nesse sentido, iremos para o 54º congresso escrachando a ausência de democracia, o centralismo na condução e o esvaziamento do debate nas instâncias de decisão.

A maneira burocratizada e antidemocrática como a entidade é conduzida inviabiliza qualquer possibilidade de unidade do conjunto do movimento estudantil e contribui inclusive para inviabilizar ações unitárias do conjunto dos setores que constroem a entidade.

Também pautaremos uma mudança na direção política da entidade. No cotidiano das universidades, onde os estudantes vivenciam uma série de problemas estruturais, enfrentam dificuldades de permanência e encaram estruturas antidemocráticas e um modelo de ensino bancário, a política que norteia as ações da UNE não é capaz de atrair e mobilizar o conjunto dos estudantes. Esta política de apenas defender a ampliação das estruturas vigentes e de aderir acriticamente às ações do governo federal está equivocada e é incapaz de atrair e apaixonar os estudantes para as fileiras do movimento estudantil.

Em nossa opinião é preciso outra direção para a UNE. Acreditamos que dirigir a UNE é fazê-la cumprir seu papel dirigente no movimento estudantil frente a todos os estudantes. Para a *Reconquistar a UNE* o PT deve ser, principalmente na atual qua-





dra da história, a força política e social que reúna as condições de influenciar a União Nacional dos Estudantes no sentido de constituir outra direção.

Aos camaradas do PCdoB nossos sinceros ânimos revolucionários e de reconhecimento por suas ações, mas a retomada das grandes lutas do movimento estudantil brasileiro dirigidas pela UNE já deixou há muito tempo de passar pela política que vêm sendo apresentada.

A juventude do PT

É com esta leitura que voltamos a fazer um chamado a toda a Juventude do Partido dos Trabalhadores para discutir uma estratégia petista para a UNE.

O PT, maior referência política e social da classe trabalhadora brasileira, não pode se furtar de agir num momento de crise. E é isso que há hoje com a União Nacional dos Estudantes: uma crise aprofundada.

A história da Juventude do PT no movimento estudantil não pode ser vista como a história daqueles que podendo assumir o timão do navio que segue rumo à geleira e mudar sua direção, prefere seguir as orientações do já desorientado comandante que deseja afundar com sua embarcação. Submeter ou se render as alianças pragmáticas por espaços na diretoria da UNE não é posição condizente com a história do PT e de sua juventude. Mas, além disso, não pode ser a opção feita num dos momentos de maior acirramento da luta de classes no país.

Dessa forma ao longo do ano de 2015, ano de Congresso da UNE, faremos as justas e devidas reflexões sobre os rumos da entidade e do conjunto do movimento estudantil universitário no Brasil. E voltamos a apontar como centro da estratégia a unidade petista na construção da União Nacional dos Estudantes.





Campo popular

Quando começamos o diálogo sobre a criação de um novo Campo para a disputa da UNE, fazíamos isso numa condição defensiva. A Articulação de Esquerda havia passado por um processo de divisão em seu Primeiro Congresso (2011) e nossa atuação na juventude e no movimento estudantil foi bastante atingida.

Lembramos que naquele mesmo ano de 2011, antes mesmo do Primeiro Congresso da AE, o Congresso da UNE foi marcado pela migração de mais uma força petista para o campo dirigido pelo PCdoB.

O coletivo Para Todos, vinculado a tendência petista Construindo um Novo Brasil (CNB), foi a última de três forças que desde 2005 elaboraram novas táticas para a construção da entidade, estando nessa tática a aliança com a direção majoritária.

O que chamamos de “giro político” foi iniciado pelo Movimento Mudança em 2005. Em 2007 seguiram o mesmo rumo o movimento Kizomba, vinculado a tendência petista Democracia Socialista (DS). A CNB foi a última a embarcar neste bonde de forças no qual já seguiam viagem o PCdoB, PSB, PDT, PMDB e nem tão pouco frequentemente partidos das hostes da Direita brasileira a exemplo do próprio PSDB.

Como nossa tática de construção da UNE sempre passou pela unidade das forças petistas, mantivemos a posição mesmo que numa situação de momentâneo isolamento no CONUNE de 2011. Mas como o mundo gira e com ele suas engrenagens, a situação com a qual nos deparamos na Bienal da UNE em janeiro de 2013 mostrou que mantivemos a posição acertada.

Vale destacar que neste meio tempo tentou-se dar volume à falsa ideia de “bipolarização” no interior da UNE, como se apenas dois campos construísem a entidade. De um lado os Aliados do Campo Majoritário, do outro o Eixo autoproclamado Oposição de Esquerda, composto pelas tendências do PSOL e pelo PCR.

De um lado o governismo cego e inconsequente. Do outro, um oposicionismo desmedido e desregrado (da maioria destes), incapaz





de enxergar a realidade. Mas não é apenas a posição acerca do Governo Federal que divide opiniões. Há um conjunto de questões sobre o próprio funcionamento da UNE; seus espaços de deliberação (ou ausência destes); mas principalmente o projeto de Educação e de Universidade defendido (ou combatido) por cada organização.

E é sobre este aspecto prioritário que a Reconquistar a UNE busca construir sua posição. Para nós, este jogo de aparências mantido pelo Campo Majoritário e pela Oposição de Esquerda está muito abaixo da política necessária para a União Nacional dos Estudantes. Precisamos de um verdadeiro projeto de Universidade e de um projeto de educação para o país, no qual os estudantes sejam protagonistas.

Foi com o objetivo de acumular forças e organizar a parcela dos estudantes que faziam esta avaliação que durante o CONEB/Bienal de 2013 no Recife a **Reconquistar a UNE** impulsionou a criação do Campo Popular. Junto ao coletivo Quilombo, vinculado a tendência petista EPS, junto ao Movimento Mudança e ao Levante Popular da Juventude (Consulta Popular), reunindo estudantes de entidades como as executivas e federações de cursos, DCEs e UEEs, o Campo Popular obteve uma grande vitória política no CONEB ao apresentar três resoluções e pela primeira vez em muitos anos superar a Oposição de Esquerda.

No Congresso da UNE, realizado meses depois, o Campo já estava consolidado como uma verdadeira alternativa de direção para a UNE. Mesmo com debates acalorados sobre ser uma frente de oposição ou apenas uma alternativa de direção, o fato é que o Campo Popular proporcionou uma mudança nos ventos que sopram no interior da União Nacional dos Estudantes.

Numa linha crescente, o Campo tem sido um importante espaço de organização dos estudantes que reconhecem a importância da UNE e que desejam disputar os rumos da entidade. Há muito ainda o que se afinar, mas sem dúvidas o papel cumprido neste período demonstra que podemos fazer da UNE a entidade que queremos.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

O principal exemplo da capacidade de construção do Campo ocorreu com a realização do III Seminário Nacional de Assistência Estudantil da UNE em maio de 2014, na cidade de Ouro Preto-MG. Foi a primeira vez em anos que uma atividade da UNE não foi realizada pelo Campo Majoritário da entidade, mas que tampouco foi um espaço exclusivo das que organizaram.

O 54º Congresso da UNE

Aproxima-se mais uma batalha para os estudantes em torno de sua entidade nacional: em 2015 ocorrerá o 54º Congresso da União Nacional dos Estudantes, momento em que será eleita a próxima diretoria da entidade, bem como serão aprovadas as resoluções que nortearão as ações da nova gestão.

Este CONUNE acontece numa situação política do Brasil e do Governo de grande efervescência. As eleições presidenciais de 2014 proporcionaram um ambiente de polarização na sociedade. A direita, derrotada nas urnas, utiliza todos os seus mecanismos para impor sua agenda ao governo e sua visão e opinião ao conjunto da sociedade.

Por meio do Judiciário buscam carimbar a esquerda, seus partidos e os movimentos sociais como criminosos. Põem abaixo o já parco Estado Democrático de Direito por meio da própria retórica jurídica para perseguir, julgar e condenar aqueles que oferecem alguma resistência.

Em associação direta age o Legislativo Federal, o Congresso mais conservador já eleito na história nem tão recente do país. Comandados pelo PMDB, a escória de partidos conservadores, reacionários e corruptos que abocanharam a maior parte do parlamento articula e conspira para imprimir uma agenda regressiva para os trabalhadores. Em menos de três meses de legislatura atacam por meio da ampliação de seus privilégios, de uma contrarreforma política e de mudanças legislativas que atingem diretamente os direitos trabalhistas.





Mas a ponta desta lança que pretende ir fundo na esquerda brasileira sem dúvida é a Grande Mídia. O já propalado quarto poder é quem mais busca implantar um clima de pavor e justificação. É a grande mídia que alimenta a cada segundo o judiciário com falsas denúncias; que ataca o patrimônio do povo, como exemplo mais recente a Petrobrás, em busca do desmonte das políticas sociais em benefício do grande capital; é quem impulsiona e amplifica as vozes golpistas; é quem fomenta e justifica as ações do Legislativo contra os trabalhadores e seus defensores; é quem oferece munição ideológica para que setores da própria classe trabalhadora voltem-se contra si.

É neste ambiente, onde ainda deve ser incluído o fato da direita também estar ocupando as ruas, que será realizado em junho de 2015 o 54º Congresso da UNE. Em outras palavras, é num momento de acirramento do enfrentamento e da luta social que a principal entidade estudantil do país reunirá o conjunto dos estudantes em seu maior fórum de decisão.

É por estas razões que compreendemos o papel distinto deste congresso da UNE. O conjunto dos estudantes e das forças políticas precisa estar atento e comprometido com o fortalecimento da UNE e da rede do movimento estudantil. A entidade não apenas pode como deve se preparar para liderar os estudantes neste momento. E liderar os estudantes neste momento significa reunir as condições para ter legitimidade no processo.

Acreditamos que a atual direção da UNE não está à altura deste desafio e que não reúne as condições para colocar a entidade como protagonista destas lutas. Se estivesse à altura, não teria tido medo de realizar o Conselho Nacional de Entidades de Base em janeiro de 2015. Se estivesse à altura não teria tido medo de combater abertamente as candidaturas de direita no primeiro turno de 2014, tanto Aécio quanto de Eduardo/Marina. Se estivesse à altura não teria receio de convocar os estudantes às ruas.

Mas a UNE ainda é a principal referência do movimento estudantil universitário brasileiro. E continua sendo porque sua história de luta é maior do que a de recente comodismo. Nesse sentido





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

vamos ao próximo CONUNE buscando ampliar nossa bancada nacional e respectivamente a representação na diretoria da entidade. Para tanto, buscaremos contribuir no fortalecimento do Campo Popular, por meio da organização e unidade do conjunto das/os estudantes petistas. Sabemos que é preciso assumir a responsabilidade e para tanto fazer a entidade retomar seu papel histórico, reconquistando a UNE para a luta e para as e os estudantes.





Cultura

O tema da cultura ganhou relevância no debate político nacional no último período. Seja nas manifestações de junho de 2013, seja nos diversos coletivos e redes que surgiram delas, seja no processo de mobilização e polarização programática que ocorreu na campanha à reeleição da Presidenta Dilma, a cultura esteve presente com suas pautas históricas, mas principalmente com novas pautas, em parte devido aos últimos 12 anos de gestão Lula-Dilma.

Nas ruas, vimos quatro pautas políticas convergirem desde 2013: Cultura, Comunicação, Direitos Urbanos e Direitos Humanos. As questões da mobilidade urbana e a luta por transporte público fortaleceram uma nova visão da cidade, com a defesa de ciclovias e espaços públicos de lazer e cultura; as ocupações por moradia ganharam uma nova versão, agora de ocupações culturais, compostas por jovens, artistas e cidadãos que não se contentam com os espaços privados que a cidade oferece. O combate ao preconceito virou pauta central de todos os movimentos culturais, com ampla adesão de artistas, blogueiros, mídiativistas e movimentos sociais, que articularam desde os escrachos ao torturadores e a defesa da Justiça e da Verdade no que tange aos crimes da Ditadura, a criminalização da homofobia, o enfrentamento ao assassinato da juventude negra, o reconhecimento do Funk nas periferias e o fortalecimento do Hip-Hop, a luta contra o racismo, o preconceito de classe e a discriminação dos nordestinos. A luta pela democratização da mídia ganhou força em todos esses setores progressistas e a internet foi um espaço de convergência e contrahegemonia nesse processo eleitoral como nunca tínhamos visto.

Essas pautas ganharam caldo durante o processo eleitoral e se transformaram em símbolo da polarização, expressando outra visão de mundo e ganhando milhões de adesões, principalmente de jovens.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

O possível fortalecimento de um campo de esquerda que se esboçou na reação social em defesa da candidatura Dilma no segundo turno, permite sonhar com a ampliação de todas essas pautas e com o papel da cultura no centro de uma estratégia socialista para o Brasil.

Não vivíamos um processo tão polarizado desde as eleições de 1989. E, após a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, a direita econômica e ideológica insiste em não aceitar a derrota e tentar impor sua agenda. O momento político é tenso. E o pior é que o governo vem cedendo as pressões da direita.

As resoluções da tendência petista Articulação de Esquerda e, em certa medida, as resoluções do Partido dos Trabalhadores apontam para um período duro, da necessidade de aprofundarmos a luta, implementar reformas que mexam na concentração de poder e privilégios das elites brasileiras.

Para que possamos garantir as conquistas, barrar a direita e avançar no aprofundamento de direitos é necessário que a esquerda esteja unificada e nas ruas, com os movimentos sociais e os partidos de esquerda à frente.

No campo da cultura, é urgente e imprescindível que o debate não seja restrito às composições governamentais. Precisamos manter a mobilização de movimentos, redes, artistas e ativistas, debater com a militância os desafios programáticos para a quarta gestão e ter um mandato que enfrente as contradições e retrocessos do primeiro mandato da Presidenta Dilma na área da cultura, entendendo o recado das ruas e fortalecendo a disputa de visão de mundo e valores da sociedade brasileira – para uma perspectiva popular, militante, descolonizada e potencializadora da diversidade.

Precisamos superar o paradigma da centralidade no consumo e na ascensão social, para não apenas construir uma democracia plena, com respeito aos direitos culturais e humanos e com pleno acesso aos meios de criação, produção, circulação, fruição, memória, formação, pesquisa, informação e comunicação de bens e serviços culturais,





mas, principalmente que as políticas de cultura estejam inseridas na disputa de uma hegemonia cultural da classe trabalhadora e com papel fundamental na construção de uma sociedade socialista.

Desafios dos movimentos sociais da cultura na luta de classes brasileira

Como a tendência petista Articulação de Esquerda sustenta desde sua criação, a esquerda brasileira (e em especial o PT) precisa ter a luta da classe trabalhadora como base de todo e qualquer processo de transformação da sociedade brasileira.

Entretanto, a dinâmica de conquista de governos trouxe à tona a inversão do processo, colocando a defesa das gestões no topo das prioridades táticas e estratégicas, subjugando o partido à condição de correia de transmissão dos interesses de uma governabilidade distanciada dos movimentos sociais. Na medida em que passamos por constantes pressões das classes dominantes e de construção de alianças pontuais com setores da burguesia, precisamos disputar esta perspectiva e fortalecer a autonomia dos movimentos sociais que representam a classe trabalhadora, disputando e pressionando o Partido e os governos à esquerda. Essa é a história do PT e assim a esquerda petista sempre sustentou suas teses.

Portanto, precisamos fortalecer a luta política da classe trabalhadora e seu papel central na superação da exploração capitalista, tendo como horizonte estratégico a construção do socialismo. E para tanto é preciso reconhecer o papel decisivo que a cultura tem neste processo.

A agenda central neste sentido é: fazer a Reforma Política, garantindo a democracia, ampliando as esferas de participação dos setores populares da sociedade, reduzindo a interferência do poder econômico nos interesses públicos, coletivos; garantir a pluralidade de informações, visões de mundo e cultura, acabando com o oligopólio econômico, político e ideológico dos meios de comunicação; fazer uma extensa e profunda Reforma Agrária; transformar o modelo





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

de cidade e promover a Reforma Urbana; construir uma Reforma Tributária que onere as elites, tendo a Taxação das Grandes Fortunas como centro deste desafio.

Neste sentido, a militância cultural que se articula a partir das posições da Articulação de Esquerda e os petistas que assim concordarem contribuiremos para construção de uma Frente Nacional da Cultura (com este ou outro nome, a ser construído coletivamente), envolvendo movimentos, coletivos, redes, artistas, ativistas culturais etc. Frente que deve ter uma agenda de lutas e uma pauta mais ampla do que as políticas culturais.

Nossa proposta de pauta: fortalecimento da democracia, da participação popular e reforma política; reforma agrária; reforma urbana; democratização dos meios de comunicação; taxaço das grandes fortunas; afirmar a cultura como estratégica para a disputa de hegemonia e transformação simbólica do Brasil, devendo portanto ocupar dimensão central em todas as políticas públicas, buscando a transformação simbólica e a descolonização cultural do Brasil.

Como caminho para constituir esta Frente, propomos a realização de uma plenária nacional com movimentos e a definição de uma agenda comum, com um dia nacional de lutas da cultura e uma pressão permanente sobre nossas pautas na Câmara, no Senado e no Governo Federal, nos Governos, Secretarias e Assembleias Estaduais, além de Governos, Secretarias e Câmaras Municipais.

Setorial de cultura do PT

O Partido dos Trabalhadores precisa ter uma setorial atuante o ano inteiro, debatendo temas e construindo lutas que extrapolem a pauta eleitoral e as composições governamentais. Precisamos debater com toda a militância petista e com todo o campo cultural de esquerda, em todos os estados, os desafios da esquerda, do PT e da cultura para o próximo período.

Nesses quase três anos de atual gestão, a tendência petista Articulação de Esquerda buscou cumprir um papel protagonista no





Coletivo Nacional, sempre apresentando propostas de resolução e contribuindo na articulação da Secretaria Nacional, com os estados, com a Bancada Federal, com os gestores públicos e com os movimentos sociais da cultura.

Mas é necessário reconhecer que, assim como outras instâncias do PT, nossa Secretaria Nacional de Cultura, as Secretarias Estaduais e seus coletivos estão longe de cumprir o papel que desejamos e que necessitamos para o próximo período.

Precisamos horizontalizar mais nossa atuação, criando instâncias setoriais, temáticas, regionais, municipais que atuem de forma permanente e que de fato organizem a intervenção do PT nos diversos movimentos, entidades, setores, colegiados, conselhos e instituições públicas que dirigimos ou integramos, além de estabelecer maior unidade e articulação entre os Setoriais de Cultura Estaduais e Municipais.

Definimos como forma de organizar nossa atuação a criação de núcleos e coletivos de cultura do PT nos espaços onde atuamos, sempre em conjunto com as instâncias formais. Mas na prática muitos destes espaços pararam de se reunir ou de atuar coletivamente, o que pensamos não pode impedir que outros grupos se organizem, de forma aberta e pública.

A hierarquização demasiada, o engessamento demasiado, uma maneira de organizar as coisas de forma fechada e não aberta, não tem contribuído para que o PT cumpra o seu papel no movimento cultural e na sociedade. Na prática, o PT como um todo tem muito poucos espaços de militância coletiva, o que distorce a prática da militância política e obriga alguns a participar de mandatos parlamentares, ao invés de instâncias partidárias. A rua e as redes sociais estão cheias de exemplos positivos de disputa cultural, disputa política e articulação de ações comuns.

A decisão do PT nacional de não priorizar sua atuação setorial é antiga (tanto nacionalmente quanto nos diversos estados); precisamos nesse momento mais do que nunca fazer um movimento de baixo para cima, assim como aprendemos com os conceitos poten-





tes e transformadores advindos do “Cultura Viva” e “Pontos de Cultura”, para ir permeando novamente o PT com as pautas da rua, da urgência dos acontecimentos.

Pensamos assim como outras organizações partidárias mundo afora, que o Partido político deve ajudar a organizar a luta, mas se ele não está profundamente conectado com a sua base ele corre o risco de ser um clube de amigos ou uma estrutura tradicional. E na relação com a cultura, assim como na juventude, é onde temos que ser mais ousados, mais circulares, mais horizontais.

Desafios para fazer um quarto mandato que avance ainda mais no campo cultural

A conclusão mais importante do debate sobre conjuntura política e desafios do governo Dilma na área da cultura é a de que o PT e o Governo ainda precisam compreender o papel estratégico da cultura para a disputa de hegemonia. O abandono por parte do governo e grande parte do PT dessa estratégia nos levou a fortalecer a hegemonia cultural do capitalismo e do neoliberalismo em amplos setores da classe trabalhadora. Na prática, nunca esteve tão forte o modelo *american way of life* na sociedade, incluindo os setores que ascenderam economicamente, tendo como carro-chefe os shoppings centers, carrões importados e viagens para Miami e Orlando.

É preciso entender que junto com as políticas de fortalecimento das bases materiais dessa nova classe trabalhadora são necessárias políticas públicas de cultura – no mais amplo sentido do termo – que fortaleçam os valores de uma sociedade igualitária, justa e que tenha como pilar básico a diversidade cultural, pois essa é também uma dimensão da defesa radical do projeto democrático popular.

A promoção da diversidade cultural como nossa principal identidade é parte da luta pela defesa dos direitos humanos, englobando as lutas dos povos indígenas, das mulheres, da cultura afro-brasileira, da comunidade LGBT, das pessoas com deficiência, da juventude, da população das periferias urbanas, da criança e do ado-





lescente, dos idosos, dos povos e comunidades tradicionais nominados no Decreto 6040. Esta diversidade é decisiva para a construção de um projeto nacional conectado com o século XXI e avançado do ponto de vista programático, pois essas pautas englobam 90% da população.

Além disso o Ministério tem a tarefa de construir uma nova política para as Artes no Brasil, reformulando totalmente o papel da FUNARTE; apresentar nova proposta de PL sobre o PROCULTURA, garantindo uma política de financiamento democrática, descentralizada geográfica e politicamente; aprovar a nova Lei do Direito Autoral; construir uma política de proteção dos conhecimentos tradicionais e coletivos; regulamentar a Lei Cultura Viva, garantindo a desburocratização dessa política e ampliação do número de beneficiários; fortalecer a economia da cultura; retomar a política de memória, com viés social e comunitário; construir um Programa Nacional de Circulação dos agentes e da Produção cultural; criar um amplo conjunto de políticas de integração da cultura com a comunicação, a educação, o direito a cidade e os direitos humanos.

Também é indispensável enfrentar os oligopólios que conjugam a exploração de cultura, comunicação e educação como mercadoria, que exercem função central na disputa de consciências pela direita ao fazer a apologia do consumo, ao despolitizar a ação criativa e ao fomentar a fragmentação da classe trabalhadora.

Um programa político para a cultura brasileira como parte da estratégia de luta da classe trabalhadora

Para o segundo mandato da presidenta Dilma Roussef, inúmeros são os desafios no campo da cultura. O Segundo Congresso da Articulação de Esquerda define 6 pautas prioritárias para sua atuação programática:

-Fortalecer o Cultura Viva como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e de promoção dos direitos culturais;





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

- Promoção e proteção da Diversidade Cultural brasileira;
- Democratizar os meios de comunicação e quebra do oligopólio;
- Ampliar e qualificar programas e políticas de articulação entre cultura e educação;
- Ampliar os recursos para a cultura, combatendo a isenção fiscal e fortalecendo os Fundos;
- Aprofundar o SNC, ampliando a participação popular nas políticas públicas e garantindo a sua incidência na construção dos orçamentos.

Setorial de cultura da tendência petista Articulação de Esquerda

A partir do Primeiro Seminário de Cultura da AE, realizado em dezembro de 2014 em Brasília, contando com a presença de 50 companheiros de 14 estados das cinco regiões do país, sentimos a necessidade de organizar uma intervenção nacional, permanente, articulada e orgânica da militância da Articulação de Esquerda na Cultura.

Nesse sentido, realizaremos em novembro de 2015 (data tentativa) a Primeira Conferência Nacional de Cultura da AE, em data, local e regimento à ser definido pela Direção Nacional da AE.

Para organizar essa Conferência e dar conta de organizar nossa intervenção no calendário político da cultura no ano de 2015, foi composta uma coordenação provisória nacional de cultura da AE composta pelos seguintes companheiros e companheiras: Sônia Fardin (SP), Yuri Soares (DF), João Pontes (RS), Luana Marques (CE), Telma Saraiva (PA) e Pedro Vasconcellos (DF).

Calendário da cultura 2015 e 2016

2015

- Abril e maio: 5º Congresso do PT
- Maio: Seminário Cultura e Democracia em Brasília





Tendência petista Articulação de Esquerda

- Junho: Seminário Internacional sobre Sistemas Nacionais de Cultura em Brasília
- Julho: Eleição dos Colegiados Setoriais que compõem o Conselho Nacional de Política Cultural.
- Agosto: Fóruns Nacionais Setoriais e eleição do novo CNPC
- Setembro: Encontro Nacional de Culturas Populares e Tradicionais – Serra Talhada (PE)
- Novembro: Primeira Conferência Nacional de Cultura da AE

■ 2016

- Março: Encontros Estaduais e Municipais da Secretaria de Cultura do PT
- Abril: 6º Encontro Nacional de Cultura do PT
- Outubro: Eleições Municipais





Em defesa do SUS

A Saúde deve ser um direito de todos os brasileiros e brasileiras, não uma mercadoria mais ou menos acessível a depender da riqueza de cada pessoa.

O Sistema de Saúde nacional, público e universal, previsto na Constituição Federal de 1988 (Art. 198), com a denominação de Sistema Único de Saúde (SUS), representa uma grande conquista popular e foi fruto de décadas de lutas da classe trabalhadora e de setores democráticos da sociedade brasileira.

Mas a tendência política hoje dominante – inclusive no governo federal, com a cumplicidade de setores que já foram e alegam continuar sendo defensores do SUS, mas na prática estão promovendo ou sendo cúmplices de seu desmonte – é a transformação em letra morta do Sistema de Saúde nacional, público e universal, previsto na Constituição Federal de 1988.

O desmonte do SUS gera desigualdade, opressão e insatisfação em amplos setores da população e, por outro lado, a desorganização do Sistema acarreta um número imponderável de mortes evitáveis no País todo ano, todo mês, todo dia.

O desmonte do SUS pode ser revertido mediante a mobilização popular e uma mudança de linha por parte do governo federal. Por outro lado, a mobilização popular em defesa do SUS e de outras políticas públicas universais contribui para a defesa da classe trabalhadora e do governo Dilma frente a ofensiva conservadora.

A mobilização popular exige reafirmar os princípios fundamentais de um Sistema de Saúde nacional, público e universal, assentado nos princípios da equidade, integralidade e solidariedade social, organizado para toda a população, capaz de apresentar





desempenho melhor do que quaisquer sistemas privados.

Na linha de superar a fragmentação do SUS e os artifícios administrativos, políticos e econômicos que promovem a privatização do sistema, a ausência de carreiras de âmbito nacional, o uso de verbas públicas para financiar o setor privado, a falta de uma programação estrutural que seja capaz de ampliar progressivamente a rede pública de assistência à saúde e o crônico subfinanciamento do sistema, o Segundo Congresso Nacional da tendência petista Articulação de Esquerda defende:

1) **que as administrações municipais encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores estejam na linha de frente da defesa do SUS**, inclusive no que diz respeito a defesa do Mais Médicos e ao tratamento concedido aos trabalhadores da Saúde, no cumprimento da legislação vigente e na construção de carreiras de âmbito nacional.

2) **que o Brasil avance progressivamente para uma situação de menor dependência científica e tecnológica** em relação aos outros países, através de indústrias de base públicas para a produção de medicamentos e insumos para a saúde, incluindo equipamentos, órteses, próteses e equipamentos;

3) suspensão imediata dos repasses de recursos da Saúde para instituições privadas que estejam inadimplentes com a Super Receita e que tenham fraudes confirmadas contra o SUS. **É imprescindível realizar** auditoria de gestão sobre qualquer instituição que receba recursos do SUS e que tenha indícios de fraudes ou fraudes confirmadas contra o SUS e os Governos de cada esfera pública;

4) **a aprovação do Projeto de Lei de Responsabilidade Sanitária**, tal como proposto originalmente pelo ex-deputado federal Roberto Gouveia (PT-SP);

5) **maior financiamento público** para o setor saúde, com o fim da Desoneração das Receitas da União (DRU); com a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e sua substituição por uma Lei de Responsabilidade Social ou, pelo menos, com a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a contratação de



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

trabalhadores da saúde (investindo no quadro de servidores próprios da saúde);

6) **retomada da luta popular pela aprovação de projeto de lei** complementar, pelo Congresso Nacional, que estabeleça a obrigatoriedade de alocação de 10% das Receitas Correntes Brutas da União, anualmente, na Saúde (Saúde + 10);

7) **barrar a PEC 451**, de autoria do deputado federal Eduardo Cunha, que pretende alterar a Constituição e tornar obrigatórios – na utilização dos serviços de assistência médica – os planos privados de assistência à saúde oferecidos pelo empregador aos seus trabalhadores, excetuando-se os trabalhadores domésticos;

8) **pressionar o Supremo Tribunal Federal para que julgue e aceite a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra a Lei 13.097/2015** (Art. 142), que permite a participação de capital estrangeiro em hospitais gerais ou especializados, incluindo os filantrópicos; em clínicas gerais, especializadas ou policlínicas e em ações de pesquisa e planejamento familiar;

9) **defender que o Diretório Nacional do PT seja coautor da Ação Direta 5.239* de Inconstitucionalidade**, em julgamento no Supremo Tribunal Federal, que pede a suspensão liminar da Lei nº 13.097/2015, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidenta da República, com o endosso do atual ministro da Saúde.

O Segundo Congresso da AE reafirma a importância da existência e do bom funcionamento global do Sistema Único de Saúde e sua importância como parte da estratégia que defendemos para a transformação do Brasil num país democrático-popular e socialista.

Esclarecimento sobre a ADIN 5239

Lembramos que a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5239 para pedir a suspensão liminar do artigo 142 da norma e, no mérito, a declaração de





inconstitucionalidade do dispositivo. O artigo 142 alterou dispositivo da Lei 8.080/1990, permitindo a participação de capital estrangeiro em hospitais gerais ou especializados, incluindo a filantropia; em clínicas gerais, especializadas ou policlínicas; e em ações de pesquisa e planejamento familiar.

Segundo a CNTU, a lei viola o dispositivo constitucional que veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país (artigo 199, parágrafo 3º). Além disso, aponta violação aos artigos 196 e 197, que classificam a saúde como garantia e direito constitucional a ser assegurado e fiscalizado pelo Estado. Segundo a ADI, a Lei 13.097/2015 também não prevê autorização e fiscalização dos serviços estrangeiros pelo Sistema Único de Saúde, resultando em nova afronta constitucional (artigo 200, inciso I).

Embora fora do campo constitucional, outro ponto questionado na ADI é o fato de a Lei 13.097/2015 tratar de 29 temas diferentes, o que iria de encontro a disposições da Lei Complementar 895/1988, segundo a qual cada lei deve abordar apenas um assunto.

Orientação para os militantes da AE que atuam na área da saúde

O Segundo Congresso da tendência petista Articulação de Esquerda orienta nossa militância, especialmente aquela que trabalha no campo da Saúde e atua em Conselhos de Saúde municipais, estaduais, do Distrito Federal e federal, no sentido de:

- 1) fortalecer os mecanismos de participação popular e de controle social, através da ampla divulgação dos processos eleitorais, reuniões, conferências e outras instâncias; da garantia da pauta dos usuários nas reuniões dos conselhos eleitos; da transparência e prestação de contas das decisões dos conselhos, bem como divulgação dos dados, relatórios, planilhas entre outros documentos.
- 2) participar ativamente em todas as etapas da 15ª Conferência





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Nacional de Saúde (etapa municipal de 9 de abril a 15 de julho de 2015; etapa estadual: de 16 de julho a 30 de setembro de 2015; etapa nacional: dias 1 a 4 de dezembro de 2015);

3) articular a apresentação e aprovação de resoluções em defesa do SUS no 5º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, bem como nos Congressos da CUT, da UNE, Ubes e JPT;

4) envolver, no movimento em defesa do SUS, amplos setores sociais, sindicais e partidários, instituições de saúde, instituições de ensino e pesquisa, universidades e faculdades.

5) realizar a 1ª Conferência de Saúde da Articulação de Esquerda, cabendo à Direção Nacional definir a data, o local e o regimento interno, que deve prever mecanismos que possibilitem a mais ampla participação, com direito a voz, de petistas e simpatizantes que atuam em defesa do SUS.

Cabe à Direção Nacional definir a data, o local e o regimento interno da 1ª Conferência de Saúde da AE. O regimento deve prever mecanismos que possibilitem a mais ampla participação, com direito a voz, de petistas e simpatizantes que atuam em defesa do SUS.

A Direção Nacional da AE, ao definir a data da 1ª Conferência de Saúde da Articulação de Esquerda, deve levar em conta que esta 1ª Conferência será um momento importante não apenas para organizar a nossa ação como tendência petista em defesa do SUS, mas também para debatermos e aprovarmos as propostas que apresentaremos ao 5º Congresso do PT e como pretendemos contribuir com a 15ª Conferência Nacional de Saúde.

A 1ª Conferência de Saúde deve considerar, em seus debates, o conjunto de propostas que foram apresentadas para debate no Segundo Congresso da AE, a saber.

1. A resolução “**Em defesa do SUS**”, apresentada pela DNAE, aprovada pelo Segundo Congresso da AE;

2. A proposta contida no texto “SUS Brasil” (publicado na terceira edição da revista *Esquerda Petista*), sem prejuízo do debate de outras propostas que circulam no campo de esquerda. O texto “SUS Brasil” apresenta e discute a proposta de criação da autarquia especial SUS





Brasil, gerida compartilhadamente pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde estaduais e Secretarias de Saúde municipais, tendo como base de operação as 436 Regiões de Saúde do País;

3. Um conjunto de emendas apresentadas para debate no Segundo Congresso, a saber:

Emendas remetidas para debate

O Segundo Congresso Nacional da Articulação de Esquerda remete, para debate na 1ª Conferência Nacional de Saúde da AE, as propostas apresentadas para debate e não votadas no Segundo Congresso, entre as quais:

“1) Aumento gradual da rede de serviços e dos repasses de recursos da saúde para instituições públicas, e redução gradual da contratação e dos repasses dos recursos para a rede privada, com substituição gradativa das instituições privadas por serviços públicos”;

“2) Impedimento para novos contrato e renovação de contratos com OS, OSCIP e Fundação Estatal no âmbito do SUS, em respeito à deliberação da 13ª Conferência Nacional de Saúde”;

“3) Respeito aos profissionais de saúde e à legislação vigente, que prevê a implantação dos PCCS como exigência para a União, Estados e Municípios desde 1990”;

“4) Suspensão de instrumentos administrativos e ou legais (Portaria e ou /Lei) que perdoa ou parcela “dívidas fiscais” das Instituições Filantrópicas e sem Fins Lucrativos (Isentas), que na verdade significa perdoar dívidas decorrentes das apropriações indébitas de IR, INSS e FGTS, descontados dos salários dos trabalhadores e não recolhidos, e Execução Fiscal imediata das referidas em âmbitos Municipal, Estadual e Nacional”;

“5) Criar Serviços Especializados em Saúde do Trabalhador no Serviço Público, com formalização de instâncias normatizadoras, fiscalizadoras e punitivas às infrações relativas à legislação na área do Trabalho e Convenções em que o Brasil é signatário da OIT”;





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

“6) Reestruturar os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), de forma a que possam atender os trabalhadores portadores de doenças ocupacionais, desde o diagnóstico à reabilitação, de forma integrada entre os Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência, rompendo com a fragmentação de objetivos e ações na área da Saúde do Trabalhador, que favorecem às instituições capitalistas. Depois que os ambientes, processos e condições de trabalho das empresas privadas adoecem o trabalhador o ônus recai apenas sobre o setor público com despesas com e tratamento de saúde e com encargos da previdência social”;

“7) Criar e manter atualizada Plataforma Única de Registro das Instituições que atendem ao SUS que permita:

- conhecer os serviços oferecidos;
- conhecer as metas de atendimento pactuadas (total e percentual);
- os valores repassados;
- as metas de atendimento atingidas;
- as diferenças de atendimento entre as metas pactuadas e as atingidas;
- as diferenças entre os valores pactuados e os praticados
- conhecer o valor patrimonial das instituições e recuperar os valores repassados a maior”.

“8) Exigir o cumprimento das metas pactuadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na Atenção Básica e Atenção Ambulatorial, bem como nos serviços de média complexidade em geral e nos de alta complexidade, de forma a que haja correspondência em serviços pelos recursos repassados, não ficando o governo como contratante de serviços virtuais”;

“9) Fortalecer os Sistemas de Auditoria da Saúde na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como poder fiscalizador, mediante a efetivação, pelos gestores, das pertinentes punições propostas pelos Serviços de Auditoria, de forma a garantir a correta aplicação dos recursos e lisura dos atos administrativos na Saúde”;





“10) Criar a Escola Nacional de Educação Continuada e Permanente do Sistema Único de Saúde e a TV SUS/TV Saúde”;

“12) Redefinir a política de ensino dos cursos da área de Saúde, de forma a contemplar hegemonicamente a Saúde Coletiva e a Medicina Social, bem como esmerar-se na sólida e abrangente formação clínica dos profissionais de saúde, especialmente dos médicos, em contraposição ao modelo atual formador de profissionais para a medicina de mercado – cuja lógica é a especialização comoregra sem atender as necessidades do Sistema de Saúde do País –, o qual se articula com os interesses do Complexo Médico-Industrial”;

“13) Reestruturação dos cursos da área da Saúde no que se refere aos conteúdos programáticos e prática das disciplinas, com integração multiprofissional (entre as profissões) e integração interdisciplinar (entre as especialidades). Os cursos da área de Saúde devem atender as exigências para os problemas clínicos e epidemiológicos de cada território, onde o sistema da saúde está implantado. Os cursos na área da Saúde devem estar inseridos e integrados no SUS, nas Unidades Básicas de Saúde e ambulatoriais, bem como nos serviços de média complexidade em geral e nos de alta complexidade, em perfeita consonância com as necessidades da população”;

“13) Instituir o Serviço Civil Obrigatório, na qualidade de Pós Graduação em Serviço, com remuneração por bolsa para recém-formados nas instituições públicas de ensino superior, e agraciados pelo FIES e PROUNI”.





Atuação e organização da Articulação de Esquerda

A presente resolução inclui os seguintes capítulos: 1) A construção do Partido dos Trabalhadores, onde apresentamos nossa visão sobre como enfrentar os desafios postos atualmente para o PT; 2) A tendência petista Articulação de Esquerda, onde apresentamos as posições fundamentais que definem nossa tendência; 3) A trajetória da tendência petista Articulação de Esquerda, onde apresentamos nossa versão sobre a história da AE; 4) Regimento da tendência petista Articulação de Esquerda, que define nossas normas de funcionamento.

A construção do Partido dos Trabalhadores

A experiência histórica, tanto nacional quanto internacional, vem demonstrando que a continuidade do capitalismo implica em sofrimentos cada vez mais intensos e em crises cada vez mais perigosas para a imensa maioria da população de nosso planeta.

Por outro lado, este mesmo capitalismo criou as bases para a construção de outro tipo de sociedade, uma sociedade comunista, ou seja, baseada na produção coletiva e na propriedade social dos meios de produção, uma sociedade onde os trabalhadores e as trabalhadoras decidam democraticamente o quê produzir, como produzir e como distribuir as riquezas, superando a opressão e a exploração presentes onde existe a divisão da sociedade em classes, bem como criando as condições sociais indispensáveis à superação de outras formas de opressão e exploração.

A experiência histórica também demonstrou as imensas dificuldades e riscos que se colocam para aqueles que pretendem superar o capitalismo e realizar a transição socialista em direção a uma so-





cidade comunista. Por isto, devemos combinar de forma permanente a luta contra o capitalismo com o estudo do capitalismo, a luta pelo socialismo com o estudo das tentativas de construção do socialismo.

Deste estudo, há três ideias que se destacam. A primeira delas é que a superação do capitalismo depende da luta das classes trabalhadoras. A segunda delas é que, existindo as necessárias condições objetivas, o êxito desta luta depende fundamentalmente do grau de consciência, organização e mobilização da classe trabalhadora assalariada – ou seja, daquela classe que é diretamente explorada pelos capitalistas. A terceira é que a luta socialista supõe diferentes formas de organização, de luta e de mobilização, bem como diferentes estratégias, táticas e políticas de aliança; mas sempre exige a presença do partido político.

A experiência demonstra, ainda, que em diferentes épocas e contextos históricos, houve diferentes tipos de partidos políticos. Desde as revoluções burguesas até a época da Associação Internacional dos Trabalhadores, desde a Comuna de Paris até a chamada Segunda Internacional, desde a Revolução Russa de 1917 até a Chinesa de 1949, desde a vitória da Revolução Cubana de 1959 até a derrota das guerrilhas latino-americanas, passando pelas guerras de libertação em África e Ásia, pelas experiências anarquistas, nacionalistas, populistas, social-democratas e comunistas, a classe trabalhadora construiu variados tipos de partidos, que algumas vezes entraram em confronto, mas também fizeram alianças entre si.

Desta larga experiência, que também deve ser objeto de permanente reflexão, extraímos duas grandes lições. A primeira, já referida: o sucesso da luta contra o capitalismo e pelo socialismo exige que a classe trabalhadora se organize de diversas formas, entre as quais o partido político. A segunda: é a prática concreta que define o papel que um partido joga em cada circunstância histórica. Entendemos por “prática concreta” a ideologia, a teoria, a estratégia, as táticas, as formas organizativas e principalmente o vínculo com a classe trabalhadora realmente existente.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Nenhum partido nasce pronto e acabado, nenhum partido tem o monopólio da classe, nenhum partido é eterno. Mas sem partido, a luta da classe trabalhadora será claudicante, mais facilmente sujeita a derrotas táticas e de antemão derrotada estrategicamente.

A história dos partidos da classe trabalhadora brasileira possui cerca de 100 anos. Inclui os anarquistas, os socialistas, assim como setores vinculados à tradição democrático-radical, nacionalista, cristã e sindicalista. Nesta história, destacam-se o trabalhismo, o comunismo e o petismo.

Desde o final da ditadura militar até os dias atuais, o Partido dos Trabalhadores é o partido com maior influência nas classes trabalhadoras brasileiras, com mais força política social e institucional, com mais destaque internacional.

Os demais partidos vinculados à classe trabalhadora são aliados, adversários ou inimigos do PT, mas o fato de sua ação política girar em torno do PT confirma que na atual fase da história brasileira o petismo mantém hegemonia sobre a esquerda brasileira, hegemonia que decorre de sua influência de massa e também das condições sob as quais se trava, hoje, a luta política no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980. Sofreu diversas transformações ao longo de sua trajetória de 35 anos. Estas transformações responderam em parte às mudanças objetivas ocorridas na sociedade brasileira, na luta entre as classes sociais. Por outra parte, as mudanças sofridas pelo PT são produto da luta entre as diversas correntes existentes no interior do Partido, correntes que expressam de maneira mais ou menos consciente o ponto de vista de diferentes setores da classe trabalhadora.

Existem no PT quatro grandes correntes ideológicas: o social-liberalismo, o desenvolvimentismo, a social-democracia e o socialismo.

Os *socialistas* são aqueles que defendem superar o capitalismo brasileiro, através da combinação entre as reformas estruturais democrático-populares e um cada vez mais intenso controle social da produção, da riqueza e do poder. Defensores desta posição encontram-se espalhados na base partidária e em diversas tendências, especialmente na chamada esquerda petista.





Os *social-democratas* são aqueles que acreditam ser possível transformar o capitalismo brasileiro, ao ponto dele ser compatível com a ampliação sustentada da democracia, da soberania nacional e do bem-estar social, tendo como horizonte histórico o chamado estado de bem-estar social, existente por algum tempo na Europa após a Segunda Guerra Mundial. As expressões mais conhecidas desta corrente militam nas tendências Mensagem ao Partido e Construindo um Novo Brasil.

Os *desenvolvimentistas* são aqueles que defendem que o Partido assuma como seu programa máximo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Vitoriosa esta tese, o PT deixaria de ser o partido dos trabalhadores e se converteria num partido dos “setores médios”. Dilma Rousseff é sua expressão mais conhecida.

Os *social-liberais* são aqueles que buscam conciliar as políticas sociais distributivas com a lógica econômica neoliberal. Antonio Pallocci é sua expressão mais conhecida.

Entre 1995 e 2015, a maior parte das direções do PT e de seus representantes sociais, institucionais e ideológicos, foi e é proveniente das correntes social-democrata, desenvolvimentista e social-liberal.

Desde 1995, mas especialmente desde 2005, os socialistas vêm perdendo influência no Partido dos Trabalhadores.

A maior parte dos petistas socialistas sofreu uma metamorfose, aderindo em maior ou menor grau às ideias das demais correntes ideológicas.

Outra parte desistiu de construir o PT, optando por investir suas energias na militância dita “social” ou explicitamente em outros projetos partidários.

Um grande número escolheu manter-se filiado ao PT, mas sem acreditar na possibilidade de reconstruir uma hegemonia socialista no seu interior.

Nestas condições, cabe responder por quais motivos a Articulação de Esquerda continua petista e continua disputando os rumos do PT.

Nossa resposta é no fundamental a seguinte: os dilemas do PT são os dilemas da classe trabalhadora brasileira. Nas atuais condi-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

ções históricas, a derrota do PT será a derrota do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Os que acreditam que esta derrota é inevitável e investem na construção de uma alternativa partidária, geralmente acreditam que esta alternativa sobreviverá à derrota do PT e assumirá o papel atualmente ocupado pelo PT. Consideramos que esta crença é, simultaneamente, uma ilusão e uma tragédia. É uma ilusão porque caso o PT fosse derrotado historicamente, o mais provável seria ocorrer algo similar ao que se passou em 1964-1980. É uma tragédia, porque não temos nunca o direito de agir como se fosse inevitável a derrota da nossa classe.

Noutros termos, continuamos petistas e continuamos disputando os rumos do PT, porque consideramos necessário e possível impedir a derrota da atual experiência política da classe trabalhadora brasileira. E isto passa por impedir a derrota do PT. E impedir a derrota do PT exige, fundamentalmente, mudar a atual estratégia partidária.

A política adotada pelo PT em sua primeira década de existência, especialmente a partir do 5º Encontro Nacional (1986), foi baseada no programa democrático-popular e socialista e numa estratégia que articulava luta social, luta institucional, disputa politico-cultural e organização partidária.

Entretanto, depois da derrota sofrida nas eleições de 1989, um setor importante do Partido entendeu que era necessário mudar de programa e de estratégia.

Houve resistências e uma intensa luta interna entre 1990 e 1995. A partir de então e até 2005, houve uma expressiva maioria no Diretório Nacional e nos diretórios estaduais a favor de um novo programa e de uma nova estratégia.

A partir de 1995, o objetivo programático do Partido, que até então era derrotar o capitalismo e construir o socialismo, foi colocado (de fato) em segundo plano. O objetivo programático do Partido passou a ser (de fato) derrotar o neoliberalismo, o que implicava não mais iniciar uma transição socialista mas sim administrar um capitalismo não-neoliberal.





Isso significou, na prática, que embora o socialismo tenha continuado *de direito* nosso objetivo programático, foi convertido num “horizonte”, que como já se disse, se afasta na exata proporção em que dele nos aproximamos. E como o caminho é longo e cheio de pedras, ao perseguir este horizonte inatingível alguns começaram a dizer que o socialismo na verdade seria democracia + bem estar social + economia de mercado.

À medida que o objetivo programático passou a ser derrotar o neoliberalismo, setores do grande capital passaram a ser considerados aliados estratégicos. Em função disto, passamos a realizar cada vez mais alianças com partidos de centro e direita, que expressavam exatamente os interesses daqueles setores da burguesia.

Como o grande capital brasileiro é hegemônico pelo setor financeiro e monopolista, setores do Partido passaram a defender e a praticar alianças com estes setores, ou seja, exatamente com os setores beneficiários e interessados no neoliberalismo que supostamente se pretendia derrotar. E, em consequência disto, começaram a propor e a realizar alianças inclusive com o PSDB.

A mudança no objetivo programático e nas alianças foi acompanhada por mudanças na política de acúmulo de forças e de conquista/construção do poder.

Até 1995, nosso caminho para o poder incluía participar das eleições e exercer mandatos. Mas a luta institucional era um dos meios, não o único meio e nunca o fim. A luta institucional era considerada parte de uma estratégia que incluía também a luta e organização social, a construção de uma aliança orgânica entre as forças democrático-populares, a disputa ideológica, cultural, de visões de mundo, bem como a organização do próprio PT como partido de massas.

Mas ao longo dos anos 1990, especialmente a partir de 1995, a luta institucional foi progressivamente se tornando “a” estratégia, que subordinava e na prática às vezes substituía os demais aspectos.

As mudanças no objetivo programático, na política de alianças, na política de acúmulo de forças, na via de conquista/construção





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

do poder não impediram a nossa vitória nas eleições presidenciais de 2002. Aquelas mudanças estratégicas tampouco impediram que nossos governos federais, estaduais e municipais melhorassem a vida do povo.

Mas com o passar do tempo foi ficando cada vez mais claro que a estratégia adotada entre 1995 e 2005, além de não conduzir ao socialismo, possuía também “defeitos de fabricação” que impediam atingir seus próprios objetivos.

Afinal, para continuar melhorando a vida do povo, ampliando a democracia e a soberania nacional, é preciso fazer reformas estruturais. Na ausência de reformas estruturais, a tendência é o retrocesso nas condições de vida do povo e a retomada de uma hegemonia de tipo neoliberal.

E para fazer reformas estruturais, precisamos de força política e social, já que tais reformas de caráter democrático-popular contrariarão os interesses das classes dominantes no plano nacional e internacional.

Por outro lado, chegamos ao governo, mas não conquistamos o poder. E aqueles setores políticos e sociais que detêm o poder estão cada vez mais ameaçando nossa continuidade no governo, como fica claro ao compararmos os resultados das eleições presidenciais desde 2002 até 2014.

Acontece que a estratégia adotada pelo PT desde 1995 visava e visa conquistar o governo e mudar as ações de governo. Não é e nunca foi uma estratégia de poder, de disputa de hegemonia e ampliação do apoio político e social para o Partido, de reformas estruturais. Por isto, seguir adotando esta estratégia nos levará, na prática, inapelavelmente, a administrar o retrocesso do que fizemos desde 2002 e ajudar em nossa própria derrota, nas eleições e/ou fora delas.

Noutra palavras: a estratégia majoritária no PT entre 1995 e 2005 nos trouxe até certo ponto. Talvez pudéssemos ter chegado até aqui com outra estratégia, talvez não. Independentemente disso, para seguir adiante o Partido precisa de outra estratégia.

Uma estratégia que reconheça que só é possível continuar melhorando a vida do povo se fizermos reformas estruturais. Que





construa as condições políticas para fazer reformas estruturais. Que recoloque o socialismo como objetivo estratégico. Que constate que o grande capital é nosso inimigo estratégico. Que não acredite nos partidos de centro-direita como aliados. Que seja baseada na articulação entre luta social, luta institucional, luta cultural e organização partidária. Que retome a necessidade do partido dirigente e da organização do campo democrático-popular.

Em 2005 já havia ficado clara a necessidade desta nova estratégia. Naquele momento, a crise política criou as condições para eleger uma nova direção para o Partido, entendendo direção no duplo sentido da palavra: no sentido de núcleo dirigente e no sentido de rumo estratégico.

Entretanto, entre o primeiro e o segundo turno das eleições partidárias de 2005, um importante setor da esquerda petista desistiu de disputar o PT e resolveu aderir ao PSOL.

Em parte por isto, em parte por limitações dos demais setores da esquerda petista, em parte pela força dos demais setores do PT, o resultado foi a eleição de uma nova direção partidária comprometida com algumas mudanças na implementação da estratégia, mas não comprometida com a adoção de uma nova estratégia.

Embora limitadas, as mudanças realizadas entre 2006 e 2010 melhoraram o ambiente no Partido, contribuíram para que o governo Lula fizesse uma inflexão à esquerda e nos permitiram vencer as eleições presidenciais de 2006 e 2010. Mas a estratégia continuou a mesma. Aliás, alguns setores (inclusive da esquerda petista) interpretaram os resultados positivos da inflexão iniciada em 2005 como demonstração de que não era necessário mudar de estratégia.

As consequências deste erro ficaram claras em junho de 2013, nas eleições de 2014 e neste início do segundo mandato de Dilma. Ao não mudar a estratégia, enfrentamos seus efeitos colaterais. Ao não mudar a estratégia no momento adequado, somos obrigados a tentar a alteração quando é mais difícil fazê-lo.

Portanto, embora o estilo predominante no atual governo possa agravar as coisas, os impasses estratégicos atuais não decorrem principalmente das ações (e inações) da presidenta Dilma. As esco-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

lhas estratégicas feitas pelos grupos atualmente majoritários no PT são anteriores ao ingresso de Dilma no Partido. E as opções feitas pelo governo neste primeiro bimestre de 2015 têm a mesma genética das opções feitas por Lula no biênio 2003-2004.

A diferença é que as condições da luta de classe mudaram completamente. O cenário internacional foi alterado, o grande capital mudou de atitude, os setores médios e parcelas crescentes da classe trabalhadora também mudaram sua atitude frente ao nosso PT e aos governos que encabeçamos. Ou seja: se é verdade que a atual estratégia oferecia seus ônus e seus bônus, agora os bônus estão desaparecendo e os ônus agigantaram-se.

A Articulação de Esquerda não tem a pretensão de construir sozinha uma saída para a situação. Não temos influência interna e externa, quadros e capacidade para isto. Mas nossa trajetória e nossas reflexões nos autorizam a contribuir na busca desta saída, até porque a leitura de nossas resoluções desde 1993 demonstra que percebemos e tentamos construir alternativas para os problemas que estavam se avolumando.

A saída passa por convencer a maioria da classe trabalhadora brasileira, especialmente a maioria dos petistas, da necessidade de sair da situação atual, em que buscamos melhorar as condições de vida do povo nos marcos do capitalismo, para uma nova situação, em que melhoraremos as condições de vida do povo através de reformas estruturais democrático-populares e de medidas de tipo socialista.

A saída passa, igualmente, por convencer a maioria da classe e do Partido de que só retomaremos a condição de partido hegemônico no governo, se nos dispusermos a conquistar/construir as condições para sermos partido hegemônico no poder de Estado.

Quando defendemos a necessidade de radicalizar, é comum sermos contestados da seguinte forma: a correlação de forças é pior hoje do que em 2003. Se então não radicalizamos, como fazê-lo com êxito nas condições atuais?

Nossa resposta é: não desconhecemos as condições difíceis, sabemos os riscos envolvidos e ninguém pode garantir êxito. Mas





estamos naquela clássica situação em que uma política recuada é mais arriscada do que uma política ousada. Dito de outra forma: quando nossos inimigos estão recuados, temem a nossa força e estão dispostos a fazer acordos, os acordos podem até trazer alguns benefícios. Mas quando os inimigos estão em plena ofensiva, buscando efetivamente nos liquidar, os acordos e recuos geralmente têm como resultado fortalecê-los ainda mais e facilitar esse objetivo, ao tempo que confundem e desmoralizam nosso lado.

Evidentemente, uma política ousada só terá êxito se basear-se nas condições potenciais de mobilização, organização e consciência das classes trabalhadoras. O segundo turno das eleições de 2014 mostrou que é perfeitamente possível sair de armadilhas políticas, convocando a imensa energia social que temos acumulada. E o início do segundo mandato demonstra que desconhecer esta energia acumulada e adotar como regra fazer concessões aos inimigos tem como resultado perder apoios e reforçar ódios (como demonstram recentes pesquisas).

Para ter êxito numa política de reformas estruturais e empoderamento político, o PT precisa “fazer o dever de casa”, ou seja, reiterar incansavelmente seu caráter de classe, a necessidade de manter uma relação estreita com os movimentos e lutas sociais, e jamais abandonar ou distorcer seus mecanismos de democracia interna.

Estas atitudes são fundamentais para a sobrevivência do PT, seja frente às correntes de ultra-esquerda, que tentam liquidá-lo a pretexto de que o partido abandonou seus ideais, seja frente aos constantes ataques da direita, que procuram liquidá-lo porque tem clareza de que o PT é o principal instrumento que as classes trabalhadoras têm disponível hoje, para a conquista do poder e para a mudança das relações sociais.

O PT é um partido de massas, o que significa dizer que em maior ou menor medida ele deve conter em seu interior a diversidade de posições políticas que existe na classe trabalhadora. Isto significa que o PT deve ser aberto à participação de correntes desenvolvimentistas, social-democratas e inclusive social-liberais. En-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

tretanto, devemos travar uma luta constante para que estes setores evoluam para posições democrático-populares e socialistas.

Embora praticando táticas eleitorais de alianças com diversos setores sociais e políticos, visando ao enfrentamento contra partidos e representantes da direita neoliberal, o PT precisa combater as atitudes daqueles petistas que procuram utilizar os mesmos métodos e hábitos burgueses desses eventuais aliados.

Por isto mesmo, o PT não deve temer fazer autocrítica de seus erros publicamente, nem vacilar em punir exemplarmente aqueles dirigentes e militantes que fizeram uso de métodos burgueses de atuação e, com isso, abriram flancos aos ataques inimigos, causaram prejuízo ao Partido e colocaram sua sobrevivência em risco.

Vale dizer que a Articulação de Esquerda, sem cair na demagogia nem nas ilusões republicanas de alguns setores do petismo, sempre defendeu a necessidade do Partido ter autonomia financeira, combatemos a dependência frente às contribuições de empresas privadas, propusemos a criação de uma corregedoria interna (que se antecipasse na descoberta de corruptos infiltrados no Partido), exigimos medidas de auditoria e punição contra a corrupção praticada nos governos tucanos, bem como comissão de ética e as punições cabíveis para os envolvidos na crise de 2005. A maioria partidária fez outras opções e hoje pagamos caro por isto.

O processo de construção de um partido dos trabalhadores exige uma constante correção de rumos, através da reafirmação de sua estratégia, da atualização das políticas e táticas, e do aprofundamento da democracia interna, tendo em vista preservar o partido daqueles métodos, hábitos e costumes que ameaçam destruí-lo ou deformá-lo totalmente.

Em vista disso, o PT deve redobrar sua capacidade de formulação política, atualizando sua análise de classes da sociedade brasileira, com atenção especial aos deslocamentos ocorridos no interior da classe trabalhadora, a partir da elevação dos padrões de consumo de milhões de pessoas, nos últimos anos. Será necessário um esforço mais efetivo de análise do processo de desenvolvimento





capitalista no Brasil, da formação e transformação histórica das classes sociais e da luta entre elas. E de reelaboração e discussão do programa estratégico para o Brasil, incluindo a questão do poder, do papel das diferentes formas de luta que a burguesia pode impor ao povo brasileiro e dos diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras.

Para preparar-se e tornar-se efetivamente capaz de ser força política hegemônica na sociedade brasileira e conquistar a direção do poder político como um todo, o PT precisa de uma clara hegemonia interna, em torno do programa e da estratégia democrático-popular e socialista, reiterando seu caráter de classe, de massas, de luta e internamente democrático. Deve, ainda, ampliar sua presença institucional e social e revigorar sua vida partidária, com atenção primordial a suas bases organizativas. E superar a prolongada subestimação da formação política de dirigentes e militantes, utilizando tal formação inclusive como primeiro passo para o ingresso no partido e a ocupação de cargos de direção.

O PT deve, também, formular e executar uma política de cultura, educação e comunicação de massas, tendo em vista construir uma hegemonia das ideias democráticas, populares e socialistas no meio do povo, hoje vítima de uma violenta ofensiva do ideário conservador.

No caso específico da comunicação, trata-se de 1) democratizar a comunicação social; 2) ampliar a rede de meios de comunicação (televisões, rádios, internet e imprensa) dirigidos pelo campo democrático-popular; 3) construir os instrumentos do próprio Partido, com destaque para um jornal diário de massas, que seja o núcleo central de produção do conteúdo que será repercutido através dos demais meios, especialmente das redes sociais.

Esta é, portanto, a conduta geral que nós da Articulação de Esquerda adotamos na disputa de rumos do Partido dos Trabalhadores: continuamos trabalhando para que ele assuma um papel de vanguarda, não apenas na luta pelo governo, mas também na luta pelo poder; não apenas na luta pelo desenvolvimento, mas também na luta por reformas estruturais e pelo socialismo.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Evidentemente, a disputa pelos rumos do PT se trava em condições muito mais difíceis hoje do que em 1993. Em parte por erros e insuficiências de nossa parte; em parte por erros e insuficiências de outras tendências da antiga esquerda petista; em parte devido a atitudes de outros setores do PT; em parte devido às circunstâncias em que atuamos; é preciso dizer claramente que se torna cada vez mais difícil mudar a estratégia atualmente hegemônica no PT – ainda que, contraditoriamente, a necessidade desta mudança torne-se cada vez mais evidente para muitos segmentos do Partido.

Isto gera, em alguns setores da esquerda petista, três atitudes que consideramos totalmente condenáveis.

A primeira delas é capitular ao *modus operandi* dos setores de centro e direita do Partido. A segunda delas é desistir do Partido dos Trabalhadores. A terceira delas é assumir uma atitude de seita, substituindo a disputa política pela reafirmação de posições minoritárias, que não pretendem nunca se tornar majoritárias.

A Articulação de Esquerda recusa estas três condutas. Continuamos na disputa do PT, não abrimos mão de nossas posições programáticas e estratégicas, mantemos a flexibilidade tática indispensável para manter posições conquistadas e acumular forças. Mas para que tenhamos alguma chance de êxito, será necessária maior criatividade e consistência ideológica e teórica; maior capacidade de elaboração política; maior força social, especialmente junto às classes trabalhadoras; mais disciplina e centralismo militante por parte da nossa tendência.

O segundo congresso da AE retoma a proposta de um Congresso Nacional da Esquerda Socialista do PT, com o objetivo de dar o máximo de visibilidade, coesão política e organicidade para o petismo socialista e revolucionário.

Como dissemos antes, não consideramos que a AE seja capaz de dar conta sozinha das imensas tarefas postas diante do PT. Acreditamos que em todas as tendências petistas haja militantes comprometidos com as ideias que defendemos. Estamos dispostos a cooperar com todos e todas neste sentido. Ao mesmo tempo, apren-





demos desde 1993 que a existência de uma tendência como a nossa, com todas as suas limitações, é essencial. Por isto, ao mesmo tempo que reafirmamos nossa disposição de marchar juntos com todos aqueles que desejam construir o Partido dos Trabalhadores, reafirmamos também nossa decisão de continuar construindo a tendência petista Articulação de Esquerda.

A tendência petista Articulação de Esquerda

1. A Articulação de Esquerda é uma tendência petista. Portanto, para integrar a Articulação de Esquerda é necessário filiar-se ao PT. Simpatizantes da Articulação de Esquerda são convidados a participar de nossas atividades, sem o direito de votar e ser votados.

2. A Articulação de Esquerda é formada por petistas que lutam pelo socialismo. Nosso objetivo final é construir um Brasil e um mundo baseado na propriedade social dos meios de produção, uma sociedade onde os trabalhadores e as trabalhadoras decidam o quê produzir, como produzir e como distribuir as riquezas, superando a opressão e a exploração, o Estado e a divisão da sociedade em classes. Combatemos toda forma de exploração, opressão e intolerância, seja étnica, religiosa, de gênero, de orientação sexual ou geracional.

3. A Articulação de Esquerda reúne petistas que defendem um programa e uma estratégia democrático-popular e socialista, a partir dos quais atuamos em todas as dimensões da luta de classes, inclusive na disputa de rumos do PT e dos governos encaixados pelo Partido.

4. A Articulação de Esquerda sustenta um programa democrático-popular e socialista para o Brasil, combinando reformas estruturais de natureza democrática e popular com medidas de transição socialista.

5. A Articulação de Esquerda sabe que, para executar este programa, a classe trabalhadora brasileira necessita conquistar





o poder e construir um Estado de novo tipo. Nosso caminho para o poder exige articular luta cultural, luta social, luta institucional, organização do campo democrático-popular e organização do PT.

6.A Articulação de Esquerda compreende que a cultura, a comunicação e a educação são parte fundamental de nossa estratégia de transformação do Brasil. É com esta visão que participamos ativamente dos movimentos sociais vinculados a essas temáticas, defendemos políticas públicas que democratizem as três áreas e – naquilo que nos diz diretamente respeito – mantemos uma página eletrônica e atuamos nas chamadas redes sociais; editamos mensalmente o jornal *Página 13*; editamos três vezes ao ano a revista *Esquerda Petista*; e realizamos semestralmente uma jornada nacional de formação.

7.A Articulação de Esquerda contribui para articular luta social e luta institucional, como parte do acúmulo de forças da classe trabalhadora na luta por conquistar o poder e construir um Estado de novo tipo. É por isto que participamos organizadamente das atividades do PT, da CUT, das entidades sindicais, populares, estudantis, de mulheres, jovens, negros, indígenas, LGBT e todas as demais formas de organização das classes trabalhadoras. É por isto, também, que participamos dos processos eleitorais através de candidaturas indicadas pelo Partido dos Trabalhadores.

8.A Articulação de Esquerda defende um PT militante. Portanto, cada militante da AE deve ser filiado/a e militante do Partido, participante ativo/a da luta política e social desenvolvida pela classe trabalhadora. A militância da AE deve integrar e/ou assistir regularmente as atividades de alguma instância partidária, como por exemplo: ser membro de núcleo de base ou setorial; ser integrante de coordenação ou secretaria setorial; compor direção ou coletivo partidário em qualquer nível etc. E deve atuar de maneira sistemática na luta da classe trabalhadora, através das organizações e movimentos sociais, dos sindicatos e da CUT, da luta eleitoral, dos governos e parlamentos, da frente cultural e ideológica etc.





9. A Articulação de Esquerda é uma tendência militante.

Combatemos a lógica que converte as tendências petistas em extensão dos mandatos parlamentares e em lobby para disputa de posições em governos, bem como o espírito de seita e a dinâmica que coloca em primeiro lugar as disputas internas. Nossa militância deve estar vinculada e participar com alguma regularidade das instâncias da tendência: núcleos de base, coordenações setoriais, comissões de ética, coletivos de trabalho, direções municipais, estaduais e nacionais. Deve participar regularmente de nossas atividades de formação política, sendo obrigatória a realização do curso “Resoluções do PT e da AE”, oferecido em nossas jornadas nacionais de formação.

10. A Articulação de Esquerda é uma tendência democrática. Reunimos regularmente nossas instâncias para debater a conjuntura, nossa tática e políticas setoriais. No máximo de dois em dois anos reunimos nosso Congresso, para debater questões programáticas, estratégicas e organizativas. Nossa militância debate e delibera, devendo cumprir aquilo que é aprovado democraticamente em nossas instâncias. O histórico, as resoluções dos congressos e conferências realizadas pela Articulação de Esquerda desde 1993, assim como o regulamento do 2º Congresso podem ser consultados no endereço www.pagina13.org.br.

11. A Articulação de Esquerda autofinancia suas atividades com recursos provenientes de três fontes: 1) contribuição anual obrigatória dos/as militantes; 2) venda de materiais; 3) atividades e campanhas especiais de arrecadação. Além disso, nossas direções estaduais, municipais e setoriais podem e devem promover atividades financeiras próprias, sempre ficando claro que a contribuição anual individual dos/as militantes é obrigatória.

12. A Articulação de Esquerda defende o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais e dos partidos políticos. Consideramos que o ideal seria, inclusive, o fim do financiamento público para partidos (baseado no mesmo critério geral segundo o qual a CUT critica o Imposto Sindical e segundo o qual





a esquerda critica o uso de dinheiro público para financiar religiões). Todos nós defendemos a sustentação financeira militante para o PT. Logo, temos que pôr à prova nossas convicções, sustentando de maneira militante nossa tendência.

13. A Articulação de Esquerda é uma tendência petista que se propõe a fazer aquilo que em nossa opinião deve ser feito pelo conjunto do PT e da esquerda brasileira: lutar por um mundo, uma América Latina e um Brasil socialistas.

A trajetória da tendência petista Articulação de Esquerda

A maioria dos petistas filiou-se ao Partido depois de 2005. Ou seja, não vivenciou a construção do Partido dos Trabalhadores na época em que fazíamos oposição à ditadura, à transição conservadora e aos governos neoliberais.

De maneira similar, parcela importante dos atuais militantes da Articulação de Esquerda entrou na tendência depois de 2005. Não participou, portanto, dos processos que nos levaram a criar a tendência.

Por estes motivos, consideramos importante oferecer à nossa militância uma visão panorâmica de nossa trajetória, que constitui um aspecto da história do próprio PT. Este é o sentido do texto a seguir, que não constitui uma resolução, mas sim um roteiro para estudo.

O surgimento da AE

No período 1980-1989, de luta contra a ditadura militar e contra a “transição conservadora para a democracia”, o PT foi aos poucos sendo hegemônico pelas posições que tomariam corpo numa tendência denominada **Articulação dos 113**. Esta tendência foi criada em 1983 e recebeu seu nome devido a um documento com 113 assinaturas, embora o número de signatários fosse 112 (uma pessoa assinou duas vezes).

No período 1990-2002, de oposição aos governos neoliberais, as tendências petistas experimentam um realinhamento político.





Como parte deste processo, ocorreu uma cisão na Articulação dos 113, surgindo a “Unidade na Luta” e a “Articulação de Esquerda”.

A Articulação de Esquerda foi fundada oficialmente nos dias 18 e 19 de setembro de 1993.

Contribuíram para sua criação os debates realizados no interior do PT, especialmente no período entre 1990 e 1993, quando se constituíram, em âmbito nacional, inclusive dentro da Articulação dos 113, dois grandes blocos no Partido: os “moderados” e os “radicais” (que certa imprensa denominava de “xiiitas”).

Contribuíram para a criação da Articulação de Esquerda, mais especificamente, os debates ocorridos durante o 8º Encontro Nacional do PT (agosto de 1993), tanto nos encontros estaduais prévios quanto no encontro nacional propriamente dito.

Um marco destes debates foi o lançamento, no dia 4 de fevereiro de 1993, de um manifesto intitulado “A hora da verdade”.

A história da tendência petista Articulação de Esquerda (de 1993 até este ano de 2015) pode ser dividida em quatro períodos:

- 1)1993-1995, quando dirigimos a maioria do Diretório Nacional do PT;
- 2)1995-2005, quando nos opusemos ao chamado “Campo Majoritário”;
- 3)2006-2007, quando nenhuma tendência era isoladamente majoritária no Diretório Nacional do PT. Neste momento, apesar de minoritária, a Articulação de Esquerda possuía uma influência importante;
- 4) 2008-2015, quando a Articulação de Esquerda se opõe ao “novo campo majoritário” que se constitui no Diretório Nacional do PT. Este “novo campo majoritário” assume diversas formas. No início, trata-se de uma aliança entre os grupos “Construindo um Novo Brasil” e “Mensagem ao Partido”. Depois, uma aliança entre “Construindo um Novo Brasil”, “Novos Rumos” e “PT de Luta e Massa”. Finalmente, em 2015, por ocasião do processo de eleições diretas das direções partidárias, forma-se uma aliança ainda mais ampla incluindo, além dos grupos já citados, as tendências “Movimento PT” e “EPS”.





Vejamos a seguir mais detalhes sobre cada um destes momentos.

O primeiro momento: 1993-1995

Após a eleição presidencial de 1989, a maior parte da cúpula da Articulação dos 113 decide “girar para a direita”.

A cúpula da Articulação dos 113 tem como principais aliados naquele giro à direita dois setores provenientes da antiga esquerda petista: a Nova Esquerda (ex-Partido Revolucionário Comunista) e setores da antiga Vertente Socialista (ex-Poder Popular e Socialismo). As principais expressões destes setores são, respectivamente, José Genoíno e Eduardo Jorge.

O “giro para a direita” se materializa numa oposição inicial ao Fora Collor, numa tentativa de restringir o Fora Collor a temas éticos, num apoio de fato ao governo Itamar e na defesa do parlamentarismo.

Estas posições são derrotadas por ampla maioria da base do Partido. O maior exemplo disso foi o plebiscito sobre sistema de governo: 70% da direção defendia o parlamentarismo, 70% da base votou pelo presidencialismo na consulta interna então realizada.

O “giro para a direita” foi acompanhado da tentativa de construir um “campo” para dirigir o Partido, unindo a Articulação dos 113 a outros setores partidários.

A cúpula da Articulação dos 113 apresentava a formação deste campo como uma atitude “não-hegemonista”. Mas a iniciativa servia para tentar quebrar a influência, na Articulação dos 113 e na direção do Partido, daqueles setores com posições mais à esquerda.

A divisão na Articulação dos 113 fica evidente durante o Primeiro Congresso do PT, quando aquela tendência se divide publicamente em diversas votações, uma das quais é simbólica: a legitimidade da violência revolucionária.

Como reação ao giro à direita da cúpula da Articulação dos 113, um setor daquela tendência constitui a “esquerda da Articulação”, que em grande parte se agrupa ao redor de um texto conhecido como “Manifesto A hora da verdade”.





Por causa do nome daquele Manifesto, em muitos estados a Articulação de Esquerda foi durante certo tempo conhecida pelo acrônimo "HV".

No 8º Encontro Nacional do PT (agosto de 1993), em aliança com a DS e outros setores, a esquerda da Articulação lança a chapa "Opção de Esquerda".

A aliança entre a Opção de Esquerda e a chapa "Na luta PT" (composta entre outros pelas tendências "O Trabalho", "Brasil Socialista" e "Força Socialista") consegue a maioria absoluta do Diretório Nacional eleito no 8º Encontro Nacional do PT.

O 8º Encontro Nacional do PT elege Lula, consensualmente, para ser o presidente nacional do PT, sem integrar nenhuma das chapas. Rui Falcão, então principal dirigente do que logo mais seria chamado de Articulação de Esquerda, é eleito vice-presidente nacional do PT. No 9º Encontro Nacional, em 1994, quando Lula se licenciará para ser candidato à Presidência da República, Rui Falcão assumirá a presidência do Partido.

Nos dias 18 e 19 de setembro de 1993, logo após o 8º Encontro Nacional do PT, é criada oficialmente a Articulação de Esquerda, afirmando o propósito de combater a **domesticação** do PT, ou seja, tentar impedir que a existência de uma nova situação histórica – marcada pela crise do socialismo, pela hegemonia neoliberal e pela transformação do PT em alternativa presidencial – levasse a maioria do Partido a abandonar o núcleo fundamental das formulações originais do petismo: partido da classe trabalhadora, com ampla democracia interna, com uma estrutura de massas e de quadros, dotado de uma estratégia democrático-popular e socialista, combinando luta social e disputa eleitoral.

A maioria de esquerda existente no Diretório Nacional do PT consegue impedir que a bancada do Partido na Câmara dos Deputados embarque na revisão constitucional ampla proposta pelos partidos de direita.

Mas, ao mesmo tempo, tem muitas dificuldades e apresenta enormes contradições na condução da campanha presidencial de 1994.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Nesta campanha, a imensa maioria do PT foi surpreendida pelo Plano Real e pela força da candidatura FHC. Mas, no momento em que foi feito o balanço da derrota petista nas eleições de 1994, a fatura foi cobrada integralmente da direção de esquerda.

No 10º Encontro Nacional do PT, realizado em Guarapari (ES), confrontam-se duas chapas.

Uma chapa, denominada Socialismo ou Barbárie e encabeçada por Hamilton Pereira, reúne toda a esquerda do PT.

A outra chapa, encabeçada por José Dirceu e apoiada por Lula, expressa as posições da direita da Articulação e de seus aliados. Destaca-se, entre os apoios desta chapa, uma delegação organizada a ferro e fogo por José Augusto, que depois de ser prefeito de Diadema pelo PT será expulso do Partido e acabará nos braços tucanos.

A tese apresentada pela chapa “moderada” ganha por apenas 2 votos. Dirceu e sua chapa são igualmente vitoriosos, mas também por pequena margem: cerca de 16 votos. E mesmo esta pequena diferença só foi possível porque a candidatura de José Dirceu recebeu o apoio de setores e dirigentes que até então participavam da Articulação de Esquerda, tais como Rui Falcão, Cândido Vaccarezza, Sílvio Pereira e outros.

O segundo momento: 1995-2005

A maioria do Diretório Nacional eleito no Encontro de Guarapari (ES) indica Cândido Vaccarezza, ex-militante da AE, como secretário-geral do Partido.

Em protesto contra este desrespeito à proporcionalidade, os 49% minoritários retiram-se durante várias semanas da composição da Executiva.

Paradoxalmente, este gesto de protesto deixa o campo livre para que a nova maioria moderada se instale livremente e estabeleça seu controle sobre a direção partidária, inaugurando um período de hegemonia que vai se estender de 1995 até 2005.





A partir de 1995 se instala no partido uma maioria em torno de uma política que podemos sintetizar assim: “alianças da esquerda com o centro, em torno de um programa alternativo ao neoliberalismo, visando conquistar o governo federal”.

De 1995 a 2002, esta maioria foi hegemonizando o partido, às vezes por meios legítimos, outras vezes adotando métodos condenáveis (como é o caso da intervenção no Rio de Janeiro, para obrigar o PT a apoiar a candidatura a governador de Anthony Garotinho).

Note-se que a intervenção no PT do estado do Rio de Janeiro foi feita a pretexto de garantir o apoio de Leonel Brizola (PDT) à candidatura de Lula à presidência da República em 1994.

Originalmente Lula não queria ser candidato à presidência em 1994. Especulava-se sobre as possíveis pré-candidaturas de Cristovam Buarque e Tarso Genro, sem falar em balões de ensaio externos ao Partido.

Lula acaba aceitando ser candidato à presidência, em parte por pressão da própria esquerda petista, especialmente durante o 11º Encontro Nacional do PT, realizado em 1997 no Hotel Glória (Rio de Janeiro).

A candidatura de Lula em 1994 pode ter sido essencial para manter o fio da meada que nos levaria em 2002 a, finalmente, vencer a eleição presidencial.

Um momento fundamental para o processo de hegemonização do Partido pela maioria moderada foi o Segundo Congresso do PT, realizado em Belo Horizonte em 1999, quando se adotou a eleição direta para direções partidárias.

O processo de eleição direta das direções partidárias, mais conhecido pela sigla PED, esvaziou o debate político realizado nos encontros e estimulou as filiações em massa.

As opiniões partidárias e as respectivas maiorias deixaram de ser formadas principalmente no processo de debate e passaram a ser formadas basicamente no dia da votação. Foram favorecidos aqueles setores partidários capazes de filiar mais e levar mais filiados para votar. A capacidade de convencimento e o enraizamento





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

social perdiam espaço, frente à logística e à capacidade de mobilizar recursos financeiros, inclusive para realizar pagamentos coletivos das contribuições partidárias. Nos encontros, diminuiu muito o número de delegados/as sem alinhamento prévio, dispostos a formar sua opinião e a votar de acordo com o que ouvisse nos debates.

A proposta das eleições diretas para escolher as direções partidárias teve, entre seus protagonistas, o governador Cristovam Buarque, que anos depois sairia do PT e chegaria a votar em Aécio Neves nas eleições de 2014.

Apesar de aprovar as eleições diretas, o setor moderado passou por apuros durante o II Congresso do PT, tendo que se desdobrar para que não fosse aprovada uma resolução simpática à palavra de ordem Fora FHC. Em encontros e congressos posteriores, repetiram-se situações deste tipo, mostrando que a democracia partidária lutava por sobreviver aos métodos administrativos de formação de maioria.

Durante o período 1995-2002, a Articulação de Esquerda buscou unir a esquerda petista, para resistir e derrotar a maioria moderada.

Além da AE, esta esquerda petista era composta por diversos grupos e indivíduos, com destaque para duas tendências: a “Democracia Socialista” (DS) e a “Força Socialista” (FS).

No interior da Articulação de Esquerda, grande parte das polêmicas existentes nestes sete anos dizia respeito exatamente ao que podemos denominar de nossa “política de alianças” interna ao PT.

Em 1995, como já foi citado, sofremos uma ruptura provocada por aqueles que defendiam uma aliança entre a Articulação de Esquerda e a Articulação Unidade na Luta. Os que saíram da AE naquele momento constituíram a tendência Novos Rumos.

Em 1997, saíram da Articulação de Esquerda aqueles que defendiam que no movimento sindical devíamos continuar participando da Articulação Sindical. Ou seja: defendiam que deveríamos participar junto aos militantes sindicais vinculados à Unidade na Luta em uma mesma “tendência” na CUT, embora estivessemos em tendências distintas no terreno partidário. Quando o 5º Seminário Nacional da Articulação de Esquerda rejeitou esta





visão e decidiu criar um **setorial sindical** da AE, o deputado federal Arlindo Chinaglia liderou uma ruptura que o levou, posteriormente, a participar da criação da tendência “Movimento PT”.

Em 2002, saiu da Articulação de Esquerda um grupo de militantes que defendia como prioridade a “auto-construção” da AE, motivo pelo qual criticavam a prioridade dada à aliança com as demais tendências da esquerda petista, especialmente com a Democracia Socialista. Este grupo, denominado Polo Socialista e localizado principalmente no sul do país, apoiou Tarso Genro contra Olívio Dutra nas prévias que o PT gaúcho realizou em 2002 para escolher seu candidato a governador. Posteriormente, o Polo Socialista aliou-se à mesma DS e mais recentemente alinhou-se na tendência Socialismo XXI, que de “socialista” tem certamente a denominação.

Mais importante que estas rupturas, entretanto, foi a polêmica travada com aqueles setores que decidiram construir a “Consulta Popular”.

A partir de 1996, um grupo de militantes petistas descontentes com os rumos do Partido decidiu investir na construção de uma organização partidária não eleitoral, que em nosso entendimento subestimava o papel da luta eleitoral e institucional no atual momento da história do Brasil.

A formação da Consulta implicou num afastamento da militância direta no PT, contribuindo diretamente para o enfraquecimento daqueles setores da esquerda petista (como a AE) que defendiam disputar os rumos do Partido.

Hoje, parte da militância da Consulta Popular permanece formalmente filiada e/ou milita, em períodos eleitorais, em favor de candidaturas petistas. Mas do ponto de vista interno ao Partido, sua postura objetivamente não contribui para o fortalecimento da esquerda petista.

Em 2002, a eleição de Lula é apresentada pelo setor moderado do Partido como a confirmação do acerto de sua “estratégia de centro-esquerda”.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

A realidade é muito mais complexa do que isto. Mas, do ponto de vista prático, o setor moderado teve pleno êxito em apropriar-se daquela vitória eleitoral construída coletivamente. Apropriação que se deu no terreno ideológico, mas também no que se refere ao controle de importantes estruturas de governo.

Após a vitória de 2002, houve uma intensa luta interna nas três principais tendências da esquerda petista. Luta interna protagonizada por aqueles setores que defendiam, com maior ou menor nitidez, a adoção de uma tática de oposição ao governo Lula e, no limite, a ruptura com o PT.

A luta interna que estava ocorrendo no interior das tendências da esquerda petista ocorria simultaneamente a disputa de rumos do próprio PT. Esta luta foi especialmente intensa na bancada do PT na Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, havia conflitos no interior do campo majoritário do Partido e no interior do próprio governo.

A causa de grande parte destes conflitos era a política hegemônica no governo, de conciliação com o neoliberalismo. Aquela política era protagonizada principalmente pelo então ministro Antonio Palocci, mas era apoiada, mesmo que com crescente contragosto, pelo conjunto do “Campo majoritário”.

No final de 2003, o “Campo majoritário” decidiu dar um exemplo de “compromisso” com a política do governo e expulsou quatro parlamentares petistas: a senadora Heloísa Helena, a deputada federal Luciana Genro e os deputados federais Babá e João Fontes.

A alegação para a expulsão foi a de que estes parlamentares haviam ultrapassado os limites do que seria uma divergência aceitável e rompido totalmente com a disciplina partidária. A Articulação de Esquerda votou contra as expulsões, sem deixar de observar que tratava-se de um jogo até certo ponto combinado, pois os parlamentares expulsos não acreditavam mais na possibilidade de disputar os rumos do PT.

A expulsão de Heloísa Helena é o catalisador para que um setor da tendência Democracia Socialista saia do PT, entre o final de





2003 e o início de 2004. No mesmo período, saem duas outras tendências: o “Movimento de Esquerda Socialista” (MES) e a “Corrente Socialista dos Trabalhadores” (CST). Desfiliam-se do PT, também, muitos outros militantes, entre os quais Milton Temer, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, oriundos do antigo PCB. O destino de todos eles será formar um novo partido: o PSOL.

Os que foram para o PSOL coincidiam na ideia de que o PT já teria se esgotado. Mais ou menos a mesma avaliação feita, em 1990, pela antiga Convergência Socialista, que após ser expulsa cria o PSTU.

A partir de 2003, a Articulação de Esquerda também realiza um intenso debate acerca do PT e da caracterização do governo Lula. Este debate esteve no centro: da V Conferência Nacional, realizada em novembro/dezembro de 2002; da VI Conferência Nacional, realizada em duas etapas no ano de 2003 (setembro, em Campinas; novembro, em Belo Horizonte); e da VII Conferência Nacional da AE, realizada em dezembro de 2004, em São Bernardo do Campo (SP).

Ao final da VII Conferência, um setor rompe com a Articulação de Esquerda. Parte sai imediatamente do PT; outra parte sairá após o PED de 2005, tendo como destinos o PCB, o PSOL ou a militância sem-partido. O motivo da ruptura é a avaliação feita acerca do governo Lula e do PT, que eles não consideram mais “em disputa”.

O terceiro momento: 2005-2007

Em 2005, a crise vivida pelo PT levou muita gente, inclusive altos dirigentes e lideranças públicas, a acreditar que o PT estaria liquidado. Mas isto não aconteceu, principalmente devido à reação da militância petista, que compareceu em massa para votar no PED de 2005.

Em parte por diferenças legítimas, em parte por pretensões e ilusões hegemônicas dentro da própria esquerda, em parte antecipando movimentos futuros que levariam uns a sair do PT e outros a sair da esquerda, no PED 2005 a esquerda petista dividiu-se em várias chapas e candidaturas presidenciais.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Do ponto de vista eleitoral, esta divisão ajudou a derrotar o “campo majoritário” no primeiro turno do PED de 2005. Mais candidatos criticaram, mais alternativas foram apresentadas e mais votos foram recebidos pelas chapas que faziam oposição ao campo majoritário.

Matematicamente, o resultado do primeiro turno evidenciou que a esquerda tinha condições de eleger o presidente nacional do PT no segundo turno do PED.

Mas foi exatamente neste momento, entre o primeiro e o segundo turno, que uma parte da esquerda petista decidiu sair do Partido. Saíram, entre outros, Plínio de Arruda Sampaio. Saiu também a tendência “Ação Popular Socialista” (nome adotado pela já citada “Força Socialista”). A saída destes setores talvez tenha sido o principal fator que impediu a vitória da esquerda petista, no segundo turno do PED de 2005.

A Articulação de Esquerda teve um bom desempenho político no PED de 2005. Este desempenho foi possível, em grande medida, devido ao acerto das resoluções aprovadas na VII Conferência Nacional da AE (dezembro de 2004), que construiu uma linha política que nos permitiu criticar os setores moderados do Partido e a linha hegemônica no governo, ao mesmo tempo em que defendíamos o PT e o governo dos ataques da direita durante a crise de 2005.

Nosso desempenho político e eleitoral no PED contribuiu para que tivéssemos uma influência importante no Diretório Nacional ali eleito, sob cuja direção realizou-se a campanha presidencial de 2006.

Como sabemos, o oligopólio da mídia, a oposição de direita e o grande capital deixaram claro que pretendiam “acabar com a raça do PT”, mas não apostaram no *impeachment* de Lula, confiando que recuperariam “pacificamente” a presidência em 2006. Não foi o o que ocorreu: Lula foi reeleito e o segundo mandato fez uma inflexão à esquerda.

No Partido, entre 2005 e 2007, nenhuma tendência ou campo era isoladamente majoritário na direção. E a Articulação de Esquerda jogou um papel político superior a seu tamanho.





O momento atual: 2007-2015

Embora limitadas, as mudanças ocorridas a partir do PED 2005 melhoraram o ambiente no Partido, contribuíram para que o governo Lula fizesse uma inflexão à esquerda e nos permitiram vencer as eleições presidenciais de 2006 e 2010. Mas a estratégia partidária continuou a mesma. Aliás, alguns setores (inclusive da esquerda petista) interpretaram os resultados positivos da inflexão iniciada em 2005 como demonstração de que não era necessário mudar de estratégia.

Quem mais se esforçou em elaborar a respeito foi a tendência “Democracia Socialista” e a chamada Mensagem ao Partido – grupo constituído no processo da crise de 2005, ao qual se agregaram setores que romperam com o antigo “campo majoritário”.

A constituição da Mensagem ao Partido representou, na prática, um “giro ao centro” por parte da DS. Uma das expressões deste giro ao centro foi a chamada “revolução democrática”: uma tentativa de **atualizar sem rupturas** a estratégia adotada pelo campo majoritário entre 1995 e 2005.

Os integrantes do antigo Campo Majoritário, reconvertido agora na tendência “Construindo um Novo Brasil”, pareciam não ter mais os meios intelectuais necessários para “recauchutar” a antiga estratégia. Talvez por isto, concentraram-se na tentativa de construir uma nova maioria, ou seja, de assegurar o controle da direção, que haviam de fato perdido no período 2005-2007.

Várias tentativas foram feitas no sentido de construir uma nova maioria absoluta no Diretório Nacional do PT. No início, há uma aliança entre os grupos “Construindo um Novo Brasil” e “Mensagem ao Partido”. Depois, uma aliança entre “Construindo um Novo Brasil”, “Novos Rumos” e “PT de Luta e Massa”. Finalmente, em 2015, por ocasião do processo de eleições diretas das direções partidárias, forma-se uma aliança ainda mais ampla incluindo, além dos grupos já citados, as tendências “Movimento PT” e “EPS”.

Paralelamente a estes movimentos internos ao Partido, agudiza-se a disputa no interior da bancada federal; a disputa pela influência





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

sobre o governo, seja no segundo mandato Lula ou no primeiro mandato Dilma; e as disputas eleitorais municipais e estaduais.

No PED de 2007, a Articulação de Esquerda teve o mesmo desempenho eleitoral de 2005, mas com um desempenho político inferior. Este resultado deveu-se a quatro motivos principais.

1) a saída da Força Socialista e aliados do PT ocorreu após o primeiro turno do PED de 2005. Isto quer dizer que as vagas eleitas com seus votos foram ocupadas por pessoas de sua própria chapa, que haviam decidido permanecer no PT. Mas no PED de 2007 e seguintes, aqueles milhares de votos não existiam mais. Ao mesmo tempo, crescia o número global de filiados ao PT, por ações dos grupos majoritários;

2) a opção feita pela Democracia Socialista, de “virar ao centro” e criar uma nova tendência com egressos do antigo Campo Majoritário, não teve êxito político nem eleitoral: enquanto Raul Pont, representando a DS, havia ficado em segundo lugar no PED 2005, José Eduardo Cardozo, candidato da Mensagem/DS, termina em terceiro lugar no PED 2007. O que tem efeitos colaterais ainda mais negativos sobre o desempenho da Articulação de Esquerda, que fica praticamente isolada na defesa das posições históricas da esquerda petista;

3) a tendência “Construindo um novo Brasil” capitaliza no PED 2007 o êxito do partido na reeleição de 2006, bem como a inflexão à esquerda do segundo mandato de Lula, o que neutraliza parte das críticas da esquerda petista e reduz suas possibilidades de crescimento;

4) a Articulação de Esquerda foi incapaz de reunir, em uma só chapa, o restante das tendências de esquerda. Isto deveu-se, em parte, a posturas sectárias de setores que em 2005 haviam integrado a chapa de Plínio e que não aceitaram compor uma chapa encabeçada pela Articulação de Esquerda. Mas deveu-se, também, a erros cometidos pela própria AE.

Apesar de não ter obtido êxito eleitoral, a tática da Mensagem teve desdobramento num “acordo de direção” com a chapa “Construindo um Novo Brasil”. Graças a isto, Cardozo, apesar de





ter encabeçado a chapa que ficou em terceiro lugar no PED, tornou-se secretário-geral, desbancando Jilmar Tatto, encabeçador da segunda chapa.

A direção eleita pelo PED 2007 teve como tarefas centrais conduzir o partido nas eleições municipais de 2008 e na escolha da candidatura presidencial de 2009. Os resultados obtidos nestas duas tarefas foram contraditórios.

O PT não obtém uma vitória nas eleições municipais de 2008. E a direção nacional do Partido sofre uma derrota estratégica em Belo Horizonte, onde se impôs uma aliança de fato entre o PT de Pimentel e o PSDB de Aécio Neves.

O PT também não é fator decisivo na escolha da candidatura às eleições presidenciais de 2010. Este fato pesará bastante no momento seguinte, em que o Partido enquanto tal cumprirá papel secundário no comando da campanha, apesar de ali estar formalmente representado.

Apesar disto, a inflexão à esquerda do governo Lula, iniciada com o PAC e aprofundada nos anos seguintes, rompendo com o dogma da “estabilização financeira a qualquer custo” foi capaz de enfrentar com relativo sucesso os efeitos da crise mundial que se abriu em 2008. O que, do ponto de vista interno, neutralizou parte das críticas da esquerda petista.

O ex-presidente Lula, seu círculo mais próximo, bem como a CNB e outros segmentos do Partido foram os que capitalizaram melhor o fato de o governo estar implementando, ao menos em parte, políticas similares àquelas defendidas, antes, pela esquerda petista.

Isso se refletirá no PED 2009, de três maneiras principais:

1) o crescimento do número de votantes, que beneficiou de maneira desproporcional a chapa da CNB, vista como a chapa autenticamente “governista”;

2) o reagrupamento, numa única chapa, de quase todos os antigos integrantes do finado “campo majoritário”, inclusive Jilmar Tatto e Candido Vaccarezza. Isto apesar do fato de, apenas dois anos antes, lideranças importantes da CNB terem se oposto ferozmente a que Jilmar Tatto assumisse a secretaria geral nacional do Partido.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

3) a redução do interesse e o empobrecimento do debate político no PED.

Neste contexto difícil e apesar de ter conseguido montar uma chapa única com outros setores da esquerda petista, reduziu-se a participação proporcional da Articulação de Esquerda no Diretório Nacional do PT. A chapa da CNB, encabeçada por José Eduardo Dutra, vence o PED 2009 já no primeiro turno.

Entretanto, a existência de uma nova maioria não é acompanhada da constituição de uma nova hegemonia. E a escolha de Dilma Rousseff como sucessora de Lula torna mais complexa e inclusive mais confusa a dinâmica interna do poder no PT. Tendências que se aprofundariam no início do segundo mandato Dilma.

No período 2009-2015, o PT não conseguiu resolver, nem mesmo debater a contento, seus dilemas estratégicos. Ironicamente, a recusa dos setores moderados em enfrentar o debate estratégico contribuiu, no médio prazo, para ameaçar a estratégia de “ser governo para ser poder”.

A incapacidade de enfrentar o debate estratégico era acompanhada por uma aposta na “ocupação de espaços”, tanto nas eleições majoritárias e legislativas, quanto nas eleições sindicais e internas ao PT.

Realizado neste contexto, o 1º Congresso da Articulação de Esquerda termina com a cisão da tendência.

Independentemente das intenções originais de quem participou desta cisão, os fatos posteriores comprovaram que 1) houve um investimento financeiro externo à tendência, para tentar compor uma maioria artificial no Congresso; 2) o discurso em favor da “renovação” da tendência conduziu, na prática, à capitulação frente à maioria moderada do Partido.

No PED 2013, os que racharam com a AE apoiaram a mesma candidatura à presidência nacional apoiada pelos setores majoritários do Partido. O que não foi suficiente para garantir os votos necessários para que o grupo responsável pela cisão ocupasse nem mesmo uma única cadeira no Diretório Nacional do PT.





Hoje, passada a difícil eleição presidencial de 2014, existe uma “super-maioria” no PT, resultado das amplas alianças encabeçadas por Rui Falcão no PED 2013. Mas continua não existindo uma política capaz de enfrentar e superar com êxito os problemas estratégicos vividos pelo Partido. No interior da “maioria” há importantes desacordos em torno de quais são estes problemas estratégicos e suas soluções.

É neste cenário que a AE vai realizar seu 2º Congresso, de 2 a 5 de abril de 2015.

Uma síntese provisória

Nossa tendência possui cerca de 22 anos de vida (1993-2015).

Estamos presentes em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em Roraima e Acre, não existimos. Em outros estados, como Santa Catarina, temos militantes mas não estão organizados.

Atuamos e influenciamos diversos movimentos sociais (sindical, estudantil, educação, de luta por moradia, mulheres, LGBT, pessoas com deficiência, combate ao racismo, do campo etc.).

Destaca-se, em particular, nossa presença continuada na direção da UNE e nossa crescente presença na direção da CUT.

Estamos também presentes em prefeituras, governos estaduais e no governo federal, assim como temos parlamentares nos três níveis.

Na frente internacional, influenciamos os debates e a construção de alternativas de esquerda, especialmente a latino-americana.

Participamos ativamente, com chapas e candidaturas presidenciais nos municípios, estados e nacionalmente, do Processo de Eleições Diretas das direções partidárias em 2001, 2005, 2007, 2009 e 2013.

Mantemos um jornal mensal e uma revista quadrimestral, realizamos jornadas semestrais de formação política e buscamos participar do debate de ideias, tanto no PT quanto no conjunto da esquerda brasileira.

Nosso peso no PT, nos parlamentos, executivos e movimentos sociais é, hoje, proporcionalmente menor do que em 1993, com exceções como a do movimento sindical.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Por outro lado, hoje estamos mais conscientes dos desafios programáticos, estratégicos e táticos da esquerda brasileira e mundial.

Neste cenário, trabalhamos para ampliar nossa força e presença na vida partidária, nas disputas eleitorais, na ação institucional, nas lutas sociais, distintas dimensões da luta de classes.

Isto porque seguimos acreditando, como em 1993, que as opções da AE, da esquerda petista, do conjunto do Partido dos Trabalhadores e da esquerda política e social brasileira, bem como dos povos da América Latina, jogam um papel muito importante na ação da classe trabalhadora e na luta pelo socialismo.

Regulamento interno da tendência petista Articulação de Esquerda

A Articulação de Esquerda é constituída por: 1) filiados/as e militantes do Partido dos Trabalhadores; 2) que participam regularmente de alguma instância da tendência, contribuindo para suas formulações e respeitando nossas deliberações coletivas; 3) dando sustentação material para a AE, divulgando suas posições e contribuindo para a realização de suas atividades.

A Articulação de Esquerda (AE) é uma tendência petista. Lutamos para que o PT volte a ser hegemônico pelo programa e pela estratégia democrático-popular e socialista: um PT de massas, de luta, socialista, revolucionário e democrático.

As posições da AE estão detalhadas nas resoluções dos seminários, conferências e congressos que realizamos desde 1993.

A formação política da AE aborda os fundamentos ideológicos e teóricos do petismo, do socialismo e do marxismo. Não somos e não pretendemos ser, entretanto, uma tendência composta por afinidade doutrinária. Somos e queremos continuar sendo uma tendência composta por afinidade política, ou seja, por pessoas que concordam com as resoluções políticas aprovadas por nossas instâncias deliberativas, mesmo que não obrigatoriamente concordem com as premissas teóricas e ideológicas que fundamentam tais resoluções.





A AE considera fundamental que a maioria de nossa militância esteja vinculada à produção e não recebendo salário para exercer atividade política. Defendemos a necessidade de dirigentes profissionalizados e combatemos o “basismo”. Mas consideramos que a composição social tem um peso importante nos rumos de uma organização. E queremos evitar os riscos tanto da domesticação burocrática quanto do esquerdismo proveniente da falta de enraizamento junto à classe trabalhadora real.

Por isto a AE estimula os dirigentes partidários, os dirigentes de movimentos sociais, os parlamentares e executivos a não fazer da atividade política remunerada uma “profissão”. Queremos “revolucionários profissionais”, não “políticos profissionais”. Pelos mesmos motivos, estimulamos a juventude da tendência a concluir sua formação e iniciar tão logo possível uma vida profissional, até porque isto é fundamental para ampliar nossa influência junto à classe trabalhadora assalariada.

O petista que quiser ingressar na AE deve formalizar esta intenção junto a uma instância da tendência. Cabe a esta instância realizar a apresentação política da AE. Em seguida, cabe à instância aprovar ou não, em reunião convocada para este fim, o ingresso de cada militante. A decisão da instância deve ser comunicada a toda tendência, cabendo recurso da decisão às instâncias superiores.

Só podem votar e ser votados nos processos deliberativos internos, em todos os níveis, os militantes da AE que estejam em dia com sua contribuição financeira e que tenham um ano de militância na tendência.

Instâncias da AE

A tendência possui os seguintes níveis de decisão e de direção em âmbito nacional, estadual e municipal: Congresso, Conferência, Plenária, Direção, Coordenação, Secretariado, Comissão de Ética e Núcleo.

Os Congressos da AE são convocados pela direção nacional da tendência, no intervalo máximo de dois anos, para debater questões programáticas e estratégicas.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

As Conferências da AE podem ser convocadas pela direção nacional da tendência, a qualquer momento, para debater questões táticas, políticas setoriais e organizativas. As direções estaduais e municipais podem convocar conferências em seu respectivo âmbito de atuação.

Os Congressos e as Conferências são integrados por delegados/as eleitos/as nos níveis inferiores, na proporção e forma determinada na respectiva convocatória.

As direções e coordenações da tendência, em qualquer nível, podem convocar plenárias de militantes. As deliberações de uma plenária têm caráter consultivo e precisam ser homologadas pela respectiva direção.

Os congressos, conferências e plenárias da AE são abertas à participação da militância petista.

A direção, o secretariado, a comissão de ética e a coordenação setorial são eleitos pela conferência ou pelo congresso convocados com este fim.

A Comissão de Ética será composta por quatro militantes, eleitos pelo voto secreto dos/as delegados/as do respectivo congresso ou conferência. As direções da tendência, em todos os níveis, só apreciarão casos de infração à ética com base em parecer prévio das respectivas comissões de ética.

Qualquer militante da AE tem o direito e o dever de – verificar o descumprimento das condições políticas que definem um militante da Articulação de Esquerda, bem como a infração às orientações da tendência – encaminhar uma solicitação à respectiva comissão de ética, a quem caberá analisar o caso e emitir um parecer, que será aprovado, reformado ou rejeitado pela respectiva direção, cabendo recurso às instâncias superiores. Similar ao que é previsto no estatuto do PT, a direção nacional da AE está mandatada a adotar procedimentos extraordinários, se disto depender a integridade da tendência.

A coordenação, a direção, o secretariado e a comissão de ética são eleitos, em cada nível, pelos/ as respectivos/as delegados/as,





através de voto secreto. Caso não exista acordo na composição de uma lista única, a votação pode ser individual ou por chapas. Em caso de disputa de chapas, não haverá proporcionalidade.

No caso da juventude, as conferências devem ser realizadas anualmente e fazer uma renovação parcial ou total das respectivas ordenações.

Todas as direções da AE, em qualquer nível, devem ter paridade de gênero.

As instâncias da AE devem reunir-se no mínimo uma vez por mês para debater a situação política e deliberar sobre nossa atuação no partido; nos movimentos sociais; nos governos; nos parlamentos; nos processos eleitorais e institucionais.

Os núcleos da AE são integrados por militantes que atuam num determinado local de trabalho, de moradia e de estudo. Sua existência deve ser comunicada para e homologada pela instância imediatamente superior.

A AE possui setoriais e não tendências autônomas que atuam num determinado movimento.

Ao secretariado nacional cabe implementar as decisões da Direção e demais instâncias, tendo como tarefas permanentes as Jornadas de Formação, o jornal *Página 13*, a revista *Esquerda Petista*, a página eletrônica e a difusão de conteúdo nas redes sociais, as finanças nacionais. Cabe ao secretariado, também, construir uma política de organização, coordenar nossa atuação na frente de massas e na frente institucional, bem como supervisionar nossa atuação no Partido, em particular no Diretório Nacional e na Fundação Perseu Abramo.

Finanças

A contribuição nacional militante é responsabilidade individual. Não pode ser paga por terceiros. Deve ser depositada pessoalmente por cada militante na conta bancária da tesouraria nacional.

À tesouraria nacional caberá informar regularmente, de preferência uma vez por mês, através da lista nacional da tendência, a relação





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

nacional de quem pagou integralmente e de quem está pagando parceladamente, indicando os nomes, estado e valores pagos.

Quem não constar deste cadastro nacional de militantes em dia não possui os direitos do militante da AE, pois não cumpre um de seus deveres. Logo, dirigentes e militantes da tendência que não constem do cadastro serão suspensos das instâncias, perdendo o direito a votar e ser votados, até que paguem; e nas mesmas circunstâncias, deixam de fazer parte da lista nacional de correios eletrônicos da AE. Quem não paga a contribuição anual obrigatória não é militante da tendência, não tendo direito a voz nem a voto em nossas atividades.

A integridade política e organizativa da tendência depende de sua orientação geral, que por sua vez também está vinculada à sua independência material. Por isto nosso esforço para que as atividades da tendência sejam mantidas pela contribuição de nossa militância.

Cada militante decide qual o valor de sua contribuição anual obrigatória. Ou seja, cada militante deve analisar a tabela de contribuição proporcional aprovada pela direção da tendência, verificar qual sua faixa de contribuição e fazer o devido pagamento.

Não é preciso comprovar rendimentos, nem dar justificativas. O valor deve ser pago em uma, em duas ou em três parcelas. Havendo necessidade de maior parcelamento, a tesouraria nacional tem autonomia para negociar. Toda dificuldade pessoal é levada em consideração. Caso o militante não tenha fonte de renda, deve pagar sua contribuição vendendo assinaturas do jornal **Página 13** e/ou revistas **Esquerda Petista**, em número determinado pela tesouraria nacional. A única coisa que não se admite é a falta de compromisso com a sustentação material da tendência.

Os recursos arrecadados (através da contribuição militante, mais os que são fruto de venda de materiais e arrecadação de contribuições de simpatizantes) são utilizados basicamente nas seguintes despesas correntes: 1) impressão e distribuição do jornal mensal **Página 13**; 2) impressão e distribuição da revista quadrimestral **Esquerda Petista**; 3) manutenção da página eletrônica www.pagina13.org.br; 4) publicações e impressos variados; 5) jornadas semestrais de for-





Tendência petista Articulação de Esquerda

mação política (nos meses de janeiro e julho); 6) ajuda de custo para dirigentes; 6) viagens de dirigentes; 7) repasses para os estados; 8) gastos de manutenção administrativa da Associação de Estudos Página 13.

A tabela de contribuições adota o critério da progressividade (quem ganha mais, paga mais), distribuída em grande número de faixas. A partir desta tabela, cada militante calcula o valor do seu salário líquido da seguinte forma: depois de abater contribuições legais, contribuição para com o Partido, pensão alimentícia etc., verifica em qual faixa se encaixa e determina assim o valor de sua contribuição anual.

O valor devido é pago uma única vez ao ano. Conforme já ressaltado, não há necessidade de comprovar nada, nem de justificar os valores. O único “controle” que se fará é a divulgação, na lista nacional da AE, do valor das contribuições e da situação (em dia, parcelado, atrasado).

Uma vez por ano, pelo voto favorável de 4/5 de seus integrantes, a direção nacional deve atualizar a tabela para cálculo da contribuição única anual, podendo vir a alterar tanto o valor da contribuição mínima quanto as faixas de contribuição.

A tabela para fins de cálculo da contribuição no ano de 2015 é a seguinte:

Até 1 salário mínimo:	pagamento de 90 reais.
De 1 a 3 salários mínimos:	12% do salário líquido mensal.
De 4 a 6 salários mínimos:	13% do salário líquido mensal.
De 7 a 9 salários mínimos:	14% do salário líquido mensal.
De 10 a 12 salários mínimos:	15% do salário líquido mensal.
De 13 a 15 salários mínimos:	16% do salário líquido mensal.
De 16 a 18 salários mínimos:	17% do salário líquido mensal.
De 19 a 21 salários mínimos:	18% do salário líquido mensal.
De 22 a 24 salários mínimos:	19% do salário líquido mensal.
De 25 a 27 salários mínimos:	20% do salário líquido mensal.
De 28 a 30 salários mínimos:	21% do salário líquido mensal.
De 31 a 33 salários mínimos:	22% do salário líquido mensal.
De 34 a 36 salários mínimos:	23% do salário líquido mensal.
De 37 a 39 salários mínimos:	24% do salário líquido mensal.
De 40 a 42 salários mínimos:	25% do salário líquido mensal.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Periodicamente, a tesouraria nacional repassará um percentual do que for arrecadado para as tesourarias estaduais e municipais. Os percentuais serão definidos e atualizados anualmente pela direção nacional.

No que se refere às alíquotas vigentes para 2015, de cada real recolhido pela tesouraria nacional a título de pagamento da contribuição anual obrigatória, 60% ficará com a instância nacional e 40% serão revertidos para a direção estadual e municipal correspondentes à atuação da/o militante que fez o pagamento, na proporção de 50% para cada instância.

A tesouraria nacional começará a realizar os repasses para os estados somente depois que tiver arrecadado o suficiente para garantir a publicação do **Página 13** e a manutenção da www.pagina13.org.br.

Não havendo instância estadual e municipal, o valor da contribuição ficará integralmente com a tesouraria nacional.

É tarefa da tesouraria da AE, em todos os níveis, propor para debate e deliberação um orçamento anual, com base no plano de trabalho aprovado pela respectiva instância. É tarefa da tesouraria, também, propor campanhas especiais de arrecadação, tendo como diretriz: “Nós financiamos nossas ideias”.

As direções estaduais e municipais, bem como as coordenações e núcleos da AE têm autonomia para estabelecer sua política de finanças complementar, observando a progressividade e a necessidade de criar uma cultura permanente de contribuição financeira militante. Tais políticas complementares não incidirão sobre a condição de militante dos membros da AE.

Nas Conferências e Congressos da AE, haverá um relatório da direção que encerra o seu mandato. No caso da Tesouraria, haverá um relatório específico, apresentado para um colegiado composto de preferência pelos tesoureiros estaduais, que devem se reunir durante o respectivo Congresso/Conferência, para debater o relatório.





Organização

A AE trabalha para existir regularmente nos 27 estados do país, ter direções municipais nas maiores cidades de cada estado, constituir coordenações setoriais nos principais movimentos sociais e ter o conjunto de sua militância nucleada.

Cabe à direção nacional visitar regularmente os estados e municípios. Cabe aos dirigentes em todos os níveis difundir o jornal *Página 13*, a revista *Esquerda Petista*, bem como nossos livros e nossas publicações nas redes sociais.

Para facilitar a comunicação com a militância da AE, a direção nacional dispõe de várias listas de debates na internet. A moderação da lista terá autonomia para suspender da mesma, imediatamente, quem não obedecer aos padrões de civilidade e urbanidade. A moderação da lista será de responsabilidade de um integrante da DNAE.

As direções estaduais, municipais e setoriais devem adotar procedimento similar.

Formação Política

A construção de uma cultura socialista de massas é um componente importante de nossa estratégia. Para tal, é preciso travar uma luta teórica e ideológica contra muitas ideias atualmente hegemônicas na sociedade e inclusive na esquerda brasileira.

A luta teórica passa por compreender as tendências do capitalismo atual, no mundo, no continente e no Brasil; passa por um balanço da luta e das tentativas de construção do socialismo no século XX; e passa, finalmente, pela elaboração de uma estratégia de luta pelo socialismo, no século XXI.

A luta ideológica passa por difundir esta compreensão teórica, através da análise crítica e da orientação política concreta frente a cada episódio da luta de classes.

Tanto a luta teórica, quanto a luta ideológica, possuem uma dimensão individual: o militante que estuda e que defende os pon-





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

tos de vista do socialismo. Mas precisam assumir uma dimensão coletiva: quando estes pontos de vista se materializam no trabalho de uma organização político-partidária.

Para dar conta destes objetivos, a AE tem como meta construir uma Escola de Quadros, que estimule a produção teórica e forneça formação política para nossa militância.

Caberá a esta escola organizar e oferecer um conjunto de seminários e cursos de caráter nacional. Ademais, dará apoio para a realização de cursos e seminários descentralizados, nos estados e regiões. Os cursos propostos deverão oferecer a formação mínima obrigatória para os/as dirigentes da AE.

A Escola de Quadros será responsável, ainda, por organizar ou apoiar a organização de seminários sobre temas específicos ou gerais, tais como: parlamentares e executivos, movimento secundarista, balanço setorial do governo federal, juventude, movimento sindical, capitalismo e meio-ambiente, mulheres, LGBT, portadores de deficiência, combate ao racismo, reforma urbana, questão agrária.

A Escola de Quadros deverá formar um coletivo de professores/as que possa desenvolver as atividades nos estados, de maneira descentralizada e sob a orientação das direções estaduais, municipais e setoriais. A atividade da Escola de Quadros deve ser permanente, com uma programação no mínimo semestral, as chamadas Jornadas de Formação.

As atribuições políticas e organizativas referentes à Escola de Quadros e ao conjunto do trabalho de formação da tendência serão de responsabilidade da secretaria nacional de formação política, a quem cabe constituir um coletivo de formação.

O coletivo de formação deve não apenas acompanhar o trabalho desenvolvido acima, mas também debater os temas vinculados à formação política do PT e da Fundação Perseu Abramo.

As direções estaduais e municipais da AE devem constituir coletivos de formação política, que promoverão cursos e jornadas de formação, organizarão atividades de apresentação da AE para quem pretende ingressar na tendência, organizarão grupos de estudos





sobre as resoluções do PT e da AE, sobre a conjuntura nacional e internacional, bem como demais temas de interesse.

Comunicação

A AE difunde ou pode difundir suas orientações através de vários mecanismos, entre os quais: o jornal **Página 13**; a revista **Esquerda Petista**; as publicações da Editora Página 13; a página *www.pagina13.org.br*; a publicação periódica de artigos e entrevistas em outros meios de comunicação, por parte de nossos dirigentes.

O objetivo do jornal **Página 13** é informar o ponto de vista da tendência para dois públicos: a) os e as militantes da AE, que devem ser estimulados a ler e debater seu conteúdo, para que o jornal sirva como instrumento de orientação política da tendência em nível nacional; b) toda a militância de esquerda que influenciámos politicamente, no Partido, no parlamento, nos governos e nos movimentos sociais.

Para atingir este público, o **Página 13** precisa dispor de meios financeiros, editoriais e de distribuição. Deve construir um projeto editorial e gráfico compatível com os objetivos descritos, além de ter como meta constituir uma equipe composta por um editor profissionalizado, uma equipe de redação voluntária, um conselho editorial político e correspondentes fixos nas diversas frentes de atuação da tendência.

A distribuição do jornal deve ser feita por três canais diferentes:

- a) via correio (físico), para os/as assinantes;
- b) através da distribuição direta feita pelos/as militantes da tendência;
- c) distribuição digital, feita pelos militantes via redes sociais.

A revista **Esquerda Petista** tem como propósito ser um espaço para o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico. É editada sob responsabilidade da tendência petista Articulação de Esquerda, mas aberta a militantes de esquerda que não integram nossa tendência. Como no jornal **Página 13**, cada





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

autor é responsável pelo que escreve e suas posições não necessariamente coincidem com as posições da tendência.

O jornal **Página 13** e a revista **Esquerda Petista** são publicações da Associação de Estudos Página 13. Além do jornal **Página 13** e da www.pagina13.org.br, a Associação de Estudos Página 13 é responsável pela publicação das resoluções, documentos e demais materiais para a divulgação das ideias da tendência, através da Editora Página 13.

A página eletrônica da Articulação de Esquerda (www.pagina13.org.br) é um meio de divulgação das informações públicas de interesse da tendência.

Um dos objetivos da página eletrônica é produzir e oferecer, aos meios de comunicação, artigos opinativos e informativos de dirigentes da tendência. Neste sentido, a página eletrônica também será uma modesta agência de notícias e funcionará como uma espécie de assessoria de comunicação coletiva da tendência.

As atribuições políticas e organizativas referentes à função editorial da Associação de Estudos Página 13, ao jornal e à página eletrônica ficarão sob a responsabilidade da secretaria nacional de comunicação, a quem cabe constituir um coletivo de comunicação.

Este coletivo de comunicação terá como objetivos acompanhar o trabalho de comunicação descrito acima, organizar a política de comunicação da tendência em nível nacional e regional e organizar nossa luta por um sistema de comunicação de esquerda, incluindo TV, rádio, redes sociais e diversas publicações, inclusive um jornal de massas.





Plano de trabalho 2015-2016

A evolução da conjuntura internacional e nacional, assim como os dilemas do governo e do Partido confirmaram no essencial as opiniões políticas defendidas pela Articulação de Esquerda acerca das grandes disputas estratégicas do atual momento histórico, no âmbito internacional, no Brasil e no PT.

No mundo, prossegue a disputa entre dois blocos e duas vias de desenvolvimento capitalistas, cabendo à esquerda petista contribuir para que o socialismo volte a ser um dos polos alternativos.

No continente americano, prossegue a disputa entre dois projetos de integração regional, cabendo à esquerda petista contribuir na defesa e implementação de uma integração latino-americana e caribenha, anti-imperialista e que tenha como horizonte o socialismo.

No Brasil, prossegue a disputa entre as vias conservadora e democrática de desenvolvimento capitalista, cabendo à esquerda petista defender uma alternativa democrático-popular e socialista.

No governo, prossegue a disputa entre neoliberalismo, social-liberalismo, nacional-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo. Cabe à esquerda petista lutar para que os neoliberais sejam afastados do estratégico ministério da Fazenda; e para que o conjunto do governo se oriente em favor das reformas estruturais.

No Partido dos Trabalhadores, instalou-se uma crise profunda, resultado do esgotamento da “estratégia” que visava “melhorar a vida do povo através de políticas públicas”, “acumular forças prioritariamente através da via eleitoral” e “transferir para o governo o centro de decisões políticas”.

Cabe à esquerda petista convencer o conjunto do Partido da necessidade de mudar de estratégia: **fazer que o Partido volte a**



ser o centro de decisões políticas, acumular forças combinando luta social/cultural/eleitoral, melhorar a vida do povo através de reformas estruturais democrático-populares, articular nossa estratégia com a luta pelo socialismo.

Cada uma das grandes disputas estratégicas do atual momento histórico (no mundo, no continente, no Brasil, no governo e no PT) obedece a um ritmo próprio. Mas está cada vez mais claro que os tempos estão se sincronizando e se acelerando. A esquerda petista precisa se preparar para diferentes cenários, dos quais decorrem estratégias também diferentes.

Neste sentido, reiteramos a importância de nossa militância ampliar seu conhecimento sobre o **capitalismo do século XXI**, sobre as **tentativas de construção do socialismo no século XX** e sobre as **estratégias de luta pelo socialismo no Brasil** e também na América Latina. Este esforço integra o objetivo de construir uma escola de pensamento socialista no Brasil, entendendo por escola uma corrente de pensamento baseada num forte movimento político-social, capaz de recolocar o socialismo como uma alternativa prática para a sociedade brasileira.

Reiteramos, em especial, a necessidade de nossa militância conhecer as classes e a luta de classes no Brasil, profundamente alterada desde o período neoliberal; assim como precisamos conhecer melhor a situação da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais, os partidos políticos e sua relação com a intelectualidade.

Reiteramos, especificamente, a importância de nossa militância compreender em que medida as tendências internas do PT refletem as diferentes frações de classe e as diferentes tendências políticas existentes na classe trabalhadora. Assim como – para poder melhor combatê-los – compreender em que medida setores da esquerda brasileira e do próprio Partido estão convertendo-se em porta-vozes de setores e interesses empresariais.

Reiteramos, finalmente, que a militância da Articulação de Esquerda deve estudar e difundir as resoluções de nossos Congressos, Conferências e Seminários, publicadas por exemplo nos





livros *Socialismo ou Barbárie*, *Novos rumos para o governo Lula* e *Resoluções da Décima Conferência da Articulação de Esquerda*.

Além de melhorar nossa compreensão acerca da situação mundial, regional, brasileira, do governo e do Partido, precisamos ganhar musculatura. Pelos motivos explicados no texto “*A trajetória da tendência petista Articulação de Esquerda*”, a presença da esquerda petista na direção nacional do PT reduziu-se muito nos últimos anos. No caso específico da Articulação de Esquerda, nossa presença caiu desde um patamar inicial de 30% em 1993, para um patamar de 10% em 2005 e de 5% em 2013.

O objetivo central de nosso plano de trabalho no período 2012-2014 foi deter a queda e voltar a crescer. Este continua sendo o objetivo do plano de trabalho para o período 2015-2016.

Ressaltamos que trata-se de crescer com base em nossa política e utilizando nossos métodos.

A dependência em relação a contribuições externas, empresariais ou de aparatos políticos, gera mais cedo ou mais tarde deformações programáticas e políticas que – como estamos vendo na história recente – são capazes de converter setores da esquerda em agentes de *lobby* a serviço de interesses pessoais, de grupo ou mesmo para-empresariais. Além de expor o conjunto do Partido a acusações de “corrupção”, “fisiologismo” e “carreirismo”. Por estes motivos, é essencial, neste sentido, que a Articulação de Esquerda seja capaz de auto-financiar sua atividade política.

Campanha financeira

As atividades nacionais da AE ao longo do ano de 2015 custarão pelo menos R\$ 290 mil. Este valor inclui os gastos com a edição do jornal *Página 13* e da revista *Esquerda Petista*, a manutenção da página eletrônica, a realização das jornadas de formação, a visita aos estados e o apoio aos dirigentes da juventude, a participação nos congressos da CUT, UNE, UBES, PT e JPT.

No início de abril de 2015, a tesouraria nacional dispõe em caixa de R\$ 130 mil. Portanto, temos um déficit de R\$ 160 mil.





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Propomos cobrir este déficit da seguinte maneira:

- a) campanha de arrecadação de contribuições junto aos simpatizantes;
- b) campanha de arrecadação de contribuições junto a potenciais militantes que estão em atraso com uma ou mais contribuições desde 2012;
- c) campanha de arrecadação suplementar junto aos militantes em dia.

Aos simpatizantes pediremos doações para sustentar o Página13, a Revista Esquerda Petista e as Jornadas Nacionais de Formação. Será produzido um bônus-rifa para este fim e um sistema de doação via internet.

Aos potenciais militantes em atraso será proposto que paguem uma cota única referente ao valor de 2015.

Aos militantes que já contribuíram será solicitado que busquem dobrar suas contribuições ou que, pelo menos, paguem o equivalente ao valor médio pago nos anos anteriores.

Construção da AE e construção do PT

Somos uma tendência petista, que tem como principal objetivo interno tornar hegemônica no PT a estratégia democrático-popular e socialista. O fortalecimento da AE supõe o fortalecimento do PT.

Nossa capacidade de atingir este objetivo depende de que tenhamos mais força dentro do PT. E força significa, mais que tamanho numérico, capacidade de incidência política.

Isso inclui, por um lado, fortalecer a Articulação de Esquerda, da forma e com a orientação política descrita neste Plano de Trabalho e nas resoluções do Segundo Congresso da AE. Inclui, por outro lado, um diálogo com diversos setores do Partido que mantém pontos de contato com nossas opiniões programáticas, estratégicas, táticas e organizativas.

Propomos a estes setores realizar em 2015 um encontro nacional e encontros estaduais do conjunto das forças sociais e políticas petistas comprometidas com o projeto democrático-popular & socialista.





Metas para 2015-2016

No período de 2015-2016, os militantes da Articulação de Esquerda devem trabalhar para alcançar os seguintes objetivos:

1) Manter uma campanha permanente de filiações ao PT, trazendo para o Partido nossa base social e eleitoral, dando a esta base mecanismos que permitam uma atuação orgânica e politizada;

2) Incidir ativamente na vida partidária, organizando núcleos, intervindo nas reuniões das direções em todos os níveis, contribuindo nas secretarias e setoriais, disputando rumos na juventude partidária, participando dos encontros, congressos e da eleição das direções partidárias;

3) Atuar com protagonismo na articulação de uma frente popular em defesa da democracia e das reformas. Um esforço especial deve ser feito para dialogar com o petismo social, aquilo que alguns chamam de “nação petista”;

4) Incidir na política de reflexão e de formação do PT, bem como no debate de ideias junto à intelectualidade de esquerda, através da participação ativa na Fundação Perseu Abramo e na Escola Nacional de Formação;

5) Participar ativamente dos debates preparatórios e da plenária final do **5º Congresso do Partido dos Trabalhadores**;

6) Ampliar nossa bancada no Congresso da CUT em 2015 e, de maneira geral, ampliando nossa presença na classe trabalhadora, especialmente junto a juventude, mulheres, negros e negras. Temos como meta ter núcleos de base nas principais categorias;

7) Organizar nossa presença nos movimentos populares, com destaque para os movimentos de trabalhadores rurais e para os movimentos de moradia;

8) Crescer nossa incidência junto as organizações da juventude em geral, com destaque para a UNE e para a UBES;

9) Realizar a 4ª Conferência das Mulheres da AE, nos níveis municipais, estaduais, distrital e nacional. A etapa nacional será em julho de 2015 (data tentativa), em local e com regimento definido pela Direção Nacional da AE;



Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

10) Realizar a 1ª Conferência de Saúde da Articulação de Esquerda, cabendo à Direção Nacional definir a data, o local e o regimento interno, que deve prever mecanismos que possibilitem a mais ampla participação, com direito a voz, de petistas e simpatizantes que atuam em defesa do SUS;

11) Realizar em novembro de 2015 (data tentativa) a 1ª Conferência Nacional de Cultura da AE, em data, local e regimento a ser definido pela Direção Nacional da AE;

12) Realizar, entre maio de 2015 e junho de 2016, plenárias e conferências dos demais setores em que a AE atua, tais como sindical, juventude, educação, moradia, agrária, combate ao racismo, LGBT, meio-ambiente, governos & parlamentos;

13) Organizar nossa participação nos encontros setoriais do PT no primeiro semestre de 2016, visando ampliar nossa presença nos secretarias e coordenações e contribuir para o fortalecimento dos setoriais e a atuação dos petistas nos movimentos sociais. É necessário atualizar as plataformas setoriais, especialmente no sentido de relacionar estas pautas com as demais reivindicações da classe trabalhadora;

14) Disputar o III Congresso da JPT apresentando a defesa de uma juventude socialista, autônoma, militante e de massas;

15) Ampliar a circulação do jornal *Página 13*, da revista *Esquerda Petista*, ampliar os acessos à www.pagina13.org.br e nossa presença nas redes sociais;

16) Lançar um material de apresentação da tendência petista Articulação de Esquerda, principalmente para uso no debate com os militantes que pretendam ingressar na AE. Prosseguir o trabalho da Editora *Página 13*;

17) Consolidar e capilarizar nosso processo de formação política, avançando na construção da Escola de Quadros da AE. Realizar a XV jornada nacional de formação em julho de 2015, a XVI jornada nacional em janeiro de 2016 e a XVII jornada nacional em julho de 2016. Iniciar a produção do material pedagógico, incluindo ferramentas de ensino à distância;

18) Realizar a partir de maio de 2015 uma jornada da direção nacional da AE nos 27 estados do país, realizando em cada capital





pelo menos um debate aberto a todo o Partido e pelo menos uma reunião com cada direção estadual, para discutir a conjuntura e os desafios do PT. Temos como meta ter direções organizadas em todos os estados e nas 100 principais cidades do país;

19) Participar dos processos eleitorais, buscando eleger maior número de prefeitos e vereadores em 2016. E planejar desde já nossa participação nas eleições de 2018. Nesta perspectiva, realizar um seminário nacional sobre propostas democráticas e populares para as cidades brasileiras.

Direção nacional

Para implementar este plano de trabalho, é eleita a direção nacional, o secretariado e a comissão de ética a seguir:

Direção Nacional da AE:

Adriano de Oliveira (RS), Adriele Manjabosco (RS), Adriana Miranda (DF), Ananda de Carvalho (RS), André Vieira (PR), Bárbara Hora (ES), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (DF), Eduardo Loureiro (GO), Eleandra Raquel Koch (RS), Eliane Bandeira (RN), Elisa Guaraná de Castro (DF), Emílio Font (ES), Fernando Feijão (PI), Giovane Zuanazzi (RS), Gleice Barbosa (MS), Iole Ilíada (SP), Izabel Cristina Gomes da Costa (RJ), Ivonete Almeida (SE), Jandyra Uehara (SP), Joel de Almeida (SE), José Gilderlei (RN), Karen Lose (RS), Leirson Silva (PA), Lício Lobo (SP), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Patrick Araújo (PE), Rafael Tomyama (CE), Rodrigo Cesar (SP), Rosana Ramos (DF), Silvia Vasques (RS), Sônia Aparecida Fardin (SP), Valteci Mineiro de Castro (MS), Valter Pomar (SP).

Secretariado Nacional:

Adriano de Oliveira (RS), Adriele Manjabosco (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Iole Ilíada (SP), Jandyra Uehara (SP),





Resoluções do segundo congresso e oitava conferência sindical

Lício Lobo (SP), Rodrigo Cesar (SP), Rosana Ramos (DF), Valter Pomar (SP).

Comissão de ética nacional: Ana Affonso (RS), Iriny Lopes (ES),
Jonatas Moreth (DF), Júlio César de Quadros (RS).

